

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUC/RS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

JAIME LUIS KRONBAUER

**O crente e o cárcere: Estudo sociológico sobre evangélicos em prisões gaúchas**

**Porto Alegre**

**2010**

JAIME LUIS KRONBAUER

**O crente e o cárcere: Estudo sociológico sobre evangélicos em prisões gaúchas**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – RS.

**Professor Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Mariano

**Porto Alegre**

**2010**

JAIME LUIS KRONBAUER

**O crente e o cárcere: Estudo sociológico sobre evangélicos em prisões gaúchas**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – RS.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mariano

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof Dr. Ari Pedro Oro – UFRGS

---

Prof Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

---

**Porto Alegre**

**2010**

## **Agradecimentos**

Gostaria, em um primeiro momento, de agradecer às pessoas da minha família e amigos que compreenderam a minha ausência do seu convívio, que tanto me é caro, nesse período de dois anos no qual transcorreu a presente pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul por ter me concedido, no período desta especialização, a bolsa universitária, sem a qual a realização dessa etapa de minha formação teria se tornado inviável.

Ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Mariano, que em todos os momentos da jornada de pesquisa soube me conduzir e trazer as críticas construtivas relativas ao trabalho. Sobremaneira, pela incansável leitura, releitura e correção dos textos por mim produzidos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da PUC/RS, que souberam transmitir com sabedoria os conteúdos programáticos das disciplinas que fazem parte desse processo de aprendizagem e construção de conhecimentos necessários ao ofício do sociólogo.

Aos professores Dr. Ari Pedro Oro e Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, que me orientaram no momento da qualificação a realizar os melhoramentos necessários à pesquisa e que, mormente, muito me auxiliaram.

Aos meus colegas de trabalho, que me auxiliaram com estímulos, principalmente por terem me oferecido suporte nas tarefas cotidianas para que eu pudesse me dedicar com mais propriedade à pesquisa de campo.

Por fim, agradeço à Direção do Presídio Central e da Penitenciária Estadual do Jacuí, aos guardas penitenciários e profissionais da SUSEPE pela gentileza de me concederem o acesso aos diversos locais nas casas prisionais e informações que me serviram para a formulação deste trabalho. Fundamentalmente aos presos que, mesmo em situação tão difícil, dispuseram-se gentilmente a conceder as entrevistas, discorrer sobre suas trajetórias de vida e relatar o seu dia a dia, seus medos, suas angústias e esperanças.

## Resumo

O presente trabalho consiste numa pesquisa sociológica sobre detentos evangélicos no Presídio Central de Porto Alegre e na Penitenciária Estadual do Jacuí, baseando-se em dados produzidos por meio de observação e de entrevistas com presos evangélicos e não evangélicos. Tem por objetivos analisar como os crentes pentecostais se adaptam, individualmente e em grupo, às instituições prisionais, bem como a construção e manutenção de sua identidade religiosa nas prisões, suas estratégias para lidar com o estigma de preso e amenizar problemas de consciência referentes à responsabilidade por seus atos criminosos e as razões de sua reconversão ou conversão religiosa no interior da prisão. Para tanto, descrevo sucintamente o contexto das instituições penais, a execução penal e a expansão pentecostal nas prisões citadas. Analiso o cotidiano dos presos evangélicos, suas práticas religiosas, suas atividades proselitistas, sua relação com a massa carcerária, sua retomada de laços afetivos familiares e suas expectativas para o futuro.

**Palavras-chave:** presídios gaúchos, evangélicos, conversão, adaptação.

## **Abstract**

This dissertation is a sociological investigation about Protestant convicts in the Central Penitentiary of Porto Alegre and in the State Penitentiary of Jacuí, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. It is based on data gathered through personal observation and through interviews with Protestant and non-Protestant inmates. Its goal is to analyze how Pentecostal believers get adapted, both as individuals and as a group, to the prison institution, how they construct and maintain their religious identity in the penitentiaries, what strategies they use to deal with the stigma of being convicts and to solve problems of conscience related to their responsibility for their past criminal acts as well as the reasons for their religious conversion or reconversion within prison. For that purpose, I briefly describe the context of penal institutions, penal enforcement and Pentecostal expansion in the aforementioned penitentiaries. I analyze the daily lives of Protestant prisoners, their religious practices, proselytizing activities, relations with the other inmates, how they resume their relations with their families and their expectations for the future.

**Keywords:** penitentiaries in the state of Rio Grande do Sul, Protestants, conversion, adaptation.

## Sumário

Introdução.....	10
1 Instituições penais – Presídio Central e Penitenciária Estadual do Jacuí.....	20
1.1 Desígnio da pena e assimilações.....	33
2 Os presos pentecostais no Presídio Central e na Penitenciária Estadual do Jacuí.....	43
2.1 Origem e crescimento pentecostal no Brasil e nas prisões gaúchas.....	43
2.2 Perfil social e religioso dos detentos entrevistados.....	49
2.3 Identidade, moralidade, usos, costumes e representações.....	59
2.4 Reconversão e conversão pentecostal nas prisões.....	70
2.5 O cotidiano de um preso evangélico.....	93
Conclusão.....	102
Referências.....	107

## **Lista de ilustrações**

Figura 1. Foto de galeria do pavilhão “C” do Presídio Central.....	29
Figura 2. Foto de cama dos apenados no Presídio Central.....	29
Figura 3. Vestimenta de um detento evangélico sobre a cabeceira de sua cama.....	64
Figura 4. Alojamento e camas de presos evangélicos na PEJ.....	65
Figura 5. Foto do culto dos evangélicos na PEJ.....	100
Figura 6. Foto do culto dos evangélicos na PEJ.....	100

## Lista de tabelas

Tabela 1 – Quadro demonstrativo da expansão evangélica no Brasil.....	46
Tabela 2 – Distribuição da população carcerária do Rio Grande do Sul em relação à religião.....	47, 48
Tabela 3 – Distribuição da amostra em relação à denominação religiosa anterior à prisão.....	50
Tabela 4 – Distribuição da amostra em relação à denominação religiosa atual.....	50, 51
Tabela 5 – Distribuição da amostra em relação ao tipo penal.....	52
Tabela 6 – Distribuição da amostra por profissões exercidas antes da prisão.....	56, 57

## Introdução

Esta pesquisa sociológica foi realizada no Presídio Central de Porto Alegre e na Penitenciária Estadual do Jacuí entre meados de 2008 e o final de 2009. Tem por objetivos analisar como os crentes pentecostais se adaptam, individualmente e em grupo, às instituições prisionais, bem como a construção e manutenção de sua identidade religiosa nas prisões, como lidam com o estigma de preso e amenizam problemas de consciência referentes à responsabilidade por seus atos criminosos e as razões de sua reconversão ou conversão religiosa no interior da prisão.

Neste cenário e com esse mote, observa-se que o sistema penitenciário brasileiro e gaúcho tem sido alvo de fortes críticas e objeto de discussões públicas há muito tempo. Este debate público se intensificou nos últimos dois anos no Rio Grande do Sul, com a denúncia da CPI dos Presídios<sup>1</sup>, de 2008, sobre as péssimas condições que os presídios e penitenciárias<sup>2</sup> oferecem aos internos em termos de estrutura física, condições de salubridade, atendimento médico, diminuta possibilidade de ressocialização do preso, além da atuação de facções criminosas em seu interior.

Através do acesso documental às edições do jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, de 2000 a 2009, observou-se que o problema vem se agravando nos últimos anos. Isso é constatado através da análise dos números sobre a capacidade das prisões. Em 2002 havia uma população carcerária de 14.878 apenados para uma capacidade de 13.617 vagas,

---

<sup>1</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito dos Presídios instaurada em meados do 1º semestre de 2008.

<sup>2</sup> Os termos presídio e penitenciária são distintos em virtude de o primeiro se destina ao recolhimento do preso até seu julgamento e o segundo ao cumprimento da pena, embora isto já não ocorra nessa perspectiva em virtude da superpopulação dos presídios, o que resulta frequentemente no encaminhamento de presos ainda não condenados às penitenciárias. Para uma descrição completa das destinações de presídios e penitenciárias, ver Thompson (2000, p. 99-100).

perfazendo um déficit de 1.261 vagas<sup>3</sup>. No final de 2008 eram 27.505 apenados para 17.541 vagas, com o déficit se elevando para 9.964 vagas<sup>4</sup>. Verificamos que o déficit em número de vagas aumentou quase oito vezes em seis anos. O problema da superpopulação gera uma dinâmica própria dentro das casas prisionais, pois o Estado, ao não conseguir suprir essa demanda, permite a ocorrência de ajustes internos sobre os quais detém baixíssimo controle. Ao modo de convivência dentro das prisões referiu-se Paulo Zietlow, Superintendente de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, em reportagem da RBS/TV (23/03/09): *“Superpopulação – o que ela gera? – gera um modo de convivência em que de repente o próprio Estado não tem controle sobre ele”*.

O Presídio Central de Porto Alegre foi avaliado pela CPI como um dos piores do Brasil. Conforme descrição dos integrantes da CPI sobre as condições do Presídio Central, em *Zero Hora* (26/06/08, p. 50):

Apelidada de masmorra, a parte superior do presídio é a pior vista pela CPI. Em buracos de 1mx1m50cm, dormindo em camas de cimento, os presos convivem na sujeira, mofo e um mau cheiro insuportável. Paredes quebradas, celas sem portas, privadas imundas (água só é ligada uma vez por dia), sacos e roupas penduradas por todo o lado. Uma visão dantesca, surreal, absurda e desumana. Um descaso! Saúde é palavra estranha no estabelecimento. Apenas um médico dá assistência aos internos: 123 presos estão infectados com Aids e 56, com tuberculose.

Além disso, a tensão no Presídio era enorme, por abrigar cerca de 4.800 presos em condições muito precárias. A precariedade, em um primeiro momento, relaciona-se ao diminuto espaço físico no interior das celas, dado que a população carcerária prevista para o Presídio é de apenas 1.594 pessoas.

Conforme declaração dos próprios presos entrevistados nesta pesquisa, no Presídio Central há celas que abrigam 38 detentos. Outro problema é a falta de uma atividade laboral e educacional, que para os presos gera uma rotina de ociosidade e, em certa medida, contribui para o uso de entorpecentes, conflitos internos e articulações criminosas. Como declaram alguns entrevistados: *“Ocorre uma ociosidade total”*.

---

<sup>3</sup> Dados atualizados até dezembro de 2001, *Zero Hora* – 13 jan 2002.

<sup>4</sup> Dados em *Zero Hora* – 18 dez 2008.

Os presos evangélicos formam um grupo com comportamento muito peculiar e com presença significativa em prisões gaúchas, principalmente os oriundos de denominações pentecostais, como Assembleia de Deus, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus (Show da Fé) e Pentecostal Cristã. Quando me refiro aos evangélicos no decorrer do trabalho, trato particularmente dos pentecostais por constituírem quase que a totalidade da amostra da pesquisa.

A maior presença desses religiosos nas prisões se verifica principalmente a partir da década de 90, que coincide com a aceleração da expansão evangélica no país. O que mais se destaca não é sua quantidade, mas sobretudo seu comportamento distintivo em relação ao restante da população carcerária.

Há poucos trabalhos sobre a presença evangélica nos presídios masculinos. O de Lobo (2005) se circunscreve ao crescimento das igrejas evangélicas nas prisões, verificando o universo prisional como campo fértil para o proselitismo religioso; o de Vargas (2005) demonstra que a religião nas prisões se inclina a servir de mecanismo de poder e controle da própria instituição prisional sobre a massa carcerária, para tê-la mais calma e dócil; o trabalho de Dias (2008) aponta a religião evangélica como um refúgio de presos dentro das prisões, visando a assegurar a integridade física, obter alento espiritual e possibilidade de ressocialização; e o de Boarccaech (2009) analisa o significado da religião dentro do presídio, a honra e seu papel no processo de socialização e a relação entre discurso religioso e violência.

Nesta pesquisa também observei os fenômenos apontados pelos referidos autores, por vezes com mais e às vezes com menos visibilidade e intensidade. Um dos diferenciais desta pesquisa diz respeito à questão familiar, que ocupa papel de destaque para a reconversão ou conversão religiosa de presos. A família constitui referência fundamental na vida do preso. É ela que o assiste com apoio emocional e financeiro, fornecimento de roupa, alimento, material de higiene, etc. Por esta e por outras razões, o grupo familiar se torna o mais “*sagrado*” dentro das prisões.

No Presídio Central, que conta com nove pavilhões e 20 galerias, não há um grupo de evangélicos isolado. Por isso não foi possível mensurar com exatidão o número de praticantes.

Mas, de acordo com os dados obtidos nas entrevistas com os religiosos e em conversas com os profissionais que atuam na guarda e segurança do presídio, o número de evangélicos é de aproximadamente 150. Em algumas galerias há apenas um ou dois detentos evangélicos.

Na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), há dois grupos bem definidos de evangélicos. Um localizado na galeria 4B, vinculado à Assembleia de Deus, que tem em torno de 105 integrantes. O outro, na galeria 1C, da Assembleia de Deus Ministério Restauração, com aproximadamente 75 membros.

Os dois grupos de evangélicos existentes na PEJ têm lideranças fortes e atuantes para com os demais presos. Estes grupos estão separados fisicamente dos demais detentos, têm rotinas e comportamentos próprios, que são cumpridos com rigor. No Presídio Central, embora não existam grandes grupos de evangélicos, estes religiosos adotam costumes, comportamentos e modos de vestir similares aos grupos da PEJ. Da mesma forma, conseguem obter respeito dos demais presos e da administração prisional.

Proporcionalmente, a população carcerária evangélica não representa muito nem supera a proporção desses religiosos na população gaúcha se a confrontarmos com o cômputo total de presos, que no Presídio Central é de mais de 4.800 presos e na Penitenciária Estadual do Jacuí, de 2.300. Sua distinção em relação à massa carcerária se faz marcante em função do exercício de suas práticas religiosas e de sua moralidade rigorosa.

O que destaca o evangélico na prisão é sua conduta e seu ascetismo cotidiano. Começa e termina o dia com a prática de leitura da Bíblia e com orações. Destaca-se pelo modo de se vestir, pelo linguajar, por rejeitar o uso de cigarros e de entorpecentes, por não assistir a televisão e por seus atos estarem sempre referenciados à sua religiosidade, rejeitando o que considera “mundanidade”. O preso evangélico procura se diferenciar no interior da prisão, explicitar sua identidade religiosa e efetuar proselitismo religioso.

A disciplina de si e a distinção comportamental em relação aos demais presidiários são de extrema importância para o preso evangélico. Segundo os entrevistados, após terem se convertido e alterado seu comportamento, reconquistaram o apoio da família e dos amigos. Isto teria se manifestado por meio de visitas, do restabelecimento de laços afetivos, de parentesco e conjugais, do apoio financeiro e material e do auxílio na contratação de

advogados. O retorno do grupo familiar fomenta sua esperança em obter apoio após o cumprimento de suas respectivas penas. O preso evangélico alimenta expectativas de obter ajuda também de seu grupo religioso externo à prisão, como uma colocação no mercado de trabalho e auxílio para voltar ao seio familiar.

Para a realização deste trabalho, efetuei levantamento bibliográfico sobre o tema, realizei observações nos presídios, fiz entrevistas gravadas com os presos e conversei informalmente com diversos funcionários da administração e penitenciária. Estabeleci contato direto com os atores deste estudo por meio da realização de entrevistas, procurando conhecer suas experiências religiosas e sua condição como presos evangélicos. A esse respeito, Foddy (1996, p. 8; 11) afirma:

Não restam dúvidas de que a utilização de informação verbal tem vindo a dominar as ciências sociais. Fazer perguntas é normalmente aceite como uma forma rentável (frequentemente a única) de obter informações sobre comportamentos e experiências passadas, motivações, crenças, valores e atitudes, enfim sobre um conjunto de variáveis do foro subjetivo não diretamente mensuráveis.

A informação verbal tem sido a pedra angular da ciência social contemporânea e não há sinais de que possa ser doutro modo.

As entrevistas foram realizadas em uma sala fechada, onde o preso ficava a sós comigo. Assim, pude conduzir melhor a entrevista e evitar algum outro tipo de constrangimento. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos detentos, para que se pudessem transcrevê-las e melhor avaliá-las.

Foram empregadas as técnicas de observação simples e entrevista, conforme Gil (1999, p. 111; 117):

[...] observação simples entende-se aquela em que o pesquisador permanece alheio a comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí decorrem, [...] embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planificada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. [...] entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. [...] é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em

que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Como os dados foram construídos pelo pesquisador em diálogos com os presos evangélicos e funcionários, relato brevemente como se deu a minha relação com os informantes, como obtive acesso às instituições e os obstáculos que enfrentei.

Durante o período de meados de 2008 até junho de 2009, foram realizadas cerca de 30 visitas ao Presídio Central e 21 entrevistas com detentos, sendo 14 evangélicos<sup>5</sup>, seis católicos e um detento sem religião. A partir de setembro de 2009, efetuei em torno de oito visitas à Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) e seis entrevistas, sendo que destes seis entrevistados três são da Assembleia de Deus e três da Assembleia de Deus Ministério Restauração. No Presídio Central, entrevistei detentos não evangélicos para compreender como estes veem e interagem com os evangélicos dentro e fora da prisão.

O maior número de entrevistados no Presídio Central se deu em virtude de não haver qualquer referencial bibliográfico sobre os evangélicos nessa prisão que pudesse ser acessado e servisse de base para uma análise, pela dispersão dos presos evangélicos nos diferentes pavilhões e também pela peculiaridade daquela instituição, marcada por extrema precariedade física e por um modelo de organização dos evangélicos diferenciado em relação ao da PEJ.

Minha interação no ambiente prisional foi norteadada pela disposição de tentar estabelecer certa empatia junto aos detentos e com os funcionários da casa prisional. Os primeiros contatos com a instituição foram difíceis devido à situação tensa vivida dentro do Presídio Central naquele período, referente à segurança, à superlotação e às pressões sociais externas, já que ocorreram justamente na época da CPI.

Objetivamente, a situação na PEJ era menos tensa. Por isso, os obstáculos à realização da pesquisa foram menores, havendo, porém, certa tensão, pois a população carcerária sempre

---

<sup>5</sup> Dois integrantes da Igreja Universal, dois da Internacional da Graça de Deus (Show da Fé), um da Deus é Amor, um da Pentecostal Cristã, cinco da Assembleia de Deus e três que se dizem evangélicos e frequentam mais de uma igreja evangélica (geralmente a Internacional da Graça de Deus – Show da Fé ou Igreja Universal).

constitui uma incógnita quanto à sua tranquilidade. Acerca disso, relata Thompson (2000, p. 59): *“Há mesmo um dito corrente entre os guardas, visando a manter o estado de alerta: “cadeia calma, perigo à vista.”*

No que concerne ao ingresso no Presídio Central, houve alguns obstáculos iniciais para a pesquisa, mas que não foram impeditivos à sua realização. Esses obstáculos dizem respeito a uma questão que é peculiar das prisões, ou seja, a resistência e até certo ceticismo por parte dos profissionais da instituição e dos próprios presos em relação a um estranho que se adentra em seus ambientes com intuito, às vezes, não bem esclarecido.

O acesso ao Presídio Central e à Penitenciária Estadual do Jacuí, por questões de segurança e controle, é limitado, sendo permitido somente a parentes de primeiro grau e a profissionais autorizados. Para ingressar nas instituições, tive que expor os motivos de minha presença à direção das casas prisionais e, posteriormente, elaborar um ofício de apresentação da Pontifícia Universidade Católica, explicitando o intuito do trabalho. Após a apresentação e a entrega do documento, foi-me permitido o ingresso nas instituições. A partir disso, contei com a boa vontade das direções do Presídio Central e da Penitenciária Estadual do Jacuí e com a disposição dos presos em conceder as entrevistas, tornando viável a execução da pesquisa.

Para o ingresso nas instituições prisionais, a identificação se faz obrigatória tanto na entrada como na saída, principalmente em relação a indivíduos do sexo masculino, uma vez que um preso pode vir a se passar por visitante no momento da saída e fugir. A revista na entrada é criteriosa para evitar o ingresso de celulares, drogas e armas.

As primeiras impressões no ambiente prisional me causaram certo impacto. Ciente de que as prisões constituem ambientes perigosos, ainda mais quando dotados de superpopulação e de sérios problemas estruturais, criei uma expectativa negativa nesse sentido, embora já tivesse ingressado no Presídio Central em 1998, para realizar um curso ligado ao setor de segurança pública, e transitado pelas galerias da prisão. A configuração carcerária não é amistosa nem agradável. Já no acesso inicial há uma série de portões com grades, a revista é rigorosa, a identificação é constante mesmo após o primeiro nível de acesso, os cães latem a todo instante. O odor característico de aglomeração de pessoas, de roupas sujas, de urina e

de esgoto espalhado é muito forte. A tensão está constantemente estampada no rosto de presos e dos profissionais que ali trabalham. Raros são os momentos de descontração em uma prisão.

Ver as expressões pessoais, ouvir as pessoas falando, chorando em seus depoimentos, o bater infernal dos portões ou, simplesmente, o silêncio que surge após o fechamento das celas constitui uma experiência pessoal marcante. Os depoimentos dos funcionários e dos apenados sobre os ambientes das prisões que estariam *carregados*, ou com *maus agouros*, foram recorrentes. Explicam que, com a ocorrência de muitas mortes e inúmeros atos de violência, esses locais estavam carregados com *maus fluídos*, repercutindo crenças da religiosidade popular.

Antes de iniciar as entrevistas, contatei lideranças evangélicas nas galerias por intermédio dos guardas penitenciários. Os líderes foram os primeiros entrevistados. Com isso, eles difundiram a notícia de que um estudante da PUC/RS estava realizando um trabalho acadêmico sobre a religião evangélica dentro do Presídio e da Penitenciária, respectivamente, o que gerou expectativa por parte dos detentos que seriam entrevistados. A maioria deles se manifestou disposta e disponível a contar sua história de vida, aguardando, ansiosos, por serem chamados. Vários deles se emocionaram fortemente ao longo de seus relatos, obrigando a pausas nas entrevistas até que se recompusessem. Conforme UQ<sup>6</sup> (Assembleia de Deus), 54 anos:

[...] eu ter abandonado meu serviço, minha família, minha casa e também os trabalhos da igreja, e eu me emociono um pouco em falar isso (**choro e momento de recomposição**) porque eu sei que nós temos sentido nesse lugar e responsabilidade também [...].

As primeiras entrevistas foram as mais difíceis. Como ainda não havia entrevistado presos em um ambiente isolado, tinha um sentimento misto de apreensão e ansiedade por poder conversar com um detento que se colocava à minha frente e à disposição para relatar sua participação em crimes, sua *religiosidade*, seu cotidiano na prisão, recorrentemente

---

<sup>6</sup> As iniciais dos nomes dos entrevistados foram modificadas para garantir seu anonimato.

descrito como “*o fim do mundo*”, e expor suas angústias, suas esperanças e sua trajetória de vida.

Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente dentro das diversas galerias, sendo que preferencialmente deveriam ser evangélicos. Eles responderam a um roteiro semiestruturado composto por 45 questões, que foram sendo adequadas a cada situação e aos desdobramentos da entrevista/diálogo. Este roteiro me serviu de *trilha* e não de *trilho* para a realização das entrevistas, pois novas questões foram surgindo e sendo exploradas ao longo do trabalho.

No período de observação, foram estabelecidos contatos com diversos profissionais do Presídio Central e da PEJ, entre eles guardas brigadianos, agentes penitenciários, membros da equipe administrativa, psicólogos e assistentes sociais, o que contribuiu para compreender melhor o funcionamento da instituição e a visão desses profissionais sobre os presos evangélicos.

Durante a pesquisa, ocorreram duas situações inusitadas. A primeira aconteceu no Presídio Central, durante entrevista com um apenado na sala de entrevistas. A porta estava somente encostada, mas o vento a bateu, e ela, tendo uma fechadura somente com lingueta, trancou-se. Assim, fiquei trancado com o preso na sala, o que ocasionou certa correria do pessoal da segurança. Começaram a correr para lá e para cá sem que eu compreendesse, naquele momento, o porquê de tamanha urgência em abrir a porta. Talvez por eu ser alguém estranho na *casa* e estar com um apenado possivelmente considerado perigoso. Por fim, conseguiram abrir a porta com uma chave de fenda, e tudo acabou solucionado.

A segunda situação ocorreu na Penitenciária Estadual do Jacuí, onde iniciei uma entrevista por volta das 15h, encerrando-a por volta das 17h. Até aí não haveria problema, mas ocorre que às 17h se fecham todos os portões da Penitenciária, e a partir desse momento ninguém mais sai, a não ser por ordem expressa do chefe da segurança. Havia passado na entrada pela revista e deixado celular, carteira e demais pertences chaveados dentro de um armário na recepção, que também já havia sido fechada. Tive que me deslocar de um pavilhão a outro sem uma viva alma nesse espaço e não sabendo se haveria alguém na porta seguinte para me dar acesso à rua. O vazio dos corredores, os cães latindo, o ambiente com mais de

2.300 apenados criaram uma sensação atemorizante. Após encontrar alguns guardas, finalmente pude resolver a situação.

Faço referência a tais incidentes porque penitenciárias e presídios tendem a exacerbar nossos sentimentos, medos e tensões, tanto em relação ao contexto e ao espaço físico quanto ao contato face a face com pessoas que cometeram crimes violentos, que foram ou que são chefes do crime organizado.

No primeiro capítulo do trabalho, descrevo sumariamente a trajetória histórica das prisões gaúchas, as características das prisões nas quais estão inseridos os protagonistas desta pesquisa e algumas intervenções do governo do Estado do Rio Grande do Sul nesse setor. Cito declarações de autoridades judiciárias e dos integrantes da CPI sobre a precariedade das prisões, as condições em que vivem os apenados, como se adaptam a essas circunstâncias e o que isso gera dentro da prisão. Nessa mesma perspectiva exponho declarações dos detentos entrevistados sobre esse cenário. Elaboro uma reflexão sobre a questão da pena e do processo de adaptação ao qual os internos estão sujeitos e que o ambiente prisional impõe. Mostro que os servidores do sistema prisional também se veem forçados a se adaptar a este contexto, sofrendo suas consequências.

Na segunda parte do trabalho, discorro sobre a expansão pentecostal no Brasil e particularmente nas prisões estudadas. Descrevo o perfil social e religioso dos entrevistados, suas convicções religiosas anteriores e atuais. Relato como convivem os presos evangélicos e não evangélicos e como são vistos pelos funcionários das prisões. Faço uma descrição mais pormenorizada sobre a identidade, a moralidade, os usos e costumes dos evangélicos nas prisões pesquisadas, seu posicionamento em relação às práticas que consideram mundanas, sua atribuição de responsabilidade pelos crimes cometidos às forças demoníacas e, em certos casos, ao desvio da fé e da igreja evangélicas. Descrevo as motivações de reconversão e conversão dos presos evangélicos e suas práticas religiosas no dia a dia. Destaco o que sua religião representa em sua vida na prisão e pós-prisional, fornecendo-lhes expectativas de libertação e superação do passado prisional, permitindo a reconciliação familiar e conjugal, apoio emocional e material, laços de sociabilidade e solidariedade religiosa dentro e fora da prisão.

## 1 Instituições penais - Presídio Central e Penitenciária Estadual do Jacuí

No Rio Grande do Sul, os primeiros relatos acerca da execução de penas impostas a condenados se referem à chamada Cadeia Velha, cujo início de funcionamento ocorreu em 1812, estando situada no centro de Porto Alegre, onde hoje a rua Prof. Annes Dias cruza com a Vigário José Inácio. Esta prisão era destinada à guarda dos detentos, e os princípios que a regiam eram o castigo físico e a punição, que por vezes culminava em execução. De acordo com Silva (1997, p. 115):

A “cadeia velha” não foi planejada nem administrada visando um fim correccional. Estas idéias eram estranhas a seu funcionamento. [...] A “cadeia velha” pode ser considerada uma instituição regrada apenas pelo costume, distanciando-se dos modelos positivos formais que caracterizariam as casas correccionais.

Assim, nessa época a prisão ou o confinamento servia meramente de local onde o indivíduo permanecia até a decisão da Justiça sobre a sua punição, punição essa que por vezes culminava com a pena capital. De certa maneira ainda se preservavam resquícios de um tempo no qual se faziam verdadeiras apresentações de suplício de condenados, como na Idade Média. Conforme Silva (1997, p. 21):

[...] a pena objetivava sobretudo provocar o medo na população. Montava-se um verdadeiro teatro onde o medo funcionava como inibidor das “más ações”. Não se tinha a idéia de pena privativa da liberdade; [...]. Não havendo, ainda, uma separação dos poderes, a pena era ditada pelos governantes, ou, como se diz classicamente, pelo rei.

Sobre a pena capital, Coruja Filho relata o cortejo da Cadeia Velha ao Largo da Força, para realizar uma execução na capital de Porto Alegre:

Em 1830, a Praça da Harmonia, hoje Martins de Lima, o largo da Forca, não apresentava o aspecto garrido que ostenta atualmente, era um extenso capinzal, mal afanado.

Surgia ali, de quando em vez, um limbando, que precedia a limpeza de uma parte do capinzal, em aviso de que ia ser enforcado algum criminoso.

O reboiço era geral na cidade, o povo se preparava para a fúnebre cerimônia, com o maior entusiasmo. Lá para os lados do Portão, (no quartel do 8º) o infeliz condenado, avisado pelo oficial de justiça, começava seu período de agonia.

Horas antes da execução, seguiam para a praça uma pequena força armada, e o carrasco presidia à colocação da forca, armada de véspera, examinada a trave, dando então tudo por pronto.

Começava a raiar o dia, e apareciam junto ao sentenciado o juiz das execuções (que mandava ler a sentença), escrivão da Justiça, meirinho e irmão da Santa Casa, o carrasco retirava as algemas, manietava-lhe os braços, depois de lhe vestir um largo casacão de algodão branco.

O comandante da força participava ao juiz das execuções que a companhia estava formada. Saía o preso, logo rodeado pela força que formava quadrado.

Forma-se o cortejo – à frente, irmãos da Santa Casa, logo depois o juiz das execuções (em vestes de gala – casaca azul com botões amarelos), pessoa da justiça e, finalmente, o quadrado. Próximo ao magistrado caminhava solenemente o meirinho, o PAPAÉ LÉLÉ, bradando, com voz soturna “Vae-se executar a sentença de morte natural, na forca, proferida contra o réu.” E lia a sentença.

Ao sair do portão do quartel, era o cortejo rodeado de grande massa popular, seguiam todos para a capela dos Passos.

Antes de levantar-se a Deus, o juiz das execuções mandava erguer o enforcado, e começava a marcha de novo: desciam a rua da Praia até o largo da Forca. A rua ficava apinhada de gente, e, na praça, era difícil o movimento.

Chegados ao patíbulo, lia-se pela última vez a sentença e subiam os degraus da forca. Nessa ocasião, era completo o silêncio na massa popular. O criminoso, não raro, fala ao povo, ora dizendo-se inocente; ora confessando-se arrependido.

O carrasco, depois de verificar o estado da corda que fazia o laço no pescoço, amarrava uma das pontas à trave do cadafalso, colocando-se por trás, ao mesmo tempo que o padre começava a rezar o Creio em Deus Padre. Da segunda metade da reza para o fim, o padre vinha descendo os degraus da escada da forca e, já de costas para o topo, ao proferir a – vida eterna – o carrasco empurrava o desgraçado, cavalgando-lhe os ombros e estribando-se fortemente nos pulsos ligados.

O corpo do desgraçado balançava horrorosamente no vácuo, de língua de fora, com os olhos saltando das órbitas. Durante alguns segundos o enforcado esperneava desesperadamente, debatia-se, até que morria.

E o silêncio continuava na praça, lúgubre e sinistro.

O corpo era retirado da forca, o licenciado constatava o óbito, lavrando-se então um termo, assinado pelo juiz, pelo perito e pelos escrivães e a Misericórdia tomava conta do cadáver, para o enterro.

A meninada da escola que assistira, em forma, sob a inspeção do mestre, à triste cena, voltava para as aulas, onde o professor fazia uma arenga, incitando os meninos a trilharem sempre o caminho do bem, para não lhes suceder o mesmo.

A cena do enforcado repetia-se três a quatro vezes por ano, em Porto Alegre. Depois da morte de Motta Coqueiro, o infeliz que pagou com a morte o crime de outro, o imperador Pedro II não consentiu mais na execução de pessoa alguma. A pena de morte, desde então, foi comutada na de galés perpétuas. O código penal da República aboliu a pena na capital.<sup>7</sup>

Em 1824, a cadeia velha já deveria ter sido demolida em virtude da precariedade, da falta de higiene e segurança, e sofria severas críticas. Conforme descrição do então Presidente da Província, Visconde de São Leopoldo, segundo Nery (1998, p. 10): *“era um lugar de infecção e morte em vez de ser, como cumpria, de mera segurança dos infelizes réus.”* A cadeia velha não fora desocupada, mas sim reativada em virtude dos acontecimentos ligados à Revolução Farroupilha.<sup>8</sup>

Os problemas foram se alastrando e aumentando, e somente em 1853 foi determinada por lei a construção da Casa de Correção de Porto Alegre, localizada ao lado da atual Usina do Gasômetro, na região central de Porto Alegre. A escolha desse local foi determinada por algumas características que o justificariam, conforme Silva (1997, p. 186):

a) arejado, fácil asseio, tornando-se saudável para os presos; b) solo rochoso, boa base para os alicerces; c) longe das vistas e do movimento da população; d) o isolamento evitaria a propagação de eventuais epidemias; e) facilidade para água; f) liberava o largo da forca para uma praça de recreio público, necessária à cidade.

---

<sup>7</sup> Síntese do relato de *Uma execução em Porto Alegre*. Coruja Filho – LEITURA PARA TODOS, Porto Alegre, Myra. V.I.,9. In NERY, Tânia Regina Armany e outros. **Informe Técnico – SUSEPE**: Porto Alegre-RS: GPL – Gráfica Popular Ltda, 1998, p. 7 - 8.

<sup>8</sup> Descrição pormenorizada acerca da “cadeia velha” em Silva (1997).

Logo após sua inauguração, esta prisão apresentou problemas relacionados ao sistema de encanamento, de despejo de dejetos humanos e de espaço físico, que já era recorrente nos presídios do Brasil. Acerca disso, relata Brito (1926, p. 157-158):<sup>9</sup>

O problema do espaço interno da cadeia é recorrente em todos os presídios modernos, não só no Brasil. O custo para dividir os presos individualmente por células vai de encontro a um dos princípios do projeto penitenciário moderno, a economia, ou seja, a prisão, como bem disse Bentham, deve observar o baixo custo. Este problema, do número de células, fez com que se abandonasse o sistema celular auburniano na sua forma pura, optando-se pela formação de grupos nas células. Na França, este problema é evidenciado no segundo Império, o que insere no sistema penal a deportação para aliviar as cadeias. *“O programa celular era muito oneroso. Desde os anos 1840, vivas críticas tinham-se levantado contra a ineficiência e o custo elevado das prisões.”*

Entre 1853 e 1954, o sistema prisional no Estado vivenciou muitas dificuldades financeiras, falta de material e superpopulação carcerária.<sup>10</sup>

No início do século XX, as precárias condições das prisões eram relatadas em trabalhos de fiscalização. Como exemplo disso, em 1924, Lemos Brito descreveu o seguinte sobre a Casa de Correção:

[...] estão noventa e nove células, das quaes dezoito se destinam a reclusão disciplinar, barbearia, dormitório dos guardas, pavilhão de tuberculosos, cozinha da enfermaria, escola, depósitos de roupas, gabinete dentário e cárcere das mulheres.

Observa-se asseio em todas ellas, mas, infelizmente, sendo elevada a população carcerária, é reduzido o número de células, chegando a ver dez e quinze reclusos em uma só prisão.

[...] havia ali por ocasião de minha visita, em prisões separadas, mas no corpo do edifício 15 mulheres e 25 menores, além de simples detentos e pronunciados.

Pena é que, apertada entre o rio, a rua e o novo caes do porto, nada mais, ou pouco mais ali possa tentar.

---

<sup>9</sup> Citado ap. Silva (1997, p. 191).

<sup>10</sup> Descrições mais pormenorizadas sobre essa trajetória em Silva (1997).

A Casa de Correção se manteve ativa até 1954, quando foi incendiada pelos detentos em virtude da superlotação. Conforme Nery (1998, p. 12):

Já em 1952, abrigava mais do dobro do que a casa se destinava, a qual era para 500 presos, sendo que a grande parte, ainda, não condenados estavam à disposição da Justiça Pública e ali recolhidos pela falta de estabelecimento próprio, ou seja, a Prisão Provisória.

Em 1956 foi apresentado e encaminhado ao governador do Estado o projeto para construção da Casa de Prisão Provisória de Porto Alegre, hoje Presídio Central, visando a solucionar os problemas de promiscuidade, superlotação e precariedade que comprometiam qualquer esforço para ressocializar os apenados.

O Presídio Central, inaugurado em 1959, tinha por objetivo ser um modelo de tecnologia prisional. Porém, desde o início apresentou problemas em suas instalações, conforme Wolff (1991, p. 310):

[...] teve que, quase imediatamente, sofrer reparos. A falta de preparo de presos e funcionários fez com que muitos equipamentos fossem danificados e, dentro em pouco, retornava-se às mesmas condições precárias, vividas na Casa de Correção.

Os problemas relacionados à ampliação da população carcerária, controle e segurança só aumentaram com o decorrer do tempo. Para melhorar a organização do sistema prisional, em 28 de dezembro de 1968, foi criada, através da Lei nº 5745, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), que passou a ser o órgão responsável pelo planejamento e execução da política penitenciária no Estado. Todavia, o funcionamento da Susepe só foi regulamentado pela Portaria nº 314, de 13 de agosto de 1971.

A proposta de reformulação e ampliação do sistema penitenciário foi comentada pelo então secretário do Interior e Justiça em 1970 da seguinte forma:

Como se trata, porém, de um sistema que está sendo estabelecido paulatinamente, dentro dos escassos recursos humanos e materiais disponíveis, muito ainda está por ser feito. Mas, na realidade, o caminho até agora percorrido, dentro do objetivo maior de recuperar os apenados, através da disciplina sem imposições, do trabalho para todos e da participação ativa do meio social, já nos dá a certeza de que atingimos um ponto

irreversível, tal o êxito de múltiplas experiências realizadas. (...) Ainda perdura nos dias de hoje, até nos centros mais adiantados, a visão da pena como punição do delito cometido, pura e simplesmente, uma expiação tanto mais cruel quanto foi à extensão do dano causado à vítima. Alterar este conceito, tão arraigado ao longo dos anos – a própria palavra penitenciária possui ainda a força medieval que lembra o cumprimento de uma penitência – não é tarefa fácil, mas nem por isso, ou por isso mesmo, pode deixar de ser enfrentada. SISTEMA PENITENCIÁRIO (1970, p. 4).<sup>11</sup>

Apesar dos esforços governamentais, as medidas adotadas se mostraram pouco eficientes. O governador Antonio Britto, em 1995, determinou uma série de medidas para fechar o Presídio Central, após quase 40 anos de existência, devido à sua longa história de fugas, motins e mortes. Na época, o Presídio Central apresentava uma população carcerária de 1.600 detentos. Em 2002, saltou para 2.000. Hoje conta com mais de 4.800 presos, sendo que sua população flutuante chega a quase 5.000 presos, por haver ingressos para cumprimento de penas, saídas diárias decorrentes de transferências e término das penas. As medidas para o fechamento do presídio não foram consumadas, e sua precariedade só fez aumentar desde então.

Em 26 de julho de 1995, em virtude de inúmeros motins, fugas, precariedade da segurança e do descontrole prisional, foi estabelecida pelo governo estadual uma Força Tarefa da Brigada Militar no local. A presença da Brigada Militar não se deu somente no Presídio Central, mas também na Penitenciária Estadual do Jacuí, no Presídio de Alta Segurança de Charqueadas e no Hospital Penitenciário. O controle brigadiano das unidades prisionais seria emergencial por 180 dias, podendo ser renovado por mais 180, para que a Superintendência dos Serviços Penitenciários tivesse tempo hábil para reorganizar seu quadro de funcionários, que estava seriamente defasado.

Ao longo dos anos, a SUSEPE foi contratando funcionários através de concurso público e retomando a administração de algumas prisões. Porém, a Força Tarefa já completa 15 anos de administração do Presídio Central, da Penitenciária Estadual do Jacuí e da

---

<sup>11</sup> Citado ap. Bicca (2005, p. 24).

Penitenciária Modulada de Osório. A permanência da Força Tarefa nessas instituições, embora tenha conseguido diminuir os motins, fugas e mortes, indica que os problemas persistem, quais sejam, um quadro de funcionários deficitário e uma estrutura física que deveria ter sido ampliada.

Em agosto de 2007, em virtude de várias denúncias sobre as condições em que viviam os apenados no sistema prisional brasileiro, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vistoriou o sistema penitenciário gaúcho.

Vistorias nas prisões e penitenciárias para detectar seus problemas não são novidade. Conforme reportagem de *Zero Hora* de uma década atrás (05/09/2000, p. 44), já ocorreram em anos e administrações anteriores:

Superlotação, falta de condições sanitárias, demora no atendimento jurídico, suspeita de prisões irregulares e revistas íntimas que submetem familiares e amigos de apenados a situações degradantes e vexatórias. Esse foi o quadro encontrado por três deputados federais integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e uma representante do Ministério Público Estadual (MPE). A comitiva vistoriou a Penitenciária Estadual do Jacuí, em Charqueadas, durante a manhã, e o Presídio Central, de Porto Alegre, à tarde.

No final do mês de março e início de abril de 2008, a Comissão vistoriou o Presídio Central e a Penitenciária Feminina Madre Peletier<sup>12</sup>, ambos de Porto Alegre. Constatou que o Presídio Central apresentava péssimas condições para manter os apenados.

O relatório final, datado de junho de 2008, que teve como relator o deputado Domingos Dutra, apresenta dados sobre o Presídio Central que apontam uma superpopulação de 200%. Na época da vistoria, havia 4.235 apenados para uma capacidade de 1.565. Na unidade prisional existiam 123 infectados com AIDS e 56 com tuberculose. A Comissão observou que o atendimento médico e a distribuição de medicamentos são precários, quase inexistentes. Constatou que a estrutura física das celas é muito deficitária, pois onde deveriam

---

<sup>12</sup> Não serão inseridos dados sobre a Penitenciária Feminina Madre Peletier por não ser objeto do presente estudo.

viver **quatro, seis** ou **oito** presos, conforme a real capacidade da cela, por vezes estão encarcerados mais de **trinta**.

O relatório constata a existência de facções criminosas no interior do presídio, como *os manos, os abertos, os brasas* e *os unidos pela paz*, que estabelecem *seus códigos de conduta*, que devem ser cumpridos pela massa carcerária.

Conforme descrição da reportagem de *Zero Hora* (ed. 16 nov. 2008):

Para quem cumpre pena confinado em pavilhões com mais de 4 mil homens, a sobrevivência depende do cumprimento de *códigos*. A vida e a morte de apenados, em alguns casos, está nas mãos dos plantões de galeria (também chamados de *prefeitos* ou *xerifes*). Líderes de centenas de presos, eles têm o controle do que se passa atrás das grades. A lógica é a seguinte: a Brigada manda no Central, os líderes mandam nas galerias – embora oficiais discordem. Um dos encontros do plantão de uma das galerias, um jovem de 27 anos, com o capitão Rocha, chefe de segurança, foi testemunhado por ZH. Vestindo camiseta oficial do São Paulo, bermuda jeans, tênis Adidas, o jovem senta à frente do oficial. Ele não usa algemas e parece à vontade. Rocha inicia a conversa: – Tu sabes que no final do ano sempre surgem informações de fuga... O pessoal fica agitado. Eu quero ser informado de qualquer situação diferente. – Qualquer coisa, o senhor vai ser o primeiro a ficar sabendo – responde o preso. – Conseguimos tranquilizar o presídio. Não quero saber de bateção – diz Rocha. Bateção é quando, de forma sincronizada, todos os detentos batem objetos dentro das celas e lançam panelas contra as grades. A energia gerada faz tremer o Central, tornando o ambiente assustador. – Hoje em dia está tranqüilo. Resolvemos tudo lá em cima – completa o criminoso. Embora não admitam, líderes têm privilégios. Contam com um staff de 11 presos – mestres de paneiros, auxiliares, faxineiros – que tomam conta da rotina das galerias. São eles que estabelecem o preço do que é vendido nas galerias, determinam quem deve “viajar” (ser expulso da galeria, o que pode ocorrer na “elegância”, apenas conversando, ou na “manta”, desmaiado de tanto apanhar e carregado em um cobertor), a forma como os colchões serão distribuídos. Depois dos presos, quem mais sente os efeitos da superlotação são os PMs que trabalham nas portas das galerias. Barulho de grade batendo, o ruído de centenas de presos e o odor das cloacas, somados à tensão do local, tornam o ambiente insalubre. Ao trocar o patrulhamento das ruas de Santa Maria pelos corredores do Central, o soldado Marcus Vinícius Munhoz Dinis, 40 anos, pai de uma adolescente de 16 anos e de um menino de nove anos, surpreendeu-se: – Não tinha a menor idéia de que os jovens andavam soltos pelo corredor. É assustador. O cara está do teu lado! Lotado entre os pavilhões D

e C, os mais imundos e superlotados, Diniz passa 12 horas do dia de frente para os presos.

No contexto prisional esses diversos grupos ou facções impõem normas e seus próprios regramentos. A existência dos grupos ou facções rivais não é nova. Vários depoimentos e investigações ratificam isso. Conforme relata Francisco Conti, corregedor geral da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), em 2001, havia as facções *os manos* e *os brasas* no Presídio Central (na edição de *Zero Hora* de 27/11/2001):

Temos de admitir a existência de facções, conviver com elas e reduzir a força de suas lideranças – reconheceu o corregedor geral da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe).

Da mesma forma, o juiz da Vara de Execuções Penais, Sidinei Brzuska, declarou no telejornal *RBS TV*, em 23 de março de 2009:

O Estado controla quem entra e quem sai, ou seja, controla a porta de frente do presídio. Daí para dentro, são os presos que se organizam e com as suas próprias leis internas, entende.

Assim, o poder das facções se mantém, impondo seus códigos nos presídios e penitenciárias estaduais.

Na avaliação geral das vistorias realizadas no Sistema Penitenciário Brasileiro, o Presídio Central de Porto Alegre foi considerado pela Comissão Parlamentar de Inquérito como o pior estabelecimento prisional do país, com base em critérios de superpopulação, insalubridade, assistência médica e maus-tratos.

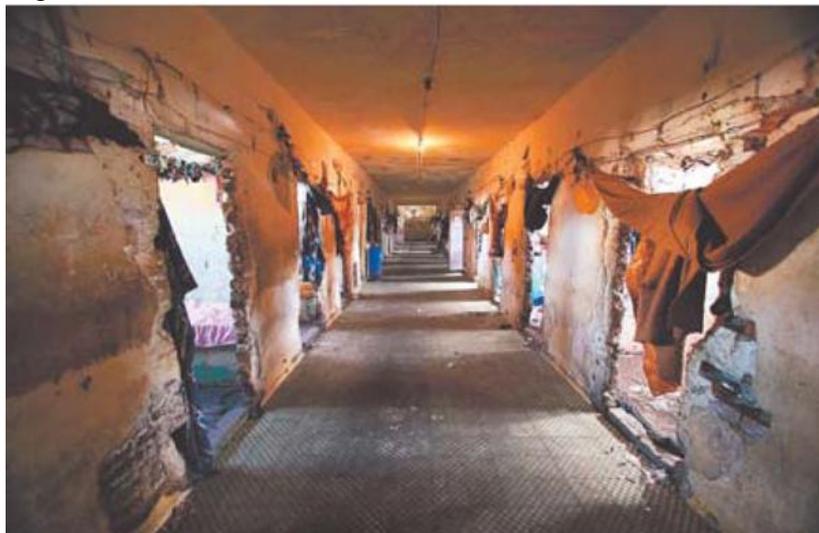
Atualmente as condições do Presídio Central, relatadas pelos entrevistados, continuam extremamente precárias e com superlotação, com mais de 4.800 presos. Conforme relato de NBHD (católico), 47 anos:

[...] trinta e oito na cela que eu paro, num espacinho de [...] fico em pé, entendeu, [...] mas isso aí o problema é geral, não tô me queixando de nada, eu sou culpado de tá aqui, sabe, de tá aqui, entendeu [...] Não tem o que fazer, ociosidade total [...].

Conforme as fotos a seguir, divulgadas pelo jornal *Zero Hora*, em 23 de março de 2009, e no telejornal *RBS TV*, em 25 de março de 2009, respectivamente, visualizamos uma das galerias do pavilhão “C” (fig. 1), que mostra o estado de precariedade do local onde os

presos cumprem penas e dormem (fig. 2). Cabe a ressalva de que essa galeria foi interditada e não há mais presos naquele local, mas até há pouco tempo abrigava centenas de presos.

Figura 1. Foto de Galeria do Pavilhão “C” do Presídio Central



Fonte: zero hora ed 23 mar 09

Figura 2. Foto de Cama de apenados no Presídio Central



Fonte: RBSTV ed 25 mar 09

Conforme arquivo histórico da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE-RS), a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) teve suas

origens na Colônia Correccional criada pelo Decreto nº 4.664, de 5 de dezembro de 1930, assinado por José Antônio Flores da Cunha, regulamentando o funcionamento da Colônia para atender detentos com pequenas penas, que deveriam trabalhar na agricultura, confeccionar tijolos, ferraria, etc.

Em 1938 foi instalada a Colônia Penal Agrícola “General Daltro Filho” às margens do Rio Jacuí, em uma área que pertencia ao Estado desde 1909. Essa área compreendia duas fazendas: a São Pedro e a Portuguesa, ambas próximas ao município de São Jerônimo. No projeto original mencionava-se a instalação de uma Colônia Correccional, mas na sua implantação ela obteve a denominação de Colônia Penal, recebia detentos que já haviam cumprido parte de suas penas e eram transferidos da Casa de Correção de Porto Alegre.

Em virtude dos inúmeros problemas que a Casa de Correção enfrentava no início da década de 1950, pela falta de estrutura, tratamento adequado e necessidade de manter os menores em regime fechado, a Colônia Penal passou a receber os menores daquela instituição.

A colônia penal, no início dos anos 50, sofreu algumas modificações em virtude das inúmeras fugas e motins, modificando seu perfil de um regime semiaberto para um aproximado ao fechado. O detento só podia executar suas atividades laborais dentro do próprio espaço da penitenciária. Essas medidas não se mostraram eficazes em termos de segurança e controle dos detentos. Acerca disso, descreve uma reportagem do *Correio do Povo* (21/02/1954, p. 17):

Além de não possuir qualquer instrumento para regeneração do criminoso, [...] ainda adotou uma praxe singular: permitiu que os presos casados fossem construindo choças e malocas em pontos diferentes da grande área, nelas colocando suas famílias, mulher, filhos, ascendentes, primos, etc. Vimos famílias inteiras em condições alarmantes.

A princípio essas construções eram postas, indistintamente, ao lado das dos funcionários da Colônia. Depois, alguns presos começaram a construir mais longe. E operou-se um espetáculo sem dúvida único na história do sistema punitivo entre nós: encontramos dessas malocas nos pontos mais afastados e abandonados da Colônia. Vimos choças a mais de oito quilômetros do centro da guarda. Um levantamento de alguns minutos revelou outro aspecto grave: famílias inteiras ali vivem, completamente à margem da sociedade, sem nada produzir, apesar de sobrar terreno e boa terra. Em sua maioria estas casas

não possuem horta, nem pé de milho ou mandioca que seja, galinheiro ou outra criação doméstica. O chefe da casa – que é o encarcerado – faz o trabalho obrigatório nas lides da Colônia e só. O resto vegeta. Também para que, o governo fornece ranchos para a alimentação de toda a família.

[...] qual o trabalho de regeneração? Há escola supletiva? Há o exame individual dos criminosos e algum trabalho para a sua recuperação? Há possibilidades para o trabalho dos familiares dos presos que ali se encontram? Não há nada disso.

Uma verdadeira fábrica de párias e não instrumento de regeneração é a Colônia Penal Daltro Filho.

No final dos anos 50, os problemas que envolviam fugas, superpopulação e número insuficiente de agentes penitenciários para guarnecer a penitenciária foram se agravando. Essa situação não era típica apenas da colônia penal, mas de todo o sistema penitenciário gaúcho. Conforme o jornal *Folha da Tarde* (10/07/1959, p. 8):

Nos últimos cinco meses nada menos de duzentos foragidos foram capturados pelos atentos policiais, o que atesta de forma eloqüente a desorganização dos serviços penais do Estado, onde a segurança necessária está relegada a plano secundário.<sup>13</sup>

O Decreto nº 19.572, de 20 de março de 1969, transformou a Colônia Penal Agrícola em Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), sendo regulamentado pela Portaria nº 314, de 13 de agosto de 1971, que definiu o seu funcionamento destinando-o ao recolhimento de apenados para cumprir penas privativas de liberdade e medidas de segurança detentivas. A mesma Portaria, no item dois, definiu da seguinte forma os encargos que a instituição deveria desenvolver com os presos:

II – atividades de valorização humana, compreendendo as atividades relativas a ensino, artes, recreação, atendimento social e religioso;

V – atividades de saúde, compreendendo as relativas ao atendimento clínico, odontológico, psiquiátrico, psicológico e dietético;

VI – atividades de produção agropecuária, às quais incumbe desenvolver os setores de produção agrícola e pecuária;

---

<sup>13</sup> Citado ap. Boarccaech (2009, p. 16).

VII – atividades de produção industrial e artesanato, às quais incumbe desenvolver os setores de produção industrial e artesanal.

Embora tivesse sua destinação bem definida, assim como o Presídio Central, a PEJ foi sofrendo modificações em sua estrutura física e, principalmente, um superpovoamento carcerário. Na mesma medida não ocorreu o aumento necessário de agentes penitenciários, o que ocasionou uma insegurança crescente na instituição, vindo a culminar em fugas e rebeliões constantes.

Em 1988 a Brigada Militar assumiu a administração da penitenciária, logo após uma rebelião dos detentos onde morreram três agentes penitenciários. Essa rebelião foi traumática, pois os agentes penitenciários foram amarrados às grades de uma galeria, e dessa forma, serviram de escudo humano contra a ação da Brigada Militar e dos agentes da SUSEPE que tentavam retomar o controle da penitenciária. A presença da Brigada Militar na administração não representou um controle total, uma vez que os serviços administrativos e a segurança continuaram a encargo da SUSEPE. A intervenção da Brigada Militar se estendeu por doze meses. Em seguida, a penitenciária passou ao comando da SUSEPE.

Os problemas de superpopulação, insegurança e fugas nas prisões gaúchas continuaram aumentando no decorrer dos anos. Tal situação culminou, em 26 de julho de 1995, com a ação do governo do Rio Grande do Sul de transferir a administração da PEJ para a Brigada Militar, tal como ocorreu com o Presídio Central de Porto Alegre, a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas e o Hospital Penitenciário.

Atualmente a PEJ, a PASC e o Presídio Central continuam sob a administração da Brigada Militar, que é, também, responsável pelas atividades relativas à segurança. A PEJ tem atualmente uma estrutura física de 13 galerias, que comportam 1.372 vagas, e nela cumprem penas em torno de 2.300 apenados, o que resulta num excesso de quase mil detentos.

As instituições Presídio Central e PEJ têm, portanto, historicamente muitos problemas no que concerne à estrutura física para alojar os detentos. Esses problemas existem há décadas. Já na sua origem, o sistema penitenciário foi deficitário no espaço para encarceramento e em atividades de ressocialização do apenado, previstas na Lei de Execuções Penais, como veremos a seguir.

## 1.1 Desígnio da pena e assimilações

A Lei de Execução Penal, Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, define como deverão ser cumpridas as penas, em consonância com as disposições de sentença ou decisões criminais, e estabelece que essas penas sirvam para uma reintegração social do apenado. Essa Lei revolucionou o debate sobre a questão carcerária no Brasil, pois, a partir dela impulsionou a perspectiva *correcionalista*, que tem por objetivo reinserir o detento socialmente. Nesse sentido, o objeto e a assistência ao preso são definidos da seguinte forma na Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, em seus Art 1º e 10º:

### Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

O aspecto da ressocialização se tornou o elemento central da pena, mas implicitamente se atribuem à pena outros fins, ou seja, aqueles que visam à punição do apenado em decorrência do delito cometido e à dissuasão da prática de novos crimes. Sobre a finalidade da pena de prisão em consonância com a LEP, descreve Thompson (2000, p. 3):

Propõe-se, oficialmente, como finalidade da pena de prisão, a obtenção não de um, mas de vários objetivos concomitantes:

- punição retributiva do mal causado pelo delinqüente;
- prevenção da prática de novas infrações, através da intimidação do condenado e de pessoas potencialmente criminosas;
- regeneração do preso, no sentido de transformá-lo de criminoso em não-criminoso.

Assim, punição e tratamento deveriam ser vistos como os extremos de uma série contínua, com variações intermediárias, as diversas partes a se imbricarem harmoniosamente, sem fraturas.

Enquanto anteriormente a tônica do confinamento carcerário recaía sobre o alvo *escarmento*, já a partir do século passado, pelo menos, passou a merecer ênfase especial a meta reabilitação.

A punição imposta ao apenado é a privação de liberdade, que prevê igualmente o tratamento penitenciário que deveria reabilitar o preso para conviver em sociedade. Por essa ótica, deveria haver, então, dentro do ambiente prisional, espaço laboral e social reeducador. Esses espaços quase que inexistem. Nesses ambientes prevalecem a violência e humilhações que em nada contribuem para a reeducação social do apenado.

A forma punitiva aplicada ao apenado com a finalidade de que este um dia retorne à sociedade e não venha a cometer novos delitos encontra limitações, em decorrência do apenado ser inserido em ambiente superlotado, sem atividades laborais, dotado de uma estrutura física extremamente precária, tendo que adaptar-se a grupos criminosos internos e sendo submetido à forma de organização disciplinar baseada na *força*. Com isso muitos apenados se revoltam cada vez mais com a sociedade que os pune. Segundo o depoimento do entrevistado SIOT (evangélico da Assembleia de Deus Ministério Restauração, 28 anos), *“muitas vezes a forma de impor a disciplina deles<sup>14</sup> é a força. E o que acontece? Essa força gera mais raiva, mais ódio, mais aquele desejo de sair daqui e de vingança.”* Desta forma, e por diversas outras manifestações de entrevistados com a mesma lógica, percebemos os indícios de que o intento de transformar um infrator em um cidadão apto a se reintegrar à sociedade não cumpre sua finalidade. Ilustrando essa assertiva, os dados sobre reincidências em crimes no Rio Grande do Sul revelam que 61,92% dos presos são reincidentes. Dos 29.656 presos, 18.363 já tiveram passagens anteriores pelas prisões.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Refere-se tanto aos guardas penitenciários como aos líderes de facções.

<sup>15</sup> Fonte: <http://www.susepe.rs.gov.br/>, acesso em 21 abr 10.

Thompson (2000, p. 11) comenta a antinomia existente entre a adaptação da vida à prisão e a readaptação à vida livre. Concebe-se que se o preso se mantiver fora de confusões e cumprir com os regramentos formais e consensuais dentro das prisões, será considerado reabilitado, após o cumprimento da pena de privação de liberdade. O comportamento que o preso passa a ter dentro das prisões de modo algum se assemelha ao que deverá ter em liberdade. O convívio cotidiano com facções criminosas, o uso de entorpecentes, as relações norteadas por uma adaptação às leis informais da “cadeia” impostas pela violência e pela força não são parâmetros ou padrões de convívio em sociedade desejados pelas autoridades judiciárias.

O detento tende a se adaptar e assimilar muito particularmente todo o contexto prisional, criando condutas evasivas e de defesa. Molda-se ao sistema de convivência próprio do contexto prisional no qual se encontra. A convivência entre os internos se reveste de codificações próprias estabelecidas pelas relações de poder das facções de detentos. Registros sobre as relações de poder e cumprimento de regramentos temos em Varella (1999) e nos depoimentos dos entrevistados deste estudo.

O impacto inicial, quando o indivíduo chega à prisão, é enorme em virtude de toda a precariedade e insegurança que o cerca. Nesse sentido, vejamos alguns relatos de como se sentiram ou como foram suas experiências quando ingressaram a primeira vez na prisão:

QHTT (Assembleia de Deus), 41anos, relata sobre as questões de saúde e higiene:

[...] É como se diz, a “zica”<sup>16</sup> da cadeia, né. As “muca”<sup>17</sup>, as roupa mal lavada [...] muitas vezes a gente não consegue um sabão, um detergente e a gente muitas vezes se deita no pátio, e como se diz muitas vezes, a zica que tem. Que é as peste que vêm de rato e de barata. Pode cuidar! O que a gente vê todo o dia. [...] eu vejo pessoas indo pro hospital, indo pra rua lá, pra se curar. Porque não conseguem [...] às vezes não conseguem nem caminhar. Porque estão doente com qualquer infecção, com qualquer coisa que se pega, que eles diz que é das próprias enfermidades que tem aqui dentro. [...] Aí quando entra um cara todo, vamos dizer assim, oh! Às vezes vem um cara da rua

---

<sup>16</sup> Termo empregado nas prisões que diz respeito às diversas doenças que os presos têm ou adquirem.

<sup>17</sup> Significa roupa suja, ou o próprio indivíduo que chega à cadeia sujo e com as roupas mal lavadas.

que ele não se importa muito com a sua aparência física, né. Sua aparência pessoal, ele não se preocupa muito, ele anda completamente sujo, unha suja, mal lavada, então isso significa *muca*. E aí a gente diz: Ah, já vem chegando uma muca aí, olha uma muca aí. E aquilo já vem trazendo doença. É só aquilo que traz [...]

Sobre o impacto na entrada da prisão relato do entrevistado EUD, (católico), 27 anos:

Bah, foi horrível, não tem nem como explicar, a gente se sente um cachorro aqui dentro, um bicho, ainda mais que eu entrei na segunda do F, que eram 35 pessoas por cela, fechado, né, [...] Lá é horrível, eu saí, dei graças a Deus e daí voltei de novo e fiquei [...], fui para terceira do C, que é a pior galeria do presídio, mas eu não sabia...bah, lá é uma cela menor que esse espaço aqui (a sala da entrevista, 2m x 4m), ficam oito deitados, um para lá outro pra cá, cabeça pra lá, pé pra cá, cabeça pra lá, pé pra cá, e mais uns três numa rede pendurados que eles montam, uns pedaços de lençol enrolado na parede, três redes, cheio do tal de percevejo, que picam a pessoa e fica vermelha a pele da pessoa, cheio de coceira. A maioria é viciado lá, a gente tá dormindo, três da manhã, pisa em cima da cabeça do cara e vai fumar droga do lado da gente. Uma vez eu briguei com um, dei num [...], pisou em mim, né, [...] naquele dia eu ainda não tava com Deus ainda, senão não tinha brigado com o cara, teria relevado [...], mas foi só.

Nesse mesmo sentido, SIOT (evangélico da Assembleia de Deus Ministério Restauração), 28 anos, relata:

[...] ah! o fato de ficar fechado, trancado, que nem um animal, que nem um bicho, e ser tratado que nem um bicho, que nem um animal, de ver pessoas apanhando, isso aí tudo mexeu comigo, sabe? Mexeu comigo, faz com que a pessoa fique mais revoltada ainda, porque a pessoa [...] o desejo aguçado de vingança, de matar, de ódio, sabe? Isso faz dentro desse lugar [...].

Em decorrência disso, o preso constrói uma percepção em relação a si e à sociedade. Vejamos como percebem o que a *sociedade* pensa a respeito deles e almeja para sua vida pós-prisão.

Conforme SIOT (evangélico da Assembleia de Deus Ministério Restauração), 28 anos:

[...] o homem se coloca muito na qualidade de juiz, de julgar as pessoas, sabe? E às vezes tiram um ponto de visão errôneo, né! Porque existem muitos irmãos que saem daqui e voltam pro

mundo do crime e daí, tipo assim, a gente sai daqui e dizem não ... é ex-presidiário, saiu da cadeia, vai ser a mesma coisa. E pegam tudo junto assim e generalizam e põem tudo dentro do lixo, [...] eles não conseguem dividir entre as pessoas que foram transformadas por Deus e pessoas que não conseguiram acreditar nessa bênção, mas que tentaram [...] mas a maior dificuldade que eu vejo, assim, é como eu coloquei pro Sr. “*as pessoas aqui dentro, elas estão esquecidas, ninguém tem carinho por elas, ninguém tem sentimento por elas*”, o sentimento que tem é só de condenação, elas têm que pagar o que elas fizeram, têm que receber uma punição, mas o ser humano esquece que todos nós somos feitos de sentimentos [...] A sociedade não se preocupa, que nem agora eu vou sair daqui, né, o que que a sociedade me oferece? “*Um título de ex-presidiário*”, que é uma pessoa que cometeu crime, de tráfico, matou. Qual é a pessoa que vai me dar emprego na rua? Quem é que me dá emprego na rua? Quem é que vai abrir os braços pra mim e dizer vem cá, meu, vou te ajudar, quem? Se não for a minha própria família hoje, os meus irmãos, que são o pastor na rua que sabem que Deus fez uma transformação na minha vida, então é difícil [...].

Conforme RHTT (Assembleia de Deus), 41 anos:

[...] só que, às vezes, a sociedade pega pesado, eu entendo por que que ela pega pesado, eu não tiro a razão dela, mas tem muitas coisas que se precisa ver. Que realmente existe recuperação dentro da cadeia. Existe, sim! Existem pessoas que querem mudar de vida [...] mas o que a sociedade quer do preso, quer que fique preso e quer a *perpétua*, que as pessoas não saiam mais. Mas aqui tem pessoas de qualidade, pessoas que querem mudar de vida, né! É isso que vejo aqui, nessa trajetória que eu tô levando [...].

Os apenas entrevistados têm baixa expectativa em relação à retomada de uma vida social fora da prisão. A esperança maior se situa nos grupos evangélicos e por parte daqueles que conseguem se manter relativamente alheios às pressões das facções. A questão prisional é compreendida por Thompson (2000, p. 110) de maneira análoga à perspectiva dos presos sobre sua reinserção social:

No momento, esposo o ponto de vista de que a questão penitenciária não tem solução “em si”, mas parte integrante de outro maior: a questão criminal, com referência ao qual não desfruta de qualquer autonomia. A seu turno, a questão criminal também nada mais é que mero elemento de outro problema mais amplo: o das estruturas sócio-político-econômicas. Sem mexer nestas, coisa alguma vai alterar-se em sede criminal e, menos ainda, na área penitenciária.

Por não existirem de fato programas de ressocialização dos detentos nos presídios pesquisados, que atendam toda a população carcerária, verifiquei alguns desdobramentos que giram em torno da adaptação do preso àquele ambiente. Essa adaptação, por vezes, é previsível ao “*infrator*” mesmo antes de ele ser encaminhado àquele local. Ele tem *a priori* a noção de que se for preso, sofrerá o descaso da sociedade e deverá adequar-se ao ambiente prisional sob novos regramentos. Sabe que se infringir as regras próprias da microssociedade prisional, o sistema punitivo no interior das prisões, imposto pelos próprios detentos, será rigoroso, podendo em certos casos pagar com a própria vida. Para a maioria dos apenados, a angústia inicial quando do ingresso na prisão é enorme, o temor é imenso, a maculação de identidade é recorrente, atingindo a própria personalidade do indivíduo, e sua adaptação é forçada.

Conforme relato de BBD, frequentador de duas denominações evangélicas (Show da Fé, Universal), 27 anos:

[...] tu vem, entra ali, tu olha aquele baita presídio: aquela coisa. Tu fica com aquele pensamento: Ah, eu vou ficar aqui só hoje. Não sei onde vou ficar. Vou cuidar pra não ser estuprado e amanhã vou voltar pra casa, com fé em Deus, tudo bem [...] me botaram ali [...] *vai lá pra galeria do fundo* [...] bah! Tu chega na galeria ali [...] e aí sentei num canto, chorei, chorei, chorei, [...] é muito organizado assim, por exemplo, até nove horas tem que tá todo mundo em pé, não tem: Ah, eu vou ficar dormindo mais um pouco [...] **Quem julga se houver indisciplina?**<sup>18</sup> – Ah é o pessoal da prefeitura,<sup>19</sup> eles vão lá e [...] eles podem fazer qualquer coisa contigo.

A sensação de insegurança do indivíduo no presídio e em relação a seu futuro é muito acentuada. À medida que o preso é conduzido ao fundo de uma galeria, sujeito a todo tipo de risco pessoal, tende a perder velhas referências e se vê forçado a adequar-se àquele local. Isso se aproxima do que Goffmann (2007, p. 24) definiu como uma *mortificação do eu*:

---

<sup>18</sup> Pergunta do entrevistador.

<sup>19</sup> Prefeitura é a equipe de presos eleita pelos próprios presos e em acordo com a administração que impõe ordem e é responsável por trabalhos de faxina, trancamento de celas, entre outros. Sobre a instituição das prefeituras em prisões gaúchas, ver Chies (2008).

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. Os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais [...].

Sob essa ótica e analisando a microssociedade prisional a que tive acesso, verifiquei que a relação com o mundo exterior e o processo de transformação de identidade dos presos nas duas prisões se assemelham, *em certa medida*, ao que relata Goffman (2007), ou seja, um fechamento ao mundo exterior, o impedimento de saída e de interação no plano físico com o mundo externo. As atividades dos presos são monitoradas, realizadas em companhia de outras pessoas, rotinizadas e obedecem a normas impostas pela instituição. Valho-me do termo *em certa medida*, pois nas instituições penais estudadas os conceitos de Goffmann acerca das *instituições totais* se aplicam parcialmente, sobretudo pelo fato de que os presos, organizados em facções, tendem a controlar considerável parte do que ocorre no interior dos presídios.

O *fechamento* não se caracteriza tão acentuadamente também pelo fato de que os detentos estabelecem interação com o mundo exterior através das visitas, que lhes oportunizam relações e acessos diversos, das informações externas por meio de aparelhagens eletrônicas e do contato físico (visitas íntimas), que fundamentalmente desconstroem a idéia de uma rotinização estabelecida unicamente pela instituição. Segundo Goffmann (2007, p. 17), “*em uma instituição total [...] todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade*”.

Nos presídios e penitenciárias vigora a lei das facções, que convive com a autoridade institucional e o seu ordenamento numa espécie de ajustamento de forças. Essas duas modalidades de regência interna se fundem e operam na rotina das prisões, o que difere substancialmente do proposto pelo conceito de *instituição total*.

Por isso, considero mais oportuno o uso do conceito de *prisonização*<sup>20</sup>, que se refere à adaptação que o indivíduo tem de fazer em virtude de sua transposição para o cárcere. De acordo com Thompson (2000, p 23-24):

De qualquer forma, devemos entender por assimilação o processo lento, gradual, mais ou menos inconsciente, pelo qual a pessoa adquire o bastante da cultura de uma unidade social, na qual foi colocado, a ponto de se tornar característico dela. [...] o termo *prisonização* indica a adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar, dos costumes, dos hábitos – da cultura geral da penitenciária. *Prisonização* é semelhante à assimilação, pois todo homem que é confinado ao cárcere sujeita-se à *prisonização*, em alguma extensão. O primeiro passo, e o mais obviamente integrativo, diz respeito a seu status: transforma-se, de um golpe, numa figura anônima de um grupo subordinado; traja as roupas dos membros deste grupo; é interrogado e admoestado; logo descobre que os custodiadores são todo-poderosos; aprende as classes, os títulos e os graus de autoridade dos vários funcionários; e, usando ou não usando a gíria da cadeia, ele vem a conhecer o seu significado; [...]. De várias outras maneiras, o preso novo desliza para dentro dos padrões existentes; aprende a jogar ou aprende novas maneiras de fazê-lo; adquire comportamento sexual anormal; desconfia de todos, olha com rancor os guardas e, até, os companheiros. Em suma: vem a aceitar os dogmas da comunidade. [...] nenhum escapa a determinadas influências, que se poderiam chamar de fatores universais de *prisonização*, tais como: - aceitação de um papel inferior; - acumulação de fatos concernentes à organização da prisão; - o desenvolvimento de novos hábitos, no comer, vestir, trabalhar, dormir; - a adoção do linguajar local; - o reconhecimento de que nada é devido ao meio ambiente, quanto à satisfação de necessidades; - eventual desejo de arranjar uma boa ocupação (ou, no jargão prisional carioca, uma faxina<sup>21</sup>).

O efeito da *prisonização* sobre o interno gera reações, desdobramentos, ajustamentos individuais e grupais. As observações e entrevistas efetuadas revelam que os comportamentos dos apenados nas duas prisões são pautados pelos regramentos disciplinares formais das instituições e pelas imposições das facções, que constituem regramentos consensuais. Essas duas formas de regramentos internos próprios das prisões influem nas percepções, práticas e ações de todos os que vivem nesses ambientes.

---

<sup>20</sup> Conceito original em Clemer, Donald. *Prisonization*. In *The Sociology of Punishment & Correction*, citado ap. Thompson (2000, p. 23).

<sup>21</sup> Termo que se assemelha à expressão *jaleco* nas prisões do Rio Grande do Sul.

Cabe observar que a prisonização não afeta exclusivamente o apenado. Boa parte dos comportamentos que os profissionais do cárcere têm dentro do ambiente prisional foge aos padrões extramuros. O agente<sup>22</sup> estabelece uma relação ou inter-relação direta com o grupo de presos e tem de agir de tal forma para conseguir dar cabo das tarefas impostas pela instituição. Ou seja, precisa adaptar-se aos regramentos da “cadeia”. Condutas de violência, de rispidez, de indiferença e, ao mesmo tempo, concessões que tiver que fazer fazem parte de seu dia a dia. Ocorre certa ambivalência. O que importa ao profissional é, primeiramente, conseguir desempenhar sua tarefa, que é a de manter a população carcerária calma, sob certo ordenamento, e pouco ou muito pouco lhe importa o futuro criminal dos apenados.

Nesse aspecto, afirma Thompson (2000, p. 27):

[...] julgo crucial acentuar que os carcereiros também sofrem os efeitos da prisonização, no sentido de abandonar os padrões que observam na vida extramuros, para – pelo menos enquanto intramuros – adotar os valores aqui vigorantes. Essa situação de ambivalência é, na maior parte das vezes, inconsciente, porém mostra grande importância, do ponto de vista operacional. Sem um certo grau de prisonização, os funcionários, sobretudo de maior categoria, ao tentar carregar os valores da sociedade livre para a comunidade prisional, pretendendo impô-los ali, entrariam em choque com a instituição e, provavelmente, ou a levariam ao caos ou seriam ejetados do sistema.

No período da realização de observações nas prisões, em dado momento da pesquisa ocorreu uma morte de um detento na prisão<sup>23</sup>. Um comentário de pronto foi emitido por um agente/guarda penitenciário: – “*Não tem problema, abriu vaga.*” Também pude presenciar declarações acerca da simulação que os detentos faziam durante as entrevistas com os profissionais dos quadros técnicos: – “*Ah, nessa hora parece que são uns santinhos. Se a gente não os conhecesse, até acreditava neles.*” O efeito da prisonização no comportamento desses profissionais explica, ao menos em parte, tais declarações. Ocorre nesses profissionais uma substituição de seus valores extramuros pelos que lhes são incutidos no cotidiano da atividade laboral na prisão. Em relação à rispidez e às condutas agressivas, comumente se

---

<sup>22</sup> Quando me refiro ao agente, quero dizer todo funcionário investido na segurança, quadro técnico ou administrativo das prisões.

<sup>23</sup> Omito o nome para preservar a identidade do profissional e da instituição.

utiliza como justificativa comportamental a seguinte expressão: “*Cadeia é cadeia*”<sup>24</sup>, que é recorrentemente repetida pelos guardas penitenciários, refletindo que estão cientes de que agem de acordo com os padrões daquele local.

Assim como a prisão age sobre o preso produzindo novas subjetividades e sujeitos institucionalizados, age sobre seu quadro profissional. Faço essa referência uma vez que haverá de importar na determinação das condutas dos agentes/guardas penitenciários para com os detentos de modo geral e os evangélicos de uma forma muito peculiar, como veremos.

---

<sup>24</sup> Citação também feita em Thompson (2000, p. 28).

## **2 Os presos pentecostais no Presídio Central e na Penitenciária Estadual do Jacuí**

Neste capítulo apresento dados sobre o pentecostalismo e, particularmente, como esse segmento religioso se manifesta e é assimilado pelos detentos nas prisões gaúchas pesquisadas. Para que compreendamos o mote da inserção pentecostal nestas duas prisões, descrevo sumariamente a origem e expansão pentecostal no Brasil e em que momento surge de maneira significativa nas prisões gaúchas. Subsequentemente exponho o perfil, a identidade, moralidade, usos e costumes evangélicos; as motivações de reconversão/conversão e como é o cotidiano dos evangélicos nos ambientes prisionais. Procuo, dentro de cada um desses enfoques, ampliar a discussão acerca dos desdobramentos comportamentais gerados a partir das relações interpessoais dentro do contexto prisional.

### **2.1 Origem e crescimento pentecostal no Brasil e nas prisões gaúchas**

O nome pentecostalismo está relacionado ao evento da descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes, descrita no capítulo 2 do livro de Atos dos Apóstolos:

- 1 Quando chegou o dia de Pentecostes, todos os seguidores de Jesus estavam reunidos no mesmo lugar.
- 2 De repente veio do céu um barulho que parecia um vento soprando muito forte e encheu toda a casa onde estavam sentados.
- 3 Então todos viram coisas parecidas com chamas, que se espalharam como línguas de fogo; e cada um foi tocado por uma dessas línguas.
- 4 Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, de acordo com o poder que o Espírito dava a cada um.

- 5 Estavam morando ali em Jerusalém judeus religiosos vindos de todas as nações do mundo.
- 6 Quando ouviram aquele barulho, uma multidão se ajuntou, e todos ficaram muito admirados, porque cada um poderia entender na sua própria língua o que os seguidores de Jesus estavam dizendo.
- 7 A multidão estava admirada e espantada e comentava: - Estes homens que estão falando assim são galileus!
- 8 Como é que nós os ouvimos falar nas nossas próprias línguas?
- 9 Viemos da Pártia, da Média, do Elão, da Mesopotâmia, da Judeia, da Capadócia, do Ponto, da Ásia,
- 10 da Frígia, da Panfília, do Egito e das regiões da Líbia que ficam perto de Cirene. Alguns de nós vieram de Roma.
- 11 Uns são judeus, e outros, convertidos ao Judaísmo. Alguns vieram de Creta, e outros da Arábia. E como é que todos estamos ouvindo essa gente falar nas nossas próprias línguas a respeito das grandes coisas que Deus tem feito?
- 12 Todos estavam admirados, sem saber o que pensarem, e perguntavam uns aos outros: - Que quer dizer tudo isso?
- 13 Porém outros zombavam e diziam: - Estes homens estão bêbados.<sup>25</sup>

No Brasil a origem do pentecostalismo se relaciona ao movimento que surgiu nos Estados Unidos no início do século XX<sup>26</sup>. As primeiras igrejas pentecostais, “*de primeira onda*”,<sup>27</sup> fundadas no Brasil são a Congregação Cristã, em 1910, e a Assembleia de Deus, em 1911. Essas duas igrejas inicialmente se caracterizavam por uma forte oposição à Igreja Católica, pela ênfase no batismo no Espírito Santo e no dom de falar em línguas, pelo sectarismo e por uma conduta ascética.

Destas igrejas destaco a maior e mais visível no cenário brasileiro, a Assembleia de Deus. Seus fundadores foram dois missionários com origem humilde nascidos na Suécia; respectivamente, Daniel Berg, em 19 de abril de 1884, na cidade de Vargön, e Gunnar Vingren, em Ostra Husby, em 8 de agosto de 1879. Ambos são oriundos de famílias da Igreja Batista. Esses dois suecos tiveram seu primeiro encontro em uma convenção batista em Chicago, nos Estados Unidos, em 1909. Eles tinham em comum a crença batista, as manifestações do Espírito Santo e o sentimento de que deveriam pregar em terras distantes.

---

<sup>25</sup> Texto extraído da Bíblia Sagrada Online – A Bíblia na Linguagem de Hoje, p. 149.

<sup>26</sup> Descrição mais pormenorizada em Freston (1993) e Mariano (1999).

<sup>27</sup> Definições sobre a divisão pentecostal dadas por Freston (1993).

Inicialmente, por intermédio da Igreja Batista, os dois receberam a doação de passagens para o Brasil, para a cidade de Belém do Pará, onde iniciaram suas pregações. Após alguns meses foram expulsos da Igreja Batista por sua pregação sobre o batismo pelo Espírito Santo e criaram o movimento que recebeu o nome de “Missão da Fé Apostólica,” denominação originária do pentecostalismo fundado a partir de William Seymour, em Los Angeles, 1906, que ganhou notoriedade nos Estados Unidos e veio a propagar o pentecostalismo rapidamente para outros países.<sup>28</sup> Somente em 11 de janeiro de 1918 foi criada a denominação oficial Assembleia de Deus.

Após 40 anos surge a “*segunda onda*”, sendo fundadas as igrejas Evangelho Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). A partir da década de 70, surge a “*terceira onda*”, ou a corrente neopentecostal, com suas principais representantes: a Igreja Universal (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), entre outras denominações.

A expansão evangélica no Brasil tem sido objeto de estudo de diversos autores nas últimas três décadas. De acordo com os dados estatísticos comparados dos Censos do IBGE realizados entre 1980 e 2000, verifica-se significativo avanço evangélico.

Em 1980, o Brasil possuía uma população de 6,6% de evangélicos. Em 2000, 15,4%. Conforme o Instituto DataFolha, os evangélicos já representavam 22% da população acima dos 16 anos em 2007 (Campos, 2008). Este percentual indica, então, que o Brasil tem hoje cerca de *45 milhões de evangélicos*, sendo que 17% dos brasileiros são pentecostais.

Conforme a Tabela 1, verificamos que em nove anos, de 1991 a 2000, a população evangélica duplicou. Analisando os dados comparativos dos anos 2000 e 2007, podemos verificar o crescimento acelerado nessa década.

---

<sup>28</sup> Sobre a história do pentecostalismo no Brasil, ver Freston (1994).

Tabela 1 – Quadro demonstrativo da expansão evangélica no Brasil

Ano	População de religião evangélica (percentual)	População de religião evangélica (números absolutos)
1890	1,00	143.743
1940	2,61	1.074.857
1950	3,35	1.741.430
1960	3,98	2.824.775
1970	5,17	4.814.728
1980	6,63	7.885.846
1991	8,98	13.189.284
2000	15,41	26.184.941
2007	22,00	45.000.000*

\* população estimada

Fonte: IBGE – Séries estatísticas e históricas ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) e Datafolha

Trabalhos de Lobo (2005) e Scheliga (2005) apontam que, concomitantemente com a expansão evangélica no Brasil, ocorreu o crescimento de evangélicos nas prisões. No caso gaúcho, em ambas as prisões que pesquisei, o crescimento pentecostal se evidenciou na mesma época. Primeiramente isto se deu na Penitenciária Estadual do Jacuí nos anos 90, quando se formou o grupo evangélico denominado *Estrela do Cárcere*. Este, posteriormente, sofreu uma divisão em 2007, originando um novo grupo sem denominação específica. O grupo maior e mais antigo na penitenciária, *Estrela do Cárcere*, define-se como seguidor da Assembleia de Deus e tem 105 integrantes. O outro grupo, sem denominação específica até o momento, segue a Assembleia de Deus Ministério Restauração e tem 75 integrantes. Ambos os grupos concentram a quase totalidade dos evangélicos da PEJ.

A divisão dos evangélicos na PEJ não ficou bem esclarecida, mas, pelo que se obteve de informações dos entrevistados, ocorreu a partir do momento em que houve o cisma de um grupo de pastores da Assembleia de Deus que deu origem à nova denominação em 2004: Assembleia de Deus Ministério da Restauração. Esse movimento ocorreu na cidade de Porto Alegre após a eleição do presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas e Pastores da Assembleia de Deus do Rio Grande do Sul (CIEPADERGS). O pastor que concorria ao cargo pela chapa de oposição, Humberto Schmidt, promoveu o cisma e fundou a nova denominação. Esse cisma possui duas versões que se contradizem, pois uma defende a posição de que

ocorreu a partir da derrota nas eleições e a outra, a defendida pela nova denominação, que ocorreu em virtude de um chamamento divino ao pastor Humberto, que então teria organizado a nova igreja<sup>29</sup>.

Concomitantemente, nessa época, os pastores da Assembleia de Deus que visitavam e pregavam na PEJ e migraram para a Assembleia de Deus Ministério Restauração contribuíram para promover a partição no grupo de evangélicos no interior daquela penitenciária. Porém, pouco se fala sobre essa partição dentro da PEJ.

Apesar da cisão no grupo, ambos os grupos convivem pacificamente e se respeitam mutuamente. As lideranças entrevistadas enfatizam a convivência pacífica. Embora tenham crenças e práticas similares, ocupam galerias diferentes e têm um controle rígido sobre seus seguidores. Uma das situações comprobatórias desta convivência diz respeito ao envio de missionários às demais galerias por parte das duas denominações. Há um acordo de *cavalheiros* entre as lideranças: à medida que um grupo envia missionários para uma galeria, a outra liderança não o faz concomitantemente.

No Presídio Central, a origem da presença de evangélicos não é tão nítida como na PEJ. Porém, de acordo com os relatos dos entrevistados e declarações dos profissionais da instituição, o aumento de seguidores das religiões evangélicas foi percebido no mesmo período, ou seja, a partir da década de 90. Até a presente data, porém, os evangélicos não formaram um grupo isolado e com lideranças tão definidas como as da PEJ.

No Rio Grande do Sul, a distribuição da população prisional em relação à religião é a seguinte:

**Tabela 2 – Distribuição da população carcerária do Rio Grande do Sul em relação à religião**

Religião	Quantidade	%
Budista	7	0,02

<sup>29</sup> Sobre a origem dessa cisão, ver a posição da Assembleia de Deus Ministério Restauração em [www.adrestauracao.com](http://www.adrestauracao.com) e a da Assembleia de Deus de acordo com Lopes (2008, p. 74-76).

<b>Religião</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Católica	20.009	69,17
Evangélica	2.946	10,18
Espírita	234	0,81
Islâmica	5	0,02
Judaica	13	0,04
Não informada	2.374	8,21
Outras	171	0,59
Sem religião	2.180	7,55
Testemunha de Jeová	50	0,17
Umbanda	938	3,24
<b>TOTAL</b>	<b>28.927</b>	<b>100</b>

Fonte: SUSEPE – <http://www.susepe.rs.gov.br> (acesso em 17Out09)

Conforme os dados da Tabela 2, verificamos que o percentual dos que se declaram evangélicos quando do ingresso nos presídios gaúchos é de 10,18%. Esses percentuais, no entanto, não correspondem aos que realmente praticam a religião no interior das prisões pesquisadas. No Presídio Central, a população evangélica é de difícil contagem, pois, diferentemente da Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), não há grupos evangélicos em galerias isoladas. Com base em entrevistas e informações dos profissionais que trabalham na instituição, estimo que existam em torno de 150 evangélicos praticantes no Presídio Central, representando aproximadamente 3,13% de uma população de 4.800 detentos.

Na Penitenciária Estadual do Jacuí, como já citei, há duas galerias exclusivamente para evangélicos, a 4B, com 105 adeptos da Assembleia de Deus, e a 1C, com 75 adeptos da Assembleia de Deus Ministério Restauração. O total de 180<sup>30</sup> presos evangélicos representa 7,83% de uma população aproximada de 2.300 apenados.

O percentual maior de evangélicos na PEJ, comparativamente ao Presídio Central, pelo que se percebeu nesses ambientes, tem relação com a conversão que lá ocorre. Isto é, decorre

---

<sup>30</sup> Os números apresentados dizem respeito à época da pesquisa, e é importante percebermos que há variações numéricas nas duas instituições em virtude de transferências de presos, defecções do grupo religioso e o ingresso de novos adeptos nos grupos religiosos.

da atividade proselitista dos presos e dos grupos dos pastores das igrejas evangélicas que fazem visitas constantes na penitenciária. A referência de grupo e a coesão grupal, que oferecem certa segurança aos detentos, são fatores que contribuem para aumentar o contingente de evangélicos na PEJ.

## **2.2 Perfil social e religioso dos detentos entrevistados**

Para uma avaliação adequada do perfil dos entrevistados no Presídio Central e na PEJ, as primeiras entrevistas foram efetuadas com os líderes evangélicos das galerias, que, por sua vez, estimularam outros detentos a concedê-las.

Os detentos selecionados para entrevista, de modo geral, estavam desejosos de expor sua trajetória pessoal e sair um pouco da rotina da prisão, pois, como muitos deles relataram, *são raras as pessoas que se dispõem a nos dar atenção e dispor de um pouco de seu tempo.*

No Presídio Central, não há líderes evangélicos em todas as galerias, diferentemente da PEJ, onde há lideranças bem definidas nos dois grupos lá existentes. Mas os que foram entrevistados me facilitaram, sobremaneira, o contato com a comunidade de evangélicos da prisão. Com isso, gerou-se certa boa vontade e “descontração” para a efetivação das entrevistas, ainda que no Presídio Central e na PEJ uma afirmação nesse sentido seja um tanto contraditória, dadas as sinistras condições e circunstâncias dos ambientes.

Com relação à religião que os entrevistados praticavam antes do ingresso na prisão, obtive as seguintes definições dadas por eles: um era da Pentecostal Cristã, quatro da Assembleia de Deus, onze eram católicos, seis disseram-se evangélicos, mas sem definir confissão alguma, dois da Igreja Universal, um sem religião e dois adeptos do batuque. Dos 27 entrevistados, 13 definiram-se como evangélicos antes de serem presos.

**Tabela 3 – Distribuição da amostra em relação à denominação religiosa anterior à prisão**

<b>Denominação religiosa</b>	<b>PC</b>	<b>PEJ</b>
Pentecostal Cristã	01	00
Assembleia de Deus	04	00
Católica	07	4
Evangélica sem denominação específica	06	00
Igreja Universal	02	00
Deus é Amor	00	00
Sem religião	01	00
Batuque	00	2
<b>Subtotal</b>	<b>21</b>	<b>06</b>
<b>Total</b>	<b>27</b>	

Em relação à prática religiosa atual dos entrevistados, no Presídio Central o quadro é o seguinte: dois integrantes da Igreja Universal, dois da Internacional da Graça de Deus (Show da Fé), um da Deus é Amor, um da Pentecostal Cristã, cinco da Assembleia de Deus, três que frequentam mais de uma igreja evangélica (geralmente a Internacional da Graça de Deus – Show da Fé e a Igreja Universal), seis católicos e um sem religião. Na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), os entrevistados declaram-se da seguinte forma: três evangélicos da Assembleia de Deus e três da Assembleia de Deus Ministério Restauração.

**Tabela 4 – Distribuição da amostra em relação à denominação religiosa atual**

<b>Denominação religiosa</b>	<b>PC</b>	<b>PEJ</b>
Igreja Universal	02	00
Internacional da Graça de Deus (Show da Fé)	02	00
Deus é Amor	01	00
Pentecostal Cristã	01	00
Assembleia de Deus	05	03
Assembleia de Deus Ministério Restauração	00	03
Evangélica (frequentadores de mais de uma denominação)	03	00
Católica	06	00

<b>Denominação religiosa</b>	<b>PC</b>	<b>PEJ</b>
Sem religião	01	00
Subtotal	21	06
<b>Total</b>	<b>27</b>	

Nas duas prisões, de um universo de 20 evangélicos, sete são os que se converteram e 13 já eram evangélicos antes de serem presos. Chama a atenção o fato de haver no Presídio Central somente um que se converteu na prisão, enquanto na PEJ todos são convertidos, oriundos de outras denominações. Veremos em subcapítulo subsequente as razões para o que ocorre de diferente nas duas prisões em relação à questão da conversão.

Conforme Tabela 4, observa-se que no Presídio Central há três frequentadores de mais de uma denominação religiosa que têm essa rotina para se manterem próximos às convicções religiosas de tendência pentecostal. Desta forma, frequentam os cultos de mais de uma denominação sem aderir exclusivamente a nenhuma delas. Frequentar mais de uma denominação religiosa ou participar de suas práticas só é possível no Presídio Central, talvez por não haver um grupo maior constituído que exija fidelidade exclusiva. Na PEJ, isso não é permitido, e naquela penitenciária o indivíduo adere à religião do grupo ou tem de se retirar dele. Não há tolerância para qualquer dúvida na adesão, submissão e fidelidade denominacional.

Ainda em relação à Tabela 4, a amostra nas duas instituições apresenta um maior número de adeptos da Assembleia de Deus, assemelhando-se ao que aponta o Censo Demográfico do IBGE de 2000, que mostra que esta é a maior igreja evangélica do Brasil, que detinha 47,5%, (8.418.154) dos pentecostais do país. O crescente número de pentecostais nas prisões decorre, em parte, da atividade proselitista dos presos evangélicos e dos pastores que visitam as prisões, mas também do aumento de prisões de evangélicos pentecostais do sexo masculino.

No Presídio Central a presença semanal de pastores da Igreja Universal é de oito a dez nos finais de semana; do Show da Fé, quatro a cinco por semana; com menos frequência, de alguns pastores da Assembleia de Deus. Outras denominações também frequentam o Presídio

Central. Mas as que são mais visíveis em praticamente todos os dias de visita são as acima citadas.

Na PEJ, o trabalho de evangelização dos pentecostais é realizado por pastores da Assembleia de Deus e da Assembleia de Deus Ministério Restauração. Esses pastores participam e pregam nos dois grupos constituídos dentro da prisão. A periodicidade de visitas é, no mínimo, mensal, pois ocorre sempre na última quarta-feira do mês. Às vezes, ocorre também em dias de visitação aos presos. A adesão de presos aos cultos e à prática religiosa que os pastores buscam se manifesta de maneira diferenciada nas prisões pesquisadas. Esse aspecto será visto quando tratarei do proselitismo nas prisões.

As tipificações penais são as mais diversas: dos 27 entrevistados, oito respondem pelo crime contra a dignidade sexual, oito por homicídio, três por tráfico de drogas, sete por roubo/assalto e um por furto qualificado, conforme tabela abaixo:

**Tabela 5 – Distribuição da amostra em relação ao tipo penal**

<b>Tipo de crime</b>	<b>Quant.</b>
Contra a dignidade sexual	08
Homicídio	08
Tráfico de drogas	03
Roubo/assalto	07
Furto qualificado	01
<b>Total</b>	<b>27</b>

Alguns presos da amostra receberam condenações por mais de uma tipologia penal, ou seja, condenação por tráfico, roubo e assalto a banco concomitantemente, sendo que para fins de enquadramento utilizei o tipo relativo à maior pena. Não é possível fazer uma divisão etária adequada relacionada ao tipo penal, porque há os que cumprem pena há mais de 15 anos e os que estão há seis meses na prisão. O entrevistado mais jovem tinha 27 anos e o mais velho, 58.

Os que cumprem pena pelo crime contra a dignidade ou liberdade sexual, denominado *duque* no presídio, por se tratar do tipo penal que abrange do Art 213 do Código Penal

Brasileiro até o Art 232<sup>31</sup> – **Crimes contra a dignidade sexual**, via de regra, não são aceitos pelo restante da massa carcerária e são isolados em uma galeria separada, em razão do risco de serem agredidos fisicamente e, às vezes, mortos. O rótulo de *duque* é de grande gravidade nas prisões. Uma das primeiras declarações de um entrevistado *duque* foi a de que teria sido condenado pelo Art 214<sup>32</sup> e não 213, pois o segundo se refere ao estupro e o primeiro ao atentado violento ao pudor, que, a seu ver, é menos grave. Este temor se faz sentir em todos os presos condenados por esse artigo.

Na questão relacionada aos crimes sexuais, de acordo com a base de dados apresentada, verificamos que há um número expressivo de entrevistados que se enquadram nessa tipologia penal que, recorrentemente, é definida pela psicologia e pela psiquiatria como um crime compulsivo, não racional e motivado por um desvio de conduta.<sup>33</sup>

Na amostra desta pesquisa, nem todos os oito condenados por crimes que atentaram contra a dignidade sexual são evangélicos, mas dentre os que cometeram esse tipo de crime e se reconverteram ou converteram após ingressar na prisão quatro eram evangélicos antes de serem presos.

No *tipo*<sup>34</sup> crime sexual recai sobre o evangélico um estigma ainda maior do que sobre, por exemplo, um católico não praticante. Isso decorre da rigorosa moralidade e dos costumes de santificação dos evangélicos, que exigem comportamentos ascéticos e condenam rigorosamente desvios morais e sexuais. A pressão psicológica que o evangélico acusado deste tipo de delito tem de suportar é muito mais intensa. A comunidade religiosa à qual pertencia, a família, os amigos, enfim, todo o seu entorno social anterior à prisão, tende a reprimi-lo severamente pelo delito. Em contrapartida, a compulsão e a culpa referente a tal prática, em certa medida, encontram explicação na própria matriz religiosa, que atribui

---

<sup>31</sup> Alguns dos artigos foram revogados pela nova redação da Lei 12.015, de 2009, porém mantém-se dentro das prisões o rótulo “duque”.

<sup>32</sup> Revogado conforme nova redação da Lei 10.215, de 2009.

<sup>33</sup> Sobre as motivações de crimes sexuais ver BALLONE, GJ – **Delitos Sexuais (Parafilias)** – in. PsiquWeb, Internet, disponível em [www.psiqweb.med.br](http://www.psiqweb.med.br), revisto em 2005.

<sup>34</sup> Refiro-me à descrição legal de uma conduta definida como crime.

responsabilidade pelo desvio comportamental às forças demoníacas que teriam se apossado de seu corpo e de sua vontade.

A relação desse tipo de crime com a repressão sexual religiosa carece de um estudo pormenorizado. Os costumes ascéticos e puritanos evangélicos reprimem a sexualidade. Quando eles são desobedecidos, podem ser, em certa medida, justificados dentro da mesma lógica religiosa, o que não é uma característica exclusiva dos evangélicos. Nesse sentido, o exorcista do Vaticano Gabriele Amorth (revista *Isto É*. ed. 2106 – 03/2010) justifica a existência do diabo e suas ações sobre o ser humano nos casos da prática de pedofilia por sacerdotes católicos, afirmando: “*O diabo existe, não é uma entidade subjetiva ou simbólica, e precisa ser enfrentado*”.

Para enfatizar o que significa ser preso por crime sexual e ingressar no presídio, vejamos a descrição de um caso em reportagem da *Zero Hora* (18/05/2003):

Duque é a gíria nascida no jogo do bicho para referência a 200. Os criminosos adotaram o termo para apelidar quem entra na cadeia pelos artigos 213, estupro, e 214 do Código Penal, atentado violento ao pudor. “É duque 13”, costumam dizer. É como L., 22 anos, passa a ser chamado às 5h54min de sábado, assim que pisa no plantão permanente do Presídio Central. Antes que abra a boca para se identificar, o motivo da prisão se espalha. O rapaz vira atração para quem dribla o sono na madrugada fria dentro das duas celas do plantão. Depois de revistado, é levado ao cárcere. Em razão do tipo de delito, requer esquema especial. PMs armados, com ajuda do preso plantonista, abrem um corredor entre os demais. L. passa direto até a cela isolada. Há alvoroço. Fisicamente, está sob a proteção do Estado, obrigatória por lei. Mas ninguém pode impedi-lo de ouvir. E por horas ele escuta ameaças, gritos, piadas sobre o que pode lhe ocorrer dentro das galerias. – Duqueou já era, só me parte o coração. Duqueou tá f... se eu tô aí, tu já tinha tomado uma corda na grade – avisa uma voz que vem da cela oposta a que está L. Homens suspeitos ou condenados por crimes que envolvam violência sexual são isolados por questão de segurança. Uma das normas mais respeitadas entre detentos é a de que crimes sexuais são desprezíveis e seus autores merecem sofrer. Ou até morrer. É o amor e o instinto de proteção pela família, pelas mulheres e filhas que estão fora dos muros e podem se tornar vítimas, que fazem com que os presos cultivem com intensidade essa regra. No Central, esse tipo de criminoso ocupa, com os homossexuais, a 1ª galeria do pavilhão F. Três horas depois, L. já perdeu a altivez com que chegou ao presídio. Tem expressão e atitude de total submissão. Mesmo fora do

alcance dos companheiros presos, obedece a ordens. Aproxima-se da grade a ponto de ser agarrado, sofrer puxões e tapas. Os presos ordenam que ria. Ele ri. Mandam que dê bom-dia. Ele dá. É um tipo de tortura que pode levar à morte. – A pressão psicológica que os presos desenvolvem é tão forte que o duque acaba convencido de que deve se matar. Temos de estar sempre atentos. Já houve casos de gente que ia tentar se enforcar com a própria roupa – diz um servidor da prisão. Ele teve prisão preventiva decretada por atentado violento ao pudor, tentativa de homicídio e roubo. A vítima de L., uma jovem de 19 anos, sofreu um assalto seguido de abuso sexual. Dentro do carro em que ela estava, ele ordenou que tirasse a roupa, fez um disparo contra o rosto dela, e praticou atos libidinosos. Conforme a vítima, ele ainda lhe cravou um caco de vidro no pé.

Quando o *duque* não é posto em *seguro*<sup>35</sup>, ele, para preservar sua integridade física ou mesmo a vida, poderá tornar-se um companheiro sexual de algum líder de facção que o protegerá. A referência negativa ao *duque* percorre todo o universo prisional, inclusive o dos guardas, conforme Boarcaech (2009, p. 136-137):

O soldado Samuel<sup>36</sup> que está na Força Tarefa desde o ano de 2002 comenta sobre o tratamento que dispensa aos presos: Duque (estupradores), não quero nem saber, chego na galeria e digo que tá chegando mais uma moça na cadeia! O cara estupra criança, vem preso, come, dorme e depois de alguns anos sai e estupra de novo! Olha, eu não tenho pena! [...] pergunta se ele teve pena da criança que estuprou?

O preso duque tende a ser *coisificado*. Se cair em mãos da massa carcerária, poderá ser violentado de diversas maneiras. Boarcaech (2009, p. 150) relata um caso:

Um exemplo disto ocorreu com Túlio<sup>37</sup>. Enquanto conversávamos, percebi que tinha um sinal no rosto. Esse sinal significa, dentro dos códigos da prisão, que Túlio pertence a alguém e, portanto, ninguém pode “se meter com ele” sem autorização. Túlio foi condenado por ter estuprado três meninos entre cinco e dez anos de idade e quando foi preso não escapou à punição àqueles condenados por crimes sexuais. Após passar alguns meses sendo agredido sexualmente dentro do presídio,

---

<sup>35</sup> *Seguro* é o espaço que é usado para as galerias ou espaços entre corredores onde estão apenados que cumprem pena por estupro, crimes passionais, que foram policiais, possuem curso superior ou que enfrentam alguma incompatibilidade com o grupo maior.

<sup>36</sup> O nome Samuel é um pseudônimo.

<sup>37</sup> O nome Túlio é um pseudônimo.

um preso resolveu se “apossar” e o tatuou para marcar a sua propriedade. Túlio passou a fazer a faxina da cela, preparar a comida, lavar a roupa e ser amante exclusivo.

As profissões dos detentos da amostra anteriores ao ingresso no presídio são assim distribuídas: quatro eram trabalhadores na função de serviços gerais, dois montadores de máquinas, dois vigilantes, dois funcionários públicos municipais, dois motoristas, um mecânico, um estofador, um mestre de obras, um barbeiro, um vendedor, um policial militar, um professor, um psicólogo e um teólogo, conforme tabela a seguir:

**Tabela 6 – Distribuição da amostra por profissões exercidas antes da prisão**

<b>Profissões</b>	<b>Quant.</b>
Serviços gerais	04
Montador de máquina	02
Vigilante	02
Pintor	01
Eletricista	01
Jardineiro	01
Empreiteiro de mata <sup>38</sup>	01
Marceneiro	01
Funcionário público municipal	02
Motorista	03
Mecânico de automóvel	01
Estofador	01
Mestre de obras	01
Barbeiro	01
Vendedor	01
Policial militar	01

---

<sup>38</sup> Esta profissão é comum nas regiões de plantio de matas de eucaliptos e acácias-negras, onde existe um intermediário nas negociações de compra e venda da madeira entre o comprador final e o produtor.

<b>Profissões</b>	<b>Quant.</b>
Professor	01
Psicólogo	01
Teólogo	01
<b>Total</b>	<b>27</b>

A vida profissional progressiva dos entrevistados revela que a maioria das profissões são manuais e de baixa remuneração, com poucas exceções. Embora os entrevistados tivessem emprego anteriormente à prisão, isso não constituiu fator relevante o suficiente para que não cometessem crimes. A remuneração média dos apenados entrevistados não passava dos R\$ 800,00, mas não foi fator para a indução criminal, segundo seus depoimentos.

Em relação ao grau de instrução, verificou-se que a maioria não havia completado o ensino médio. Apenas três detentos entrevistados têm ensino superior: um psicólogo, um teólogo e um professor de letras<sup>39</sup>. Estes últimos ficam com os detentos que foram ex-policiais e trabalhadores de áreas de segurança. Permanecem em galerias separadas, pois, assim como os *duque*, não são aceitos pela massa carcerária. Este fato se deve à diferenciação que estes presos apresentam no seu vestir, no seu comportamento e por ser um privilégio dos que possuem curso superior, até o momento da condenação. Sobre a distinção do detento com curso superior, o entrevistado SC, evangélico frequentador de três denominações (Show da Fé, Universal, Assembleia de Deus), 49 anos, comenta:

[...] Apesar de minha diferença, pois eu uso óculos, da minha aparência. Está na cara que eu não sou do mesmo mundo, [...] quando a gente vai em audiências, eles colocam no camburão e chamam a gente do *seguro*. *Seguro* é porque tem que ir separado, é ex-policial, curso superior, dependendo do *artigo*<sup>40</sup>, tem que ir separado [...].

Geralmente os presos mais escolarizados são empregados pela administração penitenciária, tornando-se trabalhadores *jalecos*; e por isso também são segregados. A percepção sobre o preso que trabalha no presídio é comum a toda a população carcerária e

<sup>39</sup> Todos os três são evangélicos, mas omito suas denominações para preservar suas identidades.

<sup>40</sup> Refere-se ao artigo 213 e 214 – *duque*.

inscrita nos seus códigos internos. Segundo o entrevistado HMD (da Pentecostal Cristã), 43 anos:

O preso cria regras diferenciadas [...] eles também diferenciam nós deles, porque trabalhador, para o restante da casa, para o restante dos detentos, o trabalhador é *sem vergonha, trabalha para a polícia*. Então, não deveria ser dessa forma. Eu sempre pensava que fosse ser visto de uma maneira benéfica, mas a gente é visto de forma maléfica, depende do lugar onde a gente está, tipo ali no *brete*. Eles olham tudo atravessado e, se puderem dar uma avançada, eles dão, se tiver lá na sala do *parlatório*<sup>41</sup>, se facilitar eles avançam, por se tratar de trabalhador *jaleco*...

No que se refere ao trabalho na prisão, constatou-se que parte dos presos tem o privilégio de trabalhar nos serviços gerais das unidades prisionais. Esses presos se distinguem por usar um jaleco amarelo, “*os jalecos*”, como são denominados pelos demais. Eles não são bem vistos, porque, para a massa carcerária, trabalham para a Brigada Militar, sendo por isso tidos como supostos delatores de acontecimentos internos, os *dedo duro*. Os *jalecos* transitam pelo interior do presídio acompanhados por um ou dois guardas e executam as mais diversas tarefas, como faxina, limpeza de pátio, corte de grama, trabalho em oficinas, serviço de barbearia, estofaria e, principalmente, na cozinha do presídio.

Para os evangélicos entrevistados, o trabalho e a fé verdadeira constituem elementos ligados à prosperidade. Isso se aproxima aos seus princípios doutrinários, que, segundo alguns textos bíblicos citados nas entrevistas, como Marcos 11.23-24, Lucas 11.9-10 e Gênesis 17.7, reforçam o ideário da busca do sucesso pessoal, o conseqüente fortalecimento de suas identidades e o reconhecimento social.

Um número expressivo de detentos é alocado nos serviços de confecção das refeições diárias. As cozinhas do Presídio Central e da Penitenciária Estadual do Jacuí são de extrema importância, pois a preparação de comida para mais de 4.800 presos no Presídio Central e para 2.300 na PEJ, respectivamente, não constitui tarefa simples. Esse serviço se mantém ativo 24 horas por dia para o preparo diário, no Presídio Central, de uma média de 400 kg de

---

<sup>41</sup> *Parlatório* é a sala para onde o preso é conduzido para falar com seu advogado.

feijão, 700 kg de arroz e cerca de 500 kg de carne, além da distribuição de uma quantidade enorme de frutas e verduras, e na PEJ são preparados uma média de 420 kg de arroz, 200 kg de feijão, 280 kg de carne, frutas, verduras e saladas. Além disso, em ambas as prisões ocorre o preparo do café a partir das 3h30min.

A ocupação do tempo dos detentos com atividades laborais representa uma forma de valorizar o indivíduo; apesar de serem rotulados pelos demais, isto lhes rende uma redução na pena. Para cada três dias trabalhados, reduzem um dia na pena. A manifestação de satisfação por conseguirem uma redução da pena foi explicitada pelos apenados que fizeram parte da amostragem e que trabalham nas prisões.

A questão do tempo do recluso tem implicitamente outra dimensão, que está ligada ao controle. Em virtude de o recluso estar em locais/espacos dentro da prisão onde desenvolve atividades laborais, torna-se mais fácil o controle sobre ele e a imposição de normas, ou as condutas previstas pelas administrações das casas prisionais. Chies (2008, p. 48), com essa perspectiva, afirma: “Tal qual o espaço, o tempo é um elemento multidimensional na questão penitenciária e, igualmente, estratégico e utilitário para fins de controle e disciplina.”

### **2.3 Identidade, moralidade, usos, costumes e representações**

Os estudos sobre os pentecostais feitos nas Ciências Sociais contêm importantes contribuições e observações sobre a moralidade, o comportamento, a identidade e o estereótipo desses religiosos. Demonstram que, com algumas exceções, as igrejas pentecostais cobram um ascetismo sectário rigoroso que tende a distinguir o crente no grupo social em que vive. Vestuário, consumo de bebidas e envolvimento em questões políticas eram e, em certa medida ainda, são controlados por dirigentes e comunidades pentecostais.

A identidade religiosa dos pentecostais implica a adoção de um comportamento distinto. A respeito disso Brandão (1988, p. 48) afirma:

[...] ser crente significa haver-se convertido ativamente a uma religião e haver-se militantemente incorporado a uma Igreja, a uma congregação de fiéis que rege a vida do crente e polícia de perto todos os aspectos do exercício diário de uma identidade social que a religião domina. Apenas os salvos podem ser crentes, e haver sido salvo pela crença evangélica significa modificar não apenas um receituário de crenças e algumas atitudes de culto, mas toda uma identidade da pessoa. O sujeito crente é a sujeição do sujeito à identidade da crença.

Os adágios “o crente não se mistura”, “a vida do crente é a Igreja” e “crente não se mete na política”, citados por Brandão (1988), refletem noções presentes na construção dessa identidade, referentes à separação do crente do mundo e da mundanidade. Essas considerações acerca dos crentes pentecostais são percebidas quando se estuda sua maneira de agir, ou melhor, seu estilo de vida.

Nas prisões a presença evangélica é notada por um comportamento peculiar do *crente*, que é muito distinto do restante da massa carcerária. Nesse ambiente os evangélicos reforçam os princípios ascéticos próprios da religião pentecostal e, sob a alegação dos próprios presos de que *dentro da prisão é mais fácil apresentar e manter a identificação evangélica*, conseguem revigorar os preceitos de uma identidade religiosa baseada no ascetismo e num moralismo puritano, pois dispõem de tempo integral para a prática religiosa.

No Presídio Central e, principalmente, na Penitenciária Estadual do Jacuí se observa na fala dos evangélicos o discurso recorrentemente atribuído aos pentecostais no que diz respeito ao repúdio às coisas do mundo. Conforme os depoimentos obtidos, o evangélico, para demonstrar sua santificação e, assim, confirmar sua identidade religiosa, necessita demonstrar que apreendeu os ensinamentos dos pastores, devendo, para tanto, vestir-se diferentemente dos demais, proceder de acordo com o que aprendeu em sua religião e, desta forma, ver-se a salvo das tentações mundanas. Sobre esta questão, Mariano (1999, p. 190) afirma:

Para não serem contaminados e corrompidos pelas coisas, paixões e interesses do mundo, os líderes pentecostais procuram imprimir na conduta dos fiéis, desde a conversão, normas e tabus comportamentais, valores morais, usos e costumes de santificação. Infundem neles o desejo de viver o Evangelho de acordo com o mais puro ascetismo de rejeição do mundo, segundo a definição weberiana, de modo a distanciar-los de coisas, atitudes,

valores e instituições do incrédulo, porém tentador mundo circundante. [...] Purificados dos pecados cometidos antes de renascer no batismo das águas, os fiéis são instados a trilhar o penoso caminho da santificação. Para que não sucumbam às pulsões, aos desejos, às próprias inclinações pecaminosas, devem renunciar aos prazeres mundanos, compreendidos como ciladas do Diabo, por meio do padecimento e da mortificação da carne. Para que o Espírito Santo lhes preencha a vida, santificando-os, devem morrer para o mundo, o qual, como causa e lugar de sofrimento, além de rejeitado, deve ser combatido.

A conversão pentecostal prevê tal mudança de crenças e práticas. Essa conversão é marcada, como a citação anterior descreve, pelo batismo nas águas que, constitui o marco que separa uma pessoa que estava “perdida no mundo” de *um novo ser renascido em Cristo*. Entretanto, a sustentação de uma distinção comportamental, além de reforçada no interior da comunidade pentecostal, depende da percepção e do reconhecimento alheios. Situo aqui essa questão identitária, pois a identidade evangélica, assim como qualquer outra, só é conferida *a partir dos outros com os quais convivem*, ou seja, os outros detentos deverão percebê-la e reconhecê-la a partir das noções que têm acerca do que significa ser um crente pentecostal.

Nesse aspecto, vejamos o depoimento de UQ (evangélico da Assembleia de Deus), 54 anos:

[...] os costumes de nossa igreja, ou seja, viver conforme o que é o costume que a palavra de Deus exige, para que nós possamos seguir a palavra de Deus e nos apresentarmos a Deus como um povo separado, como diz Jesus, que veio buscar um povo especial e de boas obras. O que é isso? É ser um povo seu, especial e de boas obras. Nós não podemos ser igual ao mundo. Aonde nós estamos andando nós somos divulgado, é pelo nosso ser, é pelo nosso falar, pelo nosso vestir e pelo nosso código de vida [...].

O afastamento das coisas do mundo por parte do evangélico, previsto em sua doutrina original como meio para provar sua santificação, necessita de uma exteriorização. Inicialmente, o batismo nas águas é o seu divisor identitário entre uma vida de pecado e uma vida de santificação, de transformação em um novo ser. Posteriormente, esperam-se outras manifestações exteriores que avalizem mudanças comportamentais em termos de santidade, como forma de vestir, falar, comportar-se em seu dia a dia e negação de diversas práticas mundanas. Nesse sentido, afirma Mariano (1999, p. 190):

Assim procedendo, ele denota sua condição de salvo em Cristo. A fim de atingir a perfeição cristã, para onde caminha espiritualmente aquele que renasce em Cristo, é fundamental que o crente, como vaso e templo do Espírito Santo, afaste-se dos prazeres, interesses e paixões do mundo.

Os entrevistados evangélicos demonstraram tendências ratificadoras em relação a suas crenças, buscando nelas referências que pudessem explicar sua situação enquanto presos e como deveria ser seu comportamento a partir da retomada ou conversão religiosa. Conforme ênfase do entrevistado DSUS (Deus é Amor), 29 anos:

[...] Essa igreja é uma igreja de doutrinas primitivas. A pessoa tem que morrer pro mundo quase que literalmente. A pessoa não [...] pode ter relações carnis, e se for casado, o respeito tem que ser absoluto [...] **“sobre a retomada da religião dentro da prisão”**<sup>42</sup> Eu estava determinado a morrer. Então, eu morri pra carne, eu morri pro mundo, morri pros vícios dos desejos da carne, e deixei Deus operar [...].

Fora das prisões, percebe-se que, nos últimos anos ocorreu certa relativização em relação a alguns preceitos evangélicos referentes aos usos e costumes de santidade. O acesso aos meios de comunicação, televisão e rádio, que antes eram tidos como instrumentos *demoníacos*, hoje é tolerado, pois a própria propagação das mensagens evangélicas se dá através deles, além de jornais e revistas. Contudo, no interior das prisões, principalmente na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), verifica-se o reforço da conduta puritana tradicional que tem que ser vivida de forma muito rígida. Esse *modus vivendi* ascético é reforçado pela intensa relação comunitária, isto é, pelo fato de a convivência em grupo ocorrer forçosamente durante as 24 horas do dia. Neste contexto os membros do grupo não têm como sustentar comportamentos distintivos, já que não dispõem de tal liberdade.

Na PEJ, há um sentimento de pertença grupal muito arraigado nos presos evangélicos e que lhes fornece uma identificação segura. A relação comunitária oferece uma sensação de segurança, de identidade, por ser extremamente rígida, disciplinada e previsível. O ambiente prisional, que é violento, inseguro e dominado por facções, contribui para que o grupo evangélico seja uma alternativa comunitária fraternal e uma poderosa fonte de apoio

---

<sup>42</sup> Pergunta do entrevistador.

emocional. Analogamente, num estudo realizado numa favela no Rio de Janeiro, afirma Cunha (2009, p. 236):

Num espaço social como o das favelas, no qual a insegurança é tão presente no cotidiano, onde o sentimento de desrespeito e de baixa confiança em si mesmo e nas instituições é muito intenso, a rede dos evangélicos e os laços de afeto e confiança gerados (e/ou fortalecidos) a partir de tal pertencimento religioso têm uma dimensão fundamental na rotina, não só dos que se filiam a esta religião e participam de suas atividades litúrgicas, mas também para os que vivem próximos a esta realidade e percebem neste meio uma possibilidade de buscar “acolhimento” em momentos de necessidade. É como se a percepção da existência de um lugar ou grupo no qual é possível obter proteção material, emocional e espiritual já fizesse o indivíduo dispor de alguma sensação de segurança.

Na PEJ, verifiquei a importância dos dois líderes dos grupos evangélicos. Eles constituem a referência no sentido de indicar ao grupo as formas de vestir, comportar-se e viver segundo a Bíblia. Os grupos evangélicos são uma referência importante na penitenciária. Quando algum ordenamento é expedido por um líder evangélico aos demais membros do grupo religioso, este deve ser cumprido, sob pena de *confusão*, ou de sofrer punição na forma de chamada de atenção ou até de expulsão do grupo. Como dizem nas galerias, *vai para o portão*, de onde os guardas penitenciários o encaminharão para outro ambiente.

A liderança evangélica é reconhecida não somente por seu *rebanho*, mas também pelo restante da massa carcerária e, inclusive, é respeitada pela administração penitenciária. Sua autoridade, veremos adiante, transita entre dois *códigos de honra* presentes na penitenciária.

No Presídio Central, os evangélicos também se distinguem dos outros presos pelo linguajar, pelo modo de vestir, pela aparência e pelo comportamento em geral. Eles trajam sempre suas melhores roupas, alguns usam terno e gravata, sapatos, e estão sempre bem penteados e sem barba. Na Penitenciária Estadual do Jacuí, a distinção entre os presos evangélicos e os não evangélicos é ainda maior. Naquela penitenciária, os comportamentos são bem mais rígidos e cumpridos à risca, sob pena de os infratores serem advertidos pelos líderes e, em casos graves, expulsos do grupo.

Nas entrevistas realizadas nas duas prisões, os evangélicos se apresentaram com vestes que destoavam daquelas do restante dos que circulavam (eram conduzidos) nos corredores. Trajavam terno, alguns com gravata, outros vestiam roupas com fotos de familiares, por exemplo, camisetas com a estampa da esposa e filhos; todos estavam sempre com os cabelos penteados, com a barba feita e vários com a Bíblia em punho (mesmo algemados), reforçando, assim, sua identidade e seu estereótipo religiosos.

Em ambas as prisões, o vocabulário dos evangélicos é diferente daquele do restante da massa carcerária. Eles não usam gírias, não falam palavrões, conversam pausadamente e empregam sistematicamente passagens bíblicas para sustentar suas convicções e estabelecer diálogos.

Para além do aspecto pessoal, o ambiente nas galerias evangélicas da PEJ em que se encontram é diferenciado: as camas estão alinhadas e arrumadas; na sua cabeceira, por vezes, encontra-se a vestimenta em cabides bem organizados, e a limpeza é feita pelos próprios detentos, diferentemente do que ocorre no restante das galerias, onde funciona o serviço de plantão, que cumpre tais tarefas juntamente com alguns auxiliares escalados pelas prefeituras.

No Presídio Central, por não existirem galerias específicas de evangélicos, são as celas onde vivem que estão organizadas de forma similar às galerias da PEJ, principalmente no tocante às suas vestimentas, como ternos e sapatos, que sempre ocupam lugar de destaque na cabeceira de suas camas. Os que não possuem terno dão destaque a uma camisa e calça social.

Figura 3. Vestimenta de um detento evangélico sobre a cabeceira de sua cama



Fonte: RBSTV, 24 mar. 09

Figura 4. Alojamento e camas de integrantes evangélicos na PEJ



Fonte: RBSTV, 24 mar. 09

Nas prisões, quando se fala de evangélico ou *irmãozinho*, como os demais presos costumam denominar os conversos, consegue-se distinguir um evangélico em virtude de seu comportamento e de suas vestes. Eles são respeitados pelos demais detentos e pelo quadro administrativo em função de sua opção religiosa. Em ambos os ambientes estudados, observou-se essa distinção, mas principalmente na PEJ quanto aos integrantes do Estrela do Cárcere da PEJ, afirma Boarccaech (2009, p. 49-50):

Ser um integrante do Estrela do Cárcere significa para os seus componentes redimensionar os seus próprios valores e aderir a uma ética puritana. Para os “irmãos”, os demais presos – inclusive os que freqüentam outros grupos religiosos – vivem em ambientes apertados e convivem em “meio ao mal”, ou seja, estão imersos em situações de promiscuidade sexual, violência, falam constantemente em vingança e em praticar novos delitos e estão, na maioria, desamparados socialmente, sem ajuda e perspectivas futuras fora do presídio.

Em contrapartida ao reconhecimento dos evangélicos, os detentos não evangélicos cobram deles o cumprimento rigoroso de uma conduta puritana de acordo com o estereótipo tradicional dos pentecostais. Caso venham a descobrir que o crente “não é sincero e que está se escondendo por detrás da Bíblia”, podem castigá-lo severamente, sobretudo em caso de ele não ter acertado suas dívidas pregressas.

Os detentos têm e imprimem códigos de honra próprios, girando em volta de uma moralidade e ética específicas no ambiente das prisões. Cabe aqui a ressalva de que, embora vigore um respeito pelo *modus vivendi* dos crentes, estes não podem desacatar o restante dos

regramentos impostos pelos demais presos no presídio<sup>43</sup>. Nessa ordem, por exemplo, um convertido evangélico em hipótese alguma pode ser um delator, pois sabe que, se infringir um regramento da ética prisional, sofrerá as sanções, independentemente de ser evangélico ou não.

À primeira vista pode parecer pouco razoável discorrer sobre honra e ética aplicada ou referida a pessoas que cometeram crimes e se situam à margem da sociedade, destituídos de cidadania. Mas os referenciais comportamentais construídos no interior das prisões são muito bem definidos e situados. O respeito interno entre presos deve ser preciso, pois as relações se estabelecem face a face, e não em uma perspectiva anônima. Sobre a rigidez dos códigos internos, afirma Chies (2008, p. 67):

São códigos rígidos, com sanções rigorosas à menor infração, expressando tanto a necessidade de coesão diante do sistema formal e oficial de poder e coerção, como relações de poder internas dentro do grupo dos apenados, que, igualmente, avançam no conflito e confronto entre grupos de apenados e estes com os integrantes da administração burocrática e formal e oficial.

Sobre a questão de respeito aos códigos das prisões, os entrevistados evangélicos e, também, não evangélicos relatam que quando algum preso não acata as ordens do plantão da galeria, que é o indivíduo escalado pela *prefeitura*, ele é *encaminhado*<sup>44</sup> para o *brete*. O *brete* é um espaço existente entre as galerias, uma parte isolada nos corredores. Nesse espaço ficam os detentos que não foram aceitos numa galeria pelos demais presos, que estão à espera de um local para ficarem, ou seja, *vão viajar*. Viajar é o termo utilizado no interior das prisões que indica a mudança de um detento de uma galeria para outra, ou mesmo de uma prisão para outra. Isto porque o detento nessa condição, por algum motivo, tornou-se incompatível com o grupo no qual estava. Também ficam no *brete* aqueles que estão à espera das audiências ou de ser atendidos por profissionais da casa prisional, como psicólogos, médicos e assistentes sociais.

---

<sup>43</sup> Sobre os códigos de honra na prisão, ver Boarccaech (2009).

<sup>44</sup> É importante compreender que esse encaminhamento não é algo feito tão pacificamente como o termo sugere.

O temor de ter que passar ou ficar nesse ambiente foi relatado por um dos entrevistados, SC, evangélico frequentador de três denominações (Show da Fé, Universal, Assembleia de Deus), 49 anos, quando teve de se deslocar para a entrevista:

[...] ir vir aqui, quando eu recebi o bilhete<sup>45</sup>, me disseram: Ah! Assina atrás e não vai. Mas eu já sabia do que se tratava. Eu e meus colegas de culto já sabíamos para o que era, né. Mas os outros, assim, né, eles evitam o máximo circular, de vir aqui. Por quê? Porque a gente passa por revistas, a gente passa pelos corredores, então eles têm muito medo de ficar no meio da massa carcerária [...] tem esse risco então. E aqui na entrada, tem o *brete*, [...] e às vezes, ali tem 30 a 40 *caras*<sup>46</sup> que ficam juntos.

Note-se que nesse espaço estão dispostos detentos nas mais diversas situações. Não há, a rigor, uma separação entre um preso *duque*, ou um ex-policial, por exemplo, do restante dos presos. Isso, por si só, constitui uma forma de punição terrível, pois o preso está sujeito a riscos diversos e em um ambiente muito precário, sem as mínimas condições de higiene.

Quanto à questão de não se submeter aos regramentos internos, ser punido e ir para o *brete*, afirma NBHM (católico), 40 anos:

[...] tem que obedecer, né, se não obedecer, pode descer e é aí onde vem pro *brete*. E ninguém quer ir pro *brete*, porque ali ninguém quer ir [...] é horrível, ali é a cadeia mesmo, ali verte água, fezes pelo chão, por tudo. Então, a gente tem que evitar, como eles dizem aqui dentro, tem que engolir sapo [...] tudo que eles falarem. Tem que baixar a cabeça e sair [...].

Os líderes dos dois grupos evangélicos da PEJ são muito precisos sobre o rigor das regras de suas igrejas. Para que um detento possa integrar o grupo de evangélicos, não são feitas restrições quanto ao tipo de crime que tenha cometido. Todos são *bem-vindos*<sup>47</sup> e aceitos. Porém, após o ingresso e adesão ao grupo, deverão se submeter a seus regramentos internos. Quanto a isso, afirma SIOT (evangélico da Assembleia de Deus Ministério Restauração), 28 anos:

---

<sup>45</sup> Bilhete constitui a ordem que o preso recebe da administração para comparecer a uma audiência no parlatório ou, no caso, na sala de entrevista.

<sup>46</sup> Refere-se a presos.

<sup>47</sup> Expressão empregada pelos líderes das duas denominações religiosas quando questionados sobre a aceitação de novos membros no grupo.

[...] Eu creio e o Sr. também deve saber, porque o Sr. deve assistir a televisão, que dentro do sistema penitenciário existe droga, existe pedra. Não aceito droga! Que dentro do sistema penitenciário existem telefones, né, e por a gente, no caso, ser uma *nova criatura* e a gente ter que andar de acordo com o que as autoridades da casa falam e passam pra gente [...], eu não aceito droga, sabe? Eu não aceito pedra, eu não aceito nenhum tipo de droga e eu não aceito telefone. E geralmente as pessoas que vêm de outra galeria tomam um choque, *porque ali*<sup>48</sup> é um outro lugar, dentro de uma penitenciária [...].

O respeito dos demais presos pelos evangélicos ultrapassa os muros da prisão. Os depoimentos dos presos não evangélicos permitem compreender como eles percebem as características e as virtudes do evangélico. O respeito conferido ao preso evangélico pelos não evangélicos tem relação com as características desse grupo. Essas características estão incorporadas ao imaginário dos não evangélicos mesmo antes da prisão. Com relação às condutas dos presos evangélicos e de suas lideranças, percebe-se que há uma insistência nos comportamentos regrados e puritanos, atualizando permanentemente os princípios doutrinários pentecostais, sob vigília constante do próprio grupo. Segundo afirmação de Boarccaech (2009, p. 123):

Os integrantes do Estrela do Cárcere preocupam-se em estabelecer e manter, tanto entre seus membros como os de fora do grupo, uma imagem positiva acerca de si. Para esses homens essa imagem positiva consiste em um conjunto de ações e comportamentos que são rigidamente cumpridos. Todos mantêm os cabelos cuidadosamente curtos, não usam barba, andam somente de sapatos, vestem terno e gravata e possuem sua própria Bíblia.

Contudo, o respeito pelo preso evangélico só ocorre no caso do convertido assumir plenamente sua religiosidade, sua moralidade rígida e reproduzir o comportamento estereotipado esperado. Com isso, *via de regra*, perdoam-se suas desavenças, inclusive dívidas passadas, e eles são deixados em paz pelos outros apenados. Conforme SC, evangélico freqüentador de três denominações (Show da Fé, Universal, Assembleia de Deus), 49 anos:

[...] se convertem para se ver livres das dívidas. De certa maneira, os presos respeitam quem é convertido, né. Então, em

---

<sup>48</sup> Refere-se a uma das galerias de evangélicos da PEJ.

princípio até perdoam dívida de vida, de morte. Isso é uma regra ética que a gente observa. Eu conversei com várias pessoas que são do mundo do crime e que, se elas percebem que a pessoa se converteu de fato, perdoam coisas graves, pessoas juradas de morte são perdoadas, né. Agora, se perceberem que é *falcatrua*, aí não tem perdão, existe uma lei própria [...].

Na PEJ, os grupos são coesos e, por possuírem lideranças fortes, têm um comportamento padronizado. A autoridade dos líderes religiosos tem, em certa medida, relação com a sua vida criminosa pregressa. Isto porque ambos cometeram crimes como assalto a banco, a carros fortes, homicídio, tráfico de drogas, que são valorizados entre os presos e, assim, lhes conferem *status* elevado junto à massa carcerária.

Em se tratando de relações de poder entre os líderes dos grupos evangélicos e os líderes de outras galerias ou, às vezes, de facções, constata-se que a referência não é somente uma questão de conduta moral e religiosa apresentada pelo líder evangélico, mas também se relaciona com o fato de este líder comandar mais de uma centena de outros presos.

Os líderes dos grupos evangélicos impõem seus regramentos puritanos aos seus seguidores, mas respeitam concomitantemente os códigos de honra e ética das prisões. O líder que fundou o primeiro grupo evangélico da PEJ, Estrela do Cárcere, foi respeitado por respeitar os códigos de honra dos demais presos, mais propriamente com relação à questão da delação, que é repudiada e severamente condenada no ambiente das prisões.

Nesse sentido, esse líder religioso é citado por Boarccaech (2009, p. 64):

Primeiramente como um homem perigoso, brutal e líder criminoso e depois como alguém que, mesmo se afastando da prática de delitos, não entregou às autoridades seus parceiros nem as lideranças do crime nos presídios, não serviu de informante para a Direção da PEJ acerca das tentativas de fuga, execuções e irregularidades cometidas tanto pelos presos como pelos funcionários.

A autoridade das lideranças religiosas é reconhecida pelos demais líderes de galerias. Isso permite aos líderes evangélicos enviar *missionários*<sup>49</sup> às outras galerias para tentar evangelizar mais presos e aumentar sua membresia. Os missionários são preparados pelas lideranças evangélicas. Quando o líder os considera aptos para a tarefa de evangelização, eles são enviados como missionários para outras galerias. A evangelização tem respaldo das lideranças internas do presídio, ou das *prefeituras*. O respeito ou a tolerância dos líderes das demais galerias em relação ao trânsito de missionários em busca de novos fiéis dentro de seus domínios é seguida por uma forte cobrança sobre esses missionários. Caso se observe qualquer desvio de conduta, eles serão excluídos da galeria e tal fato será comunicado ao líder religioso que os enviou para a tarefa de evangelização, o que, por sua vez, resultará em reprimenda, que pode tomar diversas formas, como advertência, penitências<sup>50</sup> e exclusão do grupo.

## **2.4 Reconversão e conversão pentecostal nas prisões**

Neste subcapítulo procuro analisar como ocorre a conversão e/ou reconversão evangélica nas prisões. Baseio-me na literatura existente e em informações obtidas das observações no contexto das prisões e, principalmente, das entrevistas realizadas com detentos. Uso o termo reconversão pelo fato de na pesquisa termos a maior parte dos entrevistados nessa situação, isto é, haviam se afastado de suas igrejas e do comportamento religioso e cotidiano esperado, e na prisão retomaram seus laços e condutas religiosas.

---

<sup>49</sup> Termo empregado pelos líderes dos grupos evangélicos na PEJ, diferentemente do exposto no trabalho de Boarcaech (2009, p. 80), que define o termo como referência à escala hierárquica da igreja Assembleia de Deus.

<sup>50</sup> As penitências aplicadas são geralmente ritos de orações e jejum, não sendo observados atos de violência por parte do grupo. A pior forma de punição imposta é a exclusão do grupo, quando o detento fica à mercê dos outros grupos da prisão.

Para chegar a um entendimento mais apropriado desta questão, considero fundamental levar em consideração o contexto *prisão*, as representações construídas dentro das condições concretas desses atores no cárcere e a trajetória de vida dos presos.

Os estudos sobre conversão religiosa ganharam ênfase nos trabalhos dos sociólogos da religião nas últimas décadas em virtude do crescimento de novos movimentos religiosos. Nesse sentido, afirma Carozzi (1994, p. 62):

A questão de como os indivíduos entram em contato com novas religiões, aceitam sua cosmovisão e se mantêm dentro de seu sistema de crenças revestiu-se de particular importância para a sociologia da religião [...].

Como resultado desses estudos, formou-se certo consenso de que a conversão religiosa constitui um *processo*. Esse processo é investigado e analisado a partir do momento em que o indivíduo adere a um grupo religioso e adota uma nova perspectiva teológica. Nesse ato geralmente ocorre o desprezo em relação ao conjunto de crenças religiosas e a certos comportamentos anteriores à conversão. Esse procedimento pode ser longo, incluindo reflexões e inquietações. Em alguns casos, a conversão pode ocorrer por uma mudança súbita, com transformação radical do comportamento individual, reproduzindo a “experiência paulina”. Segundo afirma Carozzi (1994, p. 66): “[...] uma mudança dramática e intempestiva das crenças religiosas do indivíduo, capaz de alterar radicalmente sua vida.”

Observa-se que existem dois níveis de relação com a religião nas prisões, ou seja, a *adesão*, que constitui o primeiro momento ou nível de aproximação, onde o indivíduo estabelece o contato inicial em decorrência de alguma atividade proselitista ou mesmo das informações que possui a respeito da religião evangélica. No presente trabalho, quando foi perguntado aos que se converteram na prisão como mantiveram os primeiros contatos com a religião evangélica, os entrevistados, em boa parcela dos casos, afirmaram que foi por intermédio de conversas com outros adeptos, pelo convite a participar de cultos coletivos por parte de missionários ou pastores que visitam as prisões e, em seguida, pela adoção de algumas práticas, como orações e leituras bíblicas.

A adesão inicial por parte dos presos parece ter relação com uma busca de segurança e benefícios materiais, pois o contexto no qual o indivíduo está inserido o obriga a uma

adaptação forçada. Vinte e seis dos vinte e sete entrevistados tiveram uma experiência traumática ao ingressar na prisão, de forma que a adaptação se tornou compelida, embora não necessariamente a uma confissão religiosa, mas, também, a outros grupos.

A *conversão* propriamente dita constitui um segundo momento, no qual o comprometimento com o grupo se torna maior, as práticas se reforçam e o indivíduo constrói ou reforça a sua identidade religiosa. Constitui-se dessa forma em um processo mais intenso, que altera as relações sociais e os *efeitos simbólicos*<sup>51</sup>. Carozzi (1994, p. 66) afirma:

A conversão se completaria quando o indivíduo construísse sua identidade pessoal primordialmente nos termos dessas novas identidades sociais adquiridas dentro do grupo religioso.

No ambiente de uma instituição prisional se observa particularmente a *conversão* em decorrência de uma convivência intensa no grupo de evangélicos e com os não evangélicos. Os comportamentos e práticas diários não permitem uma meia-conversão; ou se é, ou não se é evangélico. Nesse sentido, afirma Dias (2008, p. 104), “Na prisão, não existe meio-termo em relação ao que se é: ou o indivíduo é malandro, bandido, ou não é. Ou é guarda ou é preso. Ou é crente ou não é.”

A vida na prisão tem suas características próprias. Existe muita violência, as facções, ainda que estejam separadas pela administração para evitar conflitos, brigas e prováveis mortes, interferem profundamente na vida e no comportamento do preso. O *modus vivendi* dos presos pode ser explicado em boa medida pelo conceito de prisonização, pois viver encarcerado implica se adaptar a uma prisão e s regras do sistema prisional. O efeito da prisonização contribui no processo da conversão na mesma medida, em que o faz nas demais adaptações impingidas aos detentos no cárcere.

Diante desse quadro, em um primeiro momento considero que a conversão pode ser relacionada ao próprio contexto da instituição prisional, que, em face de sua peculiaridade, induz a esse tipo de comportamento, particularmente os presos que tinham vínculos anteriores

---

<sup>51</sup> Neste caso, como o indivíduo se vê e é visto pelo grupo de presos e quadro administrativo.

com a religião evangélica. Ocorre-lhes uma ansiedade e angústia muito forte por esse deslocamento individual de um mundo onde tinham um referencial grupal seguro para esse, onde tudo e todos se deslocaram de suas vidas e onde pouca coisa é certa.

A busca por uma referência de grupo, de comunidade que ofereça ao detento recém-chegado à prisão uma proteção diante das ameaças e incertezas pode ser considerada uma das motivações de conversão. O *stress* causado pelas condições da prisão pode ser atenuado à medida que o indivíduo se converte e se insere em um grupo maior. As relações estabelecidas com o grupo religioso fazem com que o preso fique com uma sensação de segurança frente às ameaças e contribui para melhorar sua autoestima.

Sobre o quadro de vulnerabilidade ao qual o detento é exposto quando se depara com a realidade do sistema prisional, Thompson (2000, p. 77) afirma:

A vulnerabilidade do interno às agressões, roubos e violações é de tal natureza que quaisquer ameaças são suficientes para perturbá-lo terrivelmente. Do que resulta vigorar, na cadeia, um regime de arreganhos e bravatas, distribuídos a torto e a direito. [...].

Naturalmente, há ameaças feitas, de fato, para serem cumpridas, enquanto outras visam, apenas, a impressionar.

Na PEJ, os grupos evangélicos se enquadram numa situação similar, embora não constituam facções. São grupos coesos, com um número expressivo de adeptos e mantêm, de certa forma, uma relação de respeito mútuo com as demais facções. Assim, o abrigo e a segurança podem ser obtidos dentro do segmento evangélico, que acolhe o indivíduo e o livra de certos perigos dentro da prisão. Além disso, oferece-lhe esperança de superação de sua condição e do estigma de preso no futuro.

Pode-se questionar como e por que o grupo evangélico tem esse *status*, que oferece proteção e refúgio, se não constitui uma facção e tampouco conquista respeito pela violência. Isso ocorre porque os evangélicos têm identidade e, por se fazerem distintos do restante dos presos, são respeitados pelo grupo extramuros. Os demais presos; ao mesmo tempo em que os respeitam, fazem uma série de chacotas como “os bíblias”, “os aleluias”, “os irmãozinhos”, como são denominados.

Os grupos evangélicos estão abertos a todo tipo de infrator, inclusive são aceitos os *duques*, os mais discriminados e perseguidos no ambiente prisional. Sobre isso, um dos líderes dos grupos evangélicos na PEJ, QHT (Assembleia de Deus), 40 anos, afirma:

[...] pessoas que não têm pra onde ir, que não podem ir para essas galerias, nós acolhemos elas, *independente do que ela fez*. Lá talvez com as facções, se ele for, ele não vai ser aceito, mas nós lá não fazemos distinção de pessoa nenhuma, preto ou branco, como diz o provérbio do mundo, né, nós aceitamos igual, sem distinção de pessoa. Nós procuramos mostrar nosso amor, nosso carinho, e passar aquilo que nós aprendemos com a “Palavra de Deus” pra essa pessoa. E muitos se recuperam, se sentem felizes [...].

O entrevistado SC, evangélico frequentador de três denominações (Show da Fé, Universal, Assembleia de Deus), 49 anos, embora no Presídio Central e em grupo muito menor, respalda esse acolhimento com a seguinte declaração:

[...] Aqui eu tive uma percepção diferente, eu fui muito apoiado, foi um momento muito difícil e tal. Eu parei de trabalhar, uma série de coisas, não é? E aí, então, o meu temor era ser mal visto, de ser reprovado, de ser condenado. Mas, bem pelo contrário, assim, né. Eu tive uma recepção muito boa, né. As pessoas não estavam interessadas no que eu fiz, no que aconteceu. Estavam interessadas, sim, de que eu estava necessitando de ajuda e essa ajuda existia. Havia um caminho para mim. Contra depressão, pro medo e para uma série de coisas que são comuns quando a gente entra para a cadeia. [...]. Dentro da visão evangélica o perdão existe de forma incondicional, desde que haja um arrependimento, desde que haja, assim, uma verdadeira e honesta conversão. E que o pecado seja uma falha e não uma desculpa. A gente é aceito como pecador por natureza. [...]. Isso reflete na questão psicológica. Se tu tá deprimido, tu fica mais ainda. Se tu tá com vontade de te matar, tu pensa dez vezes mais. Parece assim que não tem resgate. E a visão assim, na pregação evangélica, é que é muito diferenciada nesse aspecto. Não que me dê o aval para fazer de novo, mas, assim, me dá uma saída espiritual, psicológica, emocional, né. E principalmente, assim o que eu percebo? Na relação da pessoa consigo mesmo que cometeu um erro, tu pode, através de uma série de preceitos da religião, te recuperar, te perdoar e de seguir um caminho diferenciado, né. Tem uma chance nova. Então, essa é a grande diferença que eu percebo e que realmente fez muita diferença.

A conversão enquanto solução adaptativa ao quadro temível enfrentado por detentos recém-chegados à prisão é semelhante ao que Scheliga (2005, p. 59) reporta enquanto espaço de *salvação*:

A declaração de uma opção religiosa e/ou a participação em rituais religiosos seriam mecanismos utilizados pelo detento para simular uma identidade que o protegeria das “confusões da cadeia” e trar-lhe-ia benefícios, materiais sobretudo. Em outras palavras, haveria nas prisões um significado adicional ao termo “salvação”. Ela não estaria apenas ou exclusivamente referindo-se à “salvação da alma”, como usualmente é entendido no universo religioso, mas também poderia significar a “salvação do detento em relação aos perigos produzidos nesta situação de coabitação forçada,” quais sejam: “acertos de contas” entre detentos, humilhações, privações materiais e da intimidade, abusos de autoridade por parte de funcionários e detentos.

As adesões imediatistas a um grupo evangélico (praticamente metade da amostra) ocorreram entre os que eram evangélicos antes da prisão. Não se definiu um número exato nesta pesquisa, porque, em respeito aos entrevistados, não se tentou buscar diretamente a informação que os levasse a declarar que a retomada dessa religião teria sido motivada pela busca de um refúgio. Mas alguns depoimentos mostram regularidades comuns e reforçam essa tendência, ao apontarem os sentimentos que experienciaram durante o ingresso na prisão.

Vejamos depoimento de BQT (Assembleia de Deus), 49 anos:

[...] aí vim pra cá, né. Fiquei nervoso. No dia que eu entrei no corredor, eu nunca tinha entrado num presídio, nem numa cadeia, eu nunca tinha entrado, e aí eu vi aquela multidão de gente. Puxa vida! Olha! Eu fiquei assim. E o que que eu fiz? Eu peguei a Bíblia e fui ler os Salmos, “o Senhor é meu pastor e nada me faltará”. E aí, comecei a ler a Bíblia, ler os Salmos 27, 31 e aquilo me ajudou muito, e aí eles (nesse caso os outros presos) falavam “*mais um crente se escondendo atrás da Bíblia*”, e eu ali, e foi indo [...].

Segue nesse sentido o depoimento de QHTT (Assembleia de Deus), 41 anos:

[...] Sabe o que é cair? Cair tudo, tudo, tudo? Porque materialmente eu não estava rico, mas tava bem. Pra mim viver, pra mim comer no dia a dia. Entendeu? Entrei aqui no presídio sem nem um trocado, só com três peças de roupa. Um tênis. Lisinho, lisinho, lisinho! Sem nada. [...]. E aquilo veio tudo na mente, por que eu? E aí veio na mente. Ah, Deus!

Assim, oh! Eu te falei! Que tu ia cair. Por que tu não vigiou? Eu podia ter vigiado. Eu podia ter ido no ministério. Por causa dessa bronca<sup>52</sup>, eu podia ter ido lá no Fórum pra resolver. Fiquei achando que nada ia acontecer, e aí se fechou as portas, e aí eu me encontro ali no *Jumbo*<sup>53</sup>, ali na frente. [...] Aí eu chego ali na frente, e aí a casa caiu. A casa caiu mesmo! E aí o pessoal já começou a chegar perto de mim, bah! E me perguntavam, o que que houve, e “patati e patatá”. Bah! [...] E aí, o que que eu fiz? Me agarrei com Deus. E aí eu comecei a conversar com Deus e pedir: “Meu Senhor, eu sei que eu errei. Eu sei que saí fora dos teus caminhos. Sei que sou uma pessoa completamente pecadora, mas tem misericórdia de mim e me perdoa. Pelo menos mais uma vez. Me dá mais uma chance”. [...] E a Bíblia diz: “Bem aventurado o homem que confessa seus pecados”. [...] Porque eu sabia que não ia dar boa coisa. Entendeu? Eu senti. **(quando o detento faz essa declaração, refere-se ao temor das agressões que sofreria dos outros detentos)** [...] E eu ia entrar na mesma cela, e eles já tavam tudo pronto pra me bater, pra me bater de novo. Já tava tudo certinho, preparado. Quando chega um sargento e me chama. Tu aí, pega a *faixa amarela*<sup>54</sup> e vai até o fundo. [...] Quando eu chego lá, me enviaram para a galeria [...] e me mandaram pra cela sete e falar com um senhor, que quando eu vi tava com a Bíblia na mão. Ah! Aí eu vi que eu tava com a vitória. Me veio na mente na hora. Que o anjo me guiou e que Deus tinha me dado a vitória.

Assim que o detento se converte ou retoma a religião evangélica, compromete-se a acatar a visão de mundo (cosmovisão) e inicia o culto de acordo com os preceitos próprios daquela religião. Vejamos como isso ocorreu com EC (Assembleia de Deus Ministério Restauração), 45 anos:

[...] Eu fui num sábado em visita ali na igreja (**local de culto dentro da prisão**), e ali tem culto, tem oração e foi onde Deus tocou no meu coração. E ali, então, foi pregada a Palavra de Deus e naquele dia realmente o pregador pregou em cima do Livro de Mateus 11.28: “Vinde a mim todos que estais cansados e oprimidos e eu vos aliviarei”, e eu me encontrava cansado. Cansado de tanto sofrimento, de sofrer, né. A cadeia já estava me deixando muito abatido e triste. E naquele dia eu resolvi

---

<sup>52</sup> Nome que é dado à contravenção ou crime cometido.

<sup>53</sup> Espaço no Presídio Central por onde entram todos os detentos recém-chegados e ficam aguardando o lugar para onde irão nas galerias.

<sup>54</sup> Faixa amarela é uma linha amarela pintada no chão dos corredores do Presídio Central por onde se deslocam os presos de uma galeria a outra, ou dentro dela. Não é permitido sair da faixa sob pena de severa repreensão.

chegar nos pés de Jesus e pedir pra ele levar o fardo pesado e que colocasse um leve no meu ombro para eu poder andar no caminho dele [...] e Deus tomou essa providência; Deus me abriu as portas da vida. Hoje já faz dois anos que eu sirvo ao Senhor Jesus [...].

A conversão deve ser observada e tende a ser cobrada pelos presos evangélicos e não evangélicos uma vez que o indivíduo tenha aceitado e assumido a religião. Caso observem que é *falcatrua*, como denominam o suposto converso que finge ou simula praticar a religião, ele corre risco de sofrer as consequências decorrentes disso. Conforme os entrevistados: *vai pra bifa*, ou seja, apanha.

A ética e a lealdade para com os grupos, sejam eles facções ou evangélicos dentro das prisões, fizeram-se perceber durante as observações. Na PEJ, a existência das duas galerias específicas de evangélicos gera uma convivência constante entre os irmãos, e isso acarreta uma observação mútua e consequente vigilância sobre qualquer ação que possa comprometer os regramentos do grupo e de seus princípios ético-morais.

Boarccaech (2009, p. 45) relata como ocorre a vigilância recíproca entre *irmãos* na PEJ:

A pressão exercida pelo grupo aos seus integrantes torna-se, portanto, mais proeminente, já que todos podem ser observados ininterruptamente, durante todos os instantes do dia. Na tentativa de evitar que os “irmãos” caiam em tentação dentro do presídio, a rotina do grupo [...] é extremamente rigorosa e hierarquizada.

No Presídio Central, embora não existam galerias específicas de evangélicos e tampouco grupos maiores constituídos, os *irmãos* também são observados o tempo todo. Naquele ambiente, a vigilância sobre as condutas dos *irmãos*, além de ser feita pelos outros crentes, é exercida pelos demais presos e pelos agentes de segurança do presídio. Os demais presos não aceitam a condição de falsa identidade religiosa, de simulação, ou um *pseudoirmão*. Ou ele assume a sua condição religiosa plenamente ou a deixa de lado.

Tanto na PEJ quanto no Presídio Central, toda essa vigilância é reforçada pelo contexto prisional, onde a convivência se estabelece 24 horas em um mesmo local. Não há alternativa para o convertido apresentar uma conduta *pseudoevangélica*: ou ele é ou não é. No

caso de desvio, tem de responder de acordo com as codificações próprias dos sistemas prisionais, que são normatizações morais assimiladas e respeitadas pelos detentos e que não admitem desvios.

Essas normas ou os *códigos de honra* no interior da prisão são estabelecidos pelos próprios detentos. Quem não os respeita sofre a devida represália, aplicada pelas lideranças internas. Assim como descreve o trabalho de Boarcacch (2009), verifiquei que na PEJ ocorre certa ambiguidade nesses códigos. Essa ambiguidade diz respeito ao acatamento dos códigos do universo dos evangélicos e dos não evangélicos, que em certa medida se fundem, mas, sem sobressair em relação ao outro. Como exemplo disso, verifiquei que as lideranças dos grupos evangélicos na PEJ têm um passado de crimes violentos, para os quais se preveem penas elevadas, o que lhes confere *status* junto às facções.

Essa situação é de fato o que lhes confere autoridade e respeito, ainda que estejam afastados das facções. Para comprovar sua transformação de criminosos em homens do bem, fiéis às suas convicções religiosas, apoiam-se nesses *testemunhos* de que antes da conversão eram homens violentos, temidos e tomados pelo mal. Com relação a essa credibilidade de transformação e de mudança, os *testemunhos* de crimes espetaculares, como um assalto a carro-forte ou a um banco, são os que lhes conferem maior gozo de reputação junto a todos os evangélicos e não evangélicos.

Percebe-se nas prisões uma difusão de informações acerca de quem ingressa nesses ambientes. Assim como um *duque* é recebido de forma agressiva pela massa carcerária, aquele na condição de criminoso cruel é geralmente respeitado e bem recebido.

Pelo que se observou, um preso enquanto líder religioso somente será reconhecido no ambiente das prisões se tiver em sua trajetória de vida requisitos que sejam respeitados no mundo do crime. Um *duque*, por exemplo, nunca se constituirá líder religioso dentro de uma prisão. O poder ou influência que um líder evangélico tem dentro do ambiente prisional, junto aos demais presos ou perante a administração, às vezes se faz determinante para a escolha que o detento faz quando opta por converter-se a um segmento religioso, pois, sob o abrigo do líder e de seu grupo, os novos adeptos se sentem seguros. Esse *status* do líder religioso se torna, assim, importante inclusive na atividade proselitista. Não se trata aqui de estabelecer

uma relação de poder entre líderes de facções e os religiosos, mas sim compreender a questão de onde o detento é aceito e pode se sentir seguro. O caso mais claro é o do preso “duque” que encontra muita dificuldade em se manter em segurança no interior das prisões.

Embora a vida de crimes progressos à prisão não seja referida de forma acintosa, é empregada no sentido de reforçar a ruptura que o indivíduo teve com aquela situação e que, mesmo tendo uma posição privilegiada na hierarquia do mundo do crime, optou pela vida regrada e ascética da religião. Dessa forma, quem estiver incluso no grupo pelo aval do líder tem relativa proteção.

Ainda no tocante à conversão do preso enquanto fuga, busca de refúgio, ou proteção, observa Dias (2008, p. 226):

Fica muito clara a conexão existente entre a pertença religiosa evangélica e o seguro na medida em que a igreja é considerada um espaço em que o preso ameaçado pode permanecer em segurança uma vez que cumpra seus deveres religiosos e se afaste completamente dos demais.

Importa perceber como os outros presos veem os recém convertidos, e nesse sentido, o depoimento do entrevistado no Presídio Central, NBHD (católico), 47 anos, resume a avaliação desses presos sobre a conversão pentecostal no cárcere:

[...] Acho que buscam benefício, né, seu [...], às vezes tá se sentindo oprimido, não tem pra onde ir, vai pra igreja, entendeu, esconder atrás da Bíblia, em outras palavras, entendeu [...].

Dias (2008) e Scheliga (2000) também enfatizam em seus trabalhos a questão do preso evangélico se “esconder atrás da Bíblia”. A conversão teria fortes indícios de constituir uma busca por proteção no grupo evangélico, em virtude de sua proteção física no contexto prisional. Depoimentos na pesquisa de Sheliga (2000, p. 61) mostram que alguns presos mal chegam à prisão e já buscam refúgio, principalmente os condenados por crimes sexuais: [...] *os “duque” mal chegam na cadeia e correm lá para a capela.*

Dos entrevistados na presente amostra, todos os que eram evangélicos anteriormente à prisão demonstraram tendência a buscar alento ou “refúgio” na sua religião logo que ingressaram na prisão. Isto não estava necessariamente vinculado à proteção física, mas também se deu por outras motivações e disposições religiosas. Estes internos, embora, às

vezes, de maneira descontínua tiveram contato ou alguma formação religiosa. Esse contato é o que se constitui referência e faz com que o reconverso tente resgatar suas doutrinas ou adequar-se a outras do segmento evangélico, portando-se de maneira peculiar dentro da prisão.

Quando trato das “disposições”<sup>55</sup> anteriores a prisão, refiro-me às experiências que o indivíduo teve em sua trajetória pessoal na vida familiar, religiosa ou mesmo no mundo do crime. Embora eu não compreenda ou tente transmitir a ideia de transferibilidade de um esquema comportamental de um contexto para outro, verifiquei que essas disposições se constituem a partir do conjunto de percepções sociais que o indivíduo preso teve em sua vida e nelas se apoia com maior ou menor intensidade. Ou seja, um indivíduo que era evangélico anteriormente à prisão, já tem noções religiosas dos escritos bíblicos, de formas ritualísticas, como orar e se portar no dia a dia, o que lhe facilita o convívio com os demais presos e ameniza as tensões pessoais dentro da prisão. Na mesma medida, um assaltante de banco ou assassino de policiais sabe que quando vier a ser preso, será respeitado e, provavelmente, terá seu espaço garantido nas facções dentro das prisões pelo tipo de crime que cometeu.

Nesse último caso, deparei-me com um entrevistado que relatou que sua chegada ao sistema prisional teria ocorrido de forma tranquila. Isto teria se dado em virtude de seu envolvimento com o crime e seu convívio com pessoas que já estavam na prisão. Sua trajetória pregressa teria lhe propiciado uma *boa recepção* dentro do ambiente prisional, embora, com o decorrer do tempo; tenha optado por se converter à religião evangélica para expulsar e livrar-se do mal. O entrevistado BDP (evangélico), 34 anos, relata sua boa recepção no presídio e sua expectativa anterior de que um dia seria preso:

[...] Foi assim: eu já usava, assim, a minha maneira de vida, a minha convivência era com gente do mundo do crime, e quando eu cheguei ao Central, eu vim a ser bem recebido. Eu já ajudava o pessoal aqui de dentro né, auxiliando assim, dinheiro, drogas, e quando eu cheguei, já tinha uma galeria determinada pra mim na época, a galeria 1E [...] e então aquilo foi uma experiência que era normal, eu tava adaptado, eu tava em casa, aquilo ali eu tinha *uma convicção na minha mente*, que eu sabia que um dia eu

---

<sup>55</sup> Sobre o esquema de disposições, ver Lahire (2004, p. 25-31).

vinha pra cá, que eu ia ter que conhecer a cadeia, que eu ia ter que fazer parte desse complexo, então chegou o dia. Ali as pessoas já estavam *informadas*<sup>56</sup> a meu respeito, e aí nessa galeria eu vim a me adaptar rapidamente.

Em relação à PEJ, a situação de *esconder-se atrás da Bíblia* possui similaridade com as situações relatadas nos trabalhos de Scheliga (2000) e Dias (2008), pois naquela penitenciária a existência de duas galerias exclusivas para evangélicos possibilita um grupo maior, coeso e que oferece maior segurança a seus integrantes.

No estudo do Presídio Central verifiquei, porém, que a conversão baseada na busca por refúgio não pode ser relacionada unicamente a uma proteção de grupo, visto que naquela prisão não há um grupo evangélico isolado e com quantidade considerável de membros que possa respaldar esse tipo de proteção. Em algumas galerias há apenas dois ou três evangélicos. O maior grupo encontrado não passa de 30 membros. Percebe-se que os evangélicos buscam proteção em sua fé. Procuram espaços nas galerias e celas onde possam se isolar das *confusões* da cadeia. Creem que se demonstrarem e mantiverem sua conduta ascética puritana e não se desviarem dos ensinamentos religiosos, estarão protegidos. Isso faz com que mantenham uma severa rotina de hábitos e cultos religiosos, conforme depoimento de DSUS (Deus é Amor), 29 anos, que integra um desses pequenos grupos de dois ou três detentos:

[...] Sempre vai duas ou três pessoas. Mas a gente obedece à palavra que nos manda pregar. A palavra nos manda, nos fala que onde tiver dois ou três reunidos, ali estarei. A palavra também nos manda orar sem cessar. A gente procura aplicar em nossa vida a palavra por completo, conforme o Senhor nos manda, para que isso seja mudado no coração [...] A gente procura obedecer e buscar a compreensão da palavra, a palavra [...] e pra ter a compreensão só com a vontade de Deus. Então, isso é através do Espírito Santo [...].

No Presídio Central percebe-se que os internos têm conhecimento e respeito pelos grupos evangélicos constituídos na PEJ. Este reconhecimento se faz sentir quando analisamos as declarações dos entrevistados que se referem à PEJ. Conforme entrevistado NBHD (católico), 47 anos, interno do Presídio Central:

---

<sup>56</sup> Refere-se à informação dos demais detentos em relação a ele, pois se tratava de um preso com *status* no mundo do crime.

(Na PEJ...) lá a igreja é super grande dentro da cadeia [...] moram tudo dentro de uma galeria assim. E ali só mora os irmãos, os caras que são crente mesmo! Os que tão seguindo, eles tão ali pra se beneficiar em alguma coisa, né [...] e eles são unido, né, bem *unido* e grande [...].

O grau de influência das lideranças dos dois grupos da PEJ repercute, dessa forma na massa carcerária do Presídio Central.

Outra *chave de leitura* para compreender as motivações da conversão no cárcere diz respeito à busca para reduzir a responsabilidade pelos delitos cometidos e a culpa.

Durante as entrevistas surgiu recorrentemente a questão da culpa, ou da responsabilidade pelos crimes cometidos. Os entrevistados evangélicos comumente atribuíram a sua situação de preso e seus crimes ao “*mal* ou, mais propriamente ao *demônio*”, em consonância com o discurso pentecostal. Conforme Oro (1997, p. 13):

[...] especialmente a Igreja Universal, igreja mais visível dentre as pentecostais, sustenta que os demônios são os causadores dos males e problemas de toda ordem que afetam as pessoas, os elementos perturbadores da “ordem natural” das coisas.

A desresponsabilização permite ao preso converso à religião evangélica vislumbrar a possibilidade de transformação pessoal e a criação de uma nova identidade bem definida e demarcada, que lhe oferece uma nova perspectiva, ao considerar-se e ser considerado *um novo homem renascido em Cristo*. Vislumbra um caminho de santificação sem o peso do passado. É considerado novo homem pelos outros evangélicos e reconhecido como tal pelos não evangélicos, que o vigiam para atestar a conversão. Constituem discursos recorrentes entre os que se reconverteram ou converteram a seguinte afirmação: *O homem deve negar-se a si mesmo e após o rito de batismo nas águas, deve sepultar o velho homem*.

Sobre a crença na existência do demônio, a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2007 apontou que 95% dos pentecostais acreditam totalmente na existência do Diabo, o que representa 20 pontos percentuais acima da média nacional em relação às outras religiões. Nas entrevistas realizadas com evangélicos neste trabalho, vê-se que todos creem na existência do Diabo.

Recorrentemente os crimes cometidos são atribuídos ao demônio ou ao inimigo espiritual dos cristãos, que agiria sobre o indivíduo num momento de fraqueza e por sua falta de *vigilância*, ou seja, pelas condutas inadequadas para um evangélico, conforme os depoimentos a seguir:

[...] Uma pessoa que está no mundo, na mão do inimigo, do *satanás*, né. As pessoas não creem nisso, que existe Deus e que existe o diabo. Existe, sim! As pessoas são insuficientes. Diz a Bíblia que o inimigo de nossas almas chegaria ao entendimento das pessoas, que é o próprio *satanás*, né, [...] *ele não vem a não ser para matar, roubar e destruir*. Então, ele tem muita força. Assim de dominar a pessoa, de levar a pessoa só a fazer as coisas erradas, a matar, de roubar, de usar droga, de fazer tantas coisas que desagradam a humanidade, [...] Então, ele tem força, sim, e se a pessoa não tiver entregado sua vida para Deus, não consegue parar. Daí ela está no domínio oposto, ao contrário, daí ele tem o domínio da pessoa. [...] a nossa luta não é contra o sangue nem contra a carne. Seria o quê? Contra as pessoas, mas sim contra o inimigo de nossas almas, é o diabo, onde ele luta para tentar destruir a pessoa, para que a pessoa venha a fazer uma enormidade de coisas erradas [...].QHT (Assembleia de Deus), 40 anos.

[...] Antes eu não tinha sonhos, o sonho do criminoso é matar, roubar e destruir. Que é o que diz a Bíblia em João 10.10, “que o ladrão veio somente pra matar, roubar e pra destruir”, então uma pessoa que tá influenciada *pelo diabo, pelo diabo*, ela não tem outro pensamento, nem vai ter. Uma pessoa que não conhece o caminho da verdade, o caminho da luz, que existe um outro caminho [...] e eu entrei por esse caminho [...] então, por não conhecer essa proteção divina de Deus, a gente é influenciado, influenciado por possessões demoníacas, por demônios, porque uma pessoa lúcida não mata, uma pessoa normal lúcida não mata, uma pessoa lúcida não rouba, uma pessoa lúcida não estupra; como é que a gente vai dizer que uma pessoa lúcida vai estuprar uma criança? Não existe dizer que uma pessoa lúcida fez isso. Uma pessoa que faz isso, só com uma possessão demoníaca pra cometer esses atos, ou uma influência. [...] SIOT (Assembleia de Deus Ministério Restauração), 28 anos.

[...] **Eu sei que, como é que eu vou lhe explicar? Se o demônio tocou na minha vida, foi porque que eu dei brecha.** Se aconteceu o que aconteceu comigo, foi porque eu fraquejei. E Deus estava do meu lado sempre, só que eu não reconheci e eu fui reconhecer Deus aqui dentro. Aí eu olhei pra trás, tudo o que eu conquistei, desde pequeno, como eu era e o que aconteceu comigo quando eu entrei por essas portas, no momento em que aconteceu aquela tragédia na minha vida. Ali eu abri as minhas

mãos e deixei cair tudo o que eu tinha na minha vida. E agora eu tô resgatando tudo o que eu perdi, através de Deus, né. Porque só ele pode realizar o livramento, é ele que nos perdoa, é ele que nos dá a proteção e é ele que nos ajuda a viver. E é através da palavra que a gente aprende o caminho da verdade. FMTTG (evangélico frequentador de diversas denominações), 34 anos.

Esses religiosos sustentam o ideário de que o renascimento em Cristo deve ser tornado público e amplamente divulgado. A vida e a crença religiosa devem ser testemunhadas e públicas, como forma de cumprir o mandamento divino de pregar a palavra de Deus e evangelizar todas as criaturas.

Atualmente, reforça-se essa tendência não somente nas prisões, mas também extramuros. No imaginário social brasileiro, houve certa modificação nos últimos anos em relação ao que se concebia ser um crente pentecostal. Prevalcia um estigma muito forte contra os pentecostais. Com a expansão pentecostal e uma maior participação destes religiosos nas diversas esferas sociais, esse estigma diminuiu muito. Na condição de grupo minoritário que se crê detentor de exclusividades diversas, os pentecostais se orgulham de sua identidade religiosa e fazem questão de sua distinção, de serem vistos como pessoas que se converteram, de tornar isso público e de não haver possibilidade de retomada de uma vida mundana. Nesse sentido, descreve Mariano (1999, p. 116):

Para quem, por meio da conversão, supõe ter recomposto a integridade psíquica, encontrado sentido e forjado identidade segura e que pretende inabalável, a relativização de sua fé representaria o perigo de retorno à dolorosa experiência pré-conversão, quando os referenciais de sentido, as regras e normas de conduta encontravam-se subjetivamente em frangalhos.

Os detentos convertidos no cárcere, quando questionados sobre como compreendem a questão da expulsão dos males, *dos demônios*, que os fizeram cair na criminalidade, creem na necessidade de um combate espiritual permanente contra essas forças demoníacas. Esta crença justifica uma rotina incessante de orações e sujeições das pulsões do corpo e da mente contra as práticas e tentações mundanas.

Nesse aspecto, vejamos o depoimento de UQ (evangélico da Assembleia de Deus), 54 anos:

[...] as pessoas não querem deixar de ouvir, de se iludir com as coisas desse mundo, elas não podem deixar de observar [...] os carnavais é que trazem a destruição. Muitas vezes as pessoas não têm o entendimento que o carnaval só vem trazendo destruição para a família, a televisão também. Por que não dizer que a televisão está trazendo a destruição? [...] Muitos mesmo ali na praia, as pessoas seminuas, as pessoas começam a brotar no seu coração aquele espírito maléfico. Veja a prostituição e tudo aquilo que a televisão e o carnaval influenciam, é a destruição das almas. O homem não aguenta mais, a mulher não aguenta mais, o poder da carne tem tomado conta, o poder de “satanás” tem acorrentado as almas [...] mas Jesus Cristo veio, ele veio para que os homens tenham vida e vida com abundância, mas não é para todos, é para aqueles que querem, que optam para sua salvação [...].

EC (evangélico da Assembleia de Deus Ministério Restauração), 45 anos, sustenta depoimento semelhante:

[...] o inimigo, assim que eu falo, é aquele que sempre foi o inimigo de Jesus Cristo, que é o “satanás”, que é o diabo, que ele só veio pra matar, roubar e destruir. Como eu lhe falei. Então ele entra na vida do ser humano. O papel dele é a destruição. Mas eu tive, assim, o entendimento da palavra do Senhor, que aonde ele entra com a destruição, Jesus Cristo entra com a salvação. [...] Então o maior inimigo que nós temos é o satanás, é os manjares dele, que corroem a nossa vida. Porque quando nós saímos daqui, a primeira coisa que nos vem é os manjares do inimigo pra nos roubar da presença de Jesus, então, é por isso que eu digo, nós temos que proclamar a presença de Deus, ler a Bíblia, orar, jejuar, pra ser uma pessoa santificada na presença de Deus. Porque a Bíblia diz que aqueles que proclamaram a presença de Deus, ai daquele que tocar nos anjinhos do Senhor Jesus, porque o diabo, ele tem o poder sobre o mundo, mas para tocar no povo de Deus jamais ele vai ter autoridade.

Oro (1997, p. 9) relata como o evangélico lida com essas forças demoníacas e não titubeia em nenhum momento na batalha espiritual:

O “mundo” é povoado por forças demoníacas que interferem diretamente na vida das pessoas, causando-lhes os males e manifestando-se mais à medida que nos aproximamos da vinda de Cristo; daí a necessidade de “libertação”, de uma guerra espiritual, extenuante e sem perdão. Por isso, a expulsão dos demônios inscreve-se no presente, a batalha ocorre hoje mesmo e ela precisa ser repetida todos os dias.

Na rotina do grupo de evangélicos da PEJ e do Presídio Central percebe-se sua adesão constante a este embate espiritual. Desde o início do dia realizam orações, jejuns, testemunhos nos cultos, enfrentam provações e obedecem a uma disciplina comportamental rígida.

A vida no cárcere constitui poderoso estímulo para o crente permanecer no caminho estreito da salvação, tanto quanto as poderosas máquinas narrativas e organizacionais postas em ação pelas igrejas pentecostais. Dentro dessa perspectiva, Corten (1996, p. 232) afirma:

A “libertação” e a expulsão dos demônios são um espetáculo onde o diabo torna-se visível. Esta espécie de “anti-revelação” não repousa num “efeito de espelho ardente” do discurso teológico profético, mas na transformação da comunidade em espetáculo. A função deste “espetáculo” que se realiza no templo é legitimar a máquina narrativa colocada em prática na televisão, no rádio e de maneira quase mecânica nas três ou cinco sessões de culto realizadas a cada dia. Somente uma poderosa organização permite ao “herói” ganhar a cada dia a batalha feroz contra as forças demoníacas.

Outra importante motivação para a conversão ou reconversão dentro da prisão é o retorno do convívio com o grupo familiar, embora muitas vezes o grupo de referência familiar de um detento seja muito precário. No contexto *prisão*, há enorme respeito, quase *sagrado*, à mãe, à esposa, aos filhos e às irmãs, nesta ordem. Essa hierarquização manifestou-se nos depoimentos dados, reforçando mais uma vez a importância dos laços familiares para os brasileiros.

Embora na maioria das vezes pouco estruturada, a família tem para o interno um *papel* de formação que lhe transmitiu costumes, normas sociais, morais, uma cosmovisão e uma referência religiosa. Intermediou sua relação com a realidade e construiu sua representação ou sua visão de mundo. Essas disposições permanecem em certa medida arraigadas no indivíduo. Todo e qualquer tipo de agressão a seus familiares gera um sentimento muito forte de repulsa imediata.

Com elevada frequência os entrevistados fizeram referência aos ensinamentos dos pais para ir à igreja e não aderir às tentações mundanas e às do crime incluindo os presos não evangélicos. Em suas declarações, os *desvios* ocorreram com maior frequência na fase da

adolescência, quando emergem recorrentemente os desejos de independência e busca de identidade própria.

No tocante à religião, há certo consenso, no grupo estudado, sobre os desejos do jovem adolescente de romper com as proibições familiares e religiosas e afirmar sua independência. Os detentos declararam que enquanto jovens eram tentados a se vincular a grupos criminosos e gangues. Sobre essas proibições, vejamos o depoimento de SC, evangélico frequentador de três denominações (Show da Fé, Universal, Assembleia de Deus), 49 anos:

[...] ali embaixo<sup>57</sup> a maioria dos guris tem entre 20 e 23 anos. E eu diria assim, que entre 90 e 95 por cento deles têm uma origem evangélica. Têm uma origem na religião, [...] filhos de pais evangélicos. Só que a maioria é unânime assim, a forma como eles foram criados tolhia demais a vida social, a liberdade de, por exemplo, a Assembleia de Deus é uma das maiores do Brasil e até pouco tempo eles eram de uma rigidez assim medieval. Então esses jovens até os 13, 14 anos eram obrigados a frequentar a religião e, no momento em que se puderam rebelar, né [...], então a maioria desses guris têm uma visão de Deus, de evangelho, conhecem assim a doutrina cristã, mas são muito revoltados. E presos eles se sentem muito entristecidos, envergonhados. É como, assim, eles foram banidos da família, daquele meio onde eles foram criados. É uma coisa que chama muito a atenção, é muito forte isso.

Estes jovens caracterizam sua juventude como um período em que teriam dado suas *cabeçadas* e depois teriam se arrependido do que fizeram. A vida, a partir do momento em que ingressaram na prisão, tornou-se um inferno. Por terem se afastado da igreja e de Deus, estariam sofrendo conseqüências nefastas, o que ratifica o discurso pentecostal. Como a prisão oferece todo o tempo para reflexão, permite-lhes a retomada da prática evangélica, enquadrando-se na passagem bíblica do *filho pródigo*. Apóia essa assertiva o depoimento de GTG, (evangélico da Assembléia de Deus), 27 anos:

[...] bah, depois que eu aceitei Jesus. Eu aceitei Jesus no sábado, e minha mãe veio no domingo. Minha mãe não sabia

---

<sup>57</sup> Refere-se a galeria que fica abaixo de onde cumpre pena. Omito a localização para preservar a identidade do entrevistado.

que eu havia aceitado Jesus e me perguntou como é que eu estava indo, e aí eu disse: Ah, eu disse que estou meio triste, mas tô indo no culto, tô indo com os irmãos e quero mudar de vida, mãe, Deus vai mudar minha vida. E aí ela disse: Ah, que bom, meu filho. [...] Aí chegou o pior horário, o horário do fim das visitas, mas eu disse pra minha mãe ir tranquila que eu estava bem. Aceitei Jesus, mudei realmente, e aí chegou o domingo novamente, ela só vem no domingo, e aí eu já tava com toda..., tava com calça social, camisa social, sapato social. O meu rosto já tava mudado. Eu já não tava com semblante de tristeza, já tava com semblante de alegria, já tava com a Bíblia. Daí minha mãe olhou pra mim assim e começou a chorar, quando ela me viu, e ela me abraçou e perguntou: Meu filho, tu já te batizou? E eu disse pra ela que eu já tinha dito que eu ainda ia aceitar Jesus um dia. E agora minha mãe, agora é só alegria. [...] e eu falei pra ela: Mãe, começa a ir na igreja, aceitar Jesus. [...] E a minha esposa também. Minha mãe trouxe uma notícia pra mim de que minha esposa tinha começado a ir mais na igreja e estudar a Bíblia. [...] A minha família agora, eles pensam assim, óh: “Bah, olha só! Minha vó, por exemplo, que vai na igreja também, vai na igreja ali no centro. Olha só o meu neto. Agora é uma pessoa de Deus. E ele vai sair agora (refere-se à saída da prisão), e ele vai até ajudar nós, ajudar. Porque eu sou trabalhador na rua, eu trabalho. Mas eu me envolvi nessa vida imunda. Mas eu me arrependo, graças a Deus e minha família agora. Ela sempre se orgulhou de mim. Porque, apesar de tudo, a gente é parente, é filho, é o neto. Mas só que agora, eles vão ter mais orgulho de mim. Porque agora estou na igreja, *e eles sempre quiseram que eu seguisse o caminho, e agora eu mudei [...] meu pai chorou também quando ficou sabendo que eu tinha me convertido, ficou muito contente também...*

Os detentos que se encontravam aliados a facções, após terem sido presos, foram esquecidos pelas famílias. Deparam-se com uma realidade em que, na gíria dos internos, *seu mundo caiu*. Perdidos na massa carcerária, não lhes restavam muitas opções para retomar o contato com o grupo familiar. Retornar à religião foi a forma encontrada para refazer os elos com a família e obter apoio externo à prisão. Alguns dos entrevistados que se viram como *abandonados do cárcere*, conforme FDL (evangélico da Assembleia de Deus), 58 anos, fizeram relatos nesse sentido:

[...] A gente às vezes procura esquecer, assim, o que tá acontecendo, mas não consegue, porque, às vezes, perdeu os filhos, perdeu a esposa, tem muitos *que estão abandonados* aí, professor, é triste mesmo. Eles tão puxando cadeia há muitos anos, tem gente que já está puxando cadeia há 20 e poucos anos, daí um pouco sai, fica um ano fora, fica cinco seis aí dentro, né,

aí vai que a família cansa e abandona. Porque, errar uma vez tudo bem, mas tem pessoas que saem e continuam no erro [...].

BDP (evangélico da Assembleia de Deus Ministério Restauração), 34 anos, segue nessa direção ao narrar o breve período que passou em liberdade:

[...] Muitas pessoas que me viram chegar quando passei na frente de minha casa ficavam falando, mas não acreditavam. Então isso é *tremendo*, isso é a honra e a glória do Senhor Jesus [...] a família, ao decorrer desse tempo ela me foi restituída, Deus vai restituindo [...] tudo há seu tempo, Deus vai restituindo a rever o meu lar, a minha família, hoje, graças a Deus eles também já se encontram fazendo a obra de Deus, minha mãe se converteu, meus dois irmãos se batizaram agora [...] e nesse tempo todo que eu estive preso na Penitenciária, cinco anos e nove meses, eu nunca tive a visita de um irmão meu e agora nesse período que eu tive lá (*nesse caso é o período em que permaneceu em liberdade e regressou à casa de sua mãe*) e com essa minha volta, eu tive a oportunidade de receber os meus irmãos, e eles certamente viram que Deus tinha trabalhado dentro de mim e viram a diferença.

A reconquista dos laços familiares por intermédio da reconstrução do laço religioso constitui algo vital para eles. Nas duas prisões, praticamente todos os que se converteram ou retomaram sua religião afirmaram categoricamente que conseguiram retornar a seu grupo familiar ou constituir uma nova família. Esse fato é visível no seu dia a dia, porque, além de seu contentamento e orgulho pelo retorno familiar, nos cultos diários sempre fazem orações para seus familiares e usam vestimentas com fotos dos filhos e esposas.

A conversão decorrente do proselitismo religioso nas prisões tem menor êxito no Presídio Central que na PEJ. Rotineiramente, pastores, padres, leigos e demais religiosos são previamente autorizados pela direção dos estabelecimentos prisionais a realizar seus trabalhos em turnos e dias diferenciados. As visitas são divididas por galerias em dias diferentes, para evitar contato entre grupos rivais e estabelecer maior controle diante do número elevado de visitantes. A permissão fornecida aos religiosos para se adentrar nas casas prisionais é cedida em cumprimento ao que prescreve a Lei de Execução Penal, conforme segue abaixo:

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

Seguindo essa orientação legal, houve manifestação no Relatório da CPI (2009, p. 217) pela presença de religiosos e por uma estrutura adequada para os cultos ou missas nos presídios:

Há necessidade de serem contemplados, de forma obrigatória na arquitetura prisional, espaços para a prática de atividades religiosas.

No atual ambiente carcerário, as organizações religiosas correm riscos de vida, tendo suas atividades limitadas.

A deficiência na assistência social e a limitação das atividades religiosas deixam espaço para a barbárie e o domínio do crime organizado no sistema carcerário.

Apesar do respeito da população carcerária aos evangélicos e à sua rígida moralidade, o proselitismo encontra sérios limites, principalmente no Presídio Central. A esse respeito, vejamos o depoimento de SC, evangélico frequentador de três denominações (Show da Fé, Universal, Assembleia de Deus), 49 anos, que relata uma resposta que recebeu ao tentar convidar um preso para integrar seu grupo evangélico:

[...] Acho bonito e tal, mas meu mundo é outro, não tem mais volta, o que eu fiz tá feito, e quando eu sair daqui, eu tenho uma série de coisas para resolver. Então, eu não vou ficar mentindo para vocês. Então é uma coisa, assim, honesta, no meu modo de dizer [...].

No Presídio Central, a tentativa interna de cooptar novos adeptos é efetuada pelos evangélicos através da pregação aos detentos, embora sem contar com *missionários* internos, como ocorre na PEJ. Pastores pentecostais evangelizam durante visitas ao presídio sob alguma marquise nos pátios. Ali procuram reunir o máximo de adeptos e trazer novos presos para suas pregações. Seus cultos se constituem de pregações, cânticos e louvores semelhantes a um culto extramuros de suas igrejas. Sobre a presença dos pastores no Presídio Central, FDK (Assembleia de Deus), 58 anos, relata:

A Assembleia de Deus até que não tem muitos obreiros aqui dentro, mas quem tem muito obreiro que vem aí é a Universal. A Universal. Só que a Universal a gente sabe que eles são esforçados, só que a doutrina deles é mais folgada um pouco, né, mas tão trabalhando. Eles vêm assim [...] fim de semana vêm oito a dez obreiros deles, entre sábado e domingo, e terça e quarta não é tanto, mas sábado e domingo vêm oito a dez no sábado e oito a dez no domingo pra fazer as galerias. Eles são muito esforçados, eles trazem muito material, trazem jornalzinho deles que tem muita informação, né, [...] os batistas vêm aí, trazem Bíblia. O Show da Fé do pastor R. R. Soares tem feito um trabalho muito efetivo pra nós da galeria. [...] vêm os irmãos da Sétimo Dia também, [...] claro que cada um tem a sua doutrina, né, mas a gente vê aquilo que serve pra gente e o que não serve a gente [...].

Na PEJ, os pastores externos comparecem sempre na última quarta-feira do mês, que é o dia do amigo<sup>58</sup>. Nesse dia realizam seus trabalhos espirituais, suas pregações e seus cultos. Os líderes dos grupos evangélicos acompanham atentamente o trabalho dos pastores para ajudá-los, durante o dia a dia na prisão, a conduzir sua tarefa de pregação.

Os pastores que frequentam a PEJ, diferentemente do que ocorre no Presídio Central, são em sua quase totalidade da Assembleia de Deus e da Assembleia de Deus Ministério Restauração. Representantes da Igreja Católica, da Igreja Universal, do Show da Fé, dentre outras, também se fazem presentes, porém em menor número e com pouco resultado, já que a coesão grupal e organizacional dos ministérios assembleianos não deixa espaço para os concorrentes.

O proselitismo religioso na PEJ conta, também, com um reforço interno constituído pelo envio de *missionários* ou *obreiros presos* a outras galerias onde não há evangélicos. Isso é uma atividade constante naquela unidade prisional. Os missionários ou obreiros são preparados pelos líderes dos dois grupos evangélicos da PEJ e enviados às outras galerias para fazer evangelização. A evangelização tem respaldo da direção da penitenciária e das lideranças internas das outras galerias. Desta forma se verifica o grau de influência dos líderes evangélicos nesta prisão. O respeito pelo líder se faz sentir na medida em que há

---

<sup>58</sup> O dia do amigo foi instituído pela direção da PEJ para que os apenados pudessem receber, além de seus familiares, outras pessoas em um determinado dia do mês.

correspondência hierárquica com os demais líderes de galerias. Segundo Boarccaech (2009, p. 82):

É ele quem estabelece as normas, regras, tem a total gerência sobre as atividades e exerce sua autoridade com extremo rigor. As ordens do “pastor” são seguidas na íntegra, nem mesmo os pastores que compõem a comunidade evangélica fora dos muros do presídio conseguem controlar as atividades do grupo.

A respeito do envio de missionários/obreiros, relata um dos líderes religiosos da PEJ, QHT (Assembleia de Deus), 40 anos:

[...] Então, eles me respeitam muito, porque eu saí do crime, né, Eu entro nas galerias, não tem problema. Se tiver que entrar em uma galeria como irmão, eles vão me respeitar. Até porque, então, nós temos em cada galeria dois irmãos evangélicos, fazendo obra missionária, vão pregar o evangelho dentro das galerias, [...] Eu determino que eles fiquem ali... Eles saem da nossa galeria e vão morar nas outras galerias pregar o evangelho, pregar o amor de Jesus. Eles ficam aproximadamente, de dois em dois, dois meses e daí voltam para a galeria. E aí eu mando mais dois, vai sempre trocando, o ano todo fazendo revezamento [...] A gente bota assim pessoas que já estão bem preparadas, pessoas que a gente vê que querem mudar mesmo. E daí eles vão tranquilos e são respeitados, porque eles respeitam muito o Evangelho.

As conversões religiosas pentecostais dentro das prisões geram um ajuste individual para os evangélicos, que flexibiliza a relação de culpa com os crimes que cometeram. Oportuniza-lhes uma sensação de esperança de uma vida nova e resgata sua autoconfiança. Essas soluções individuais são respaldadas pelo grupo fortemente representativo que os acolhe dentro e fora das prisões, desde que respeitem os preceitos comportamentais da doutrina pentecostal.

As motivações de conversão observadas nas duas prisões foram apresentadas neste subcapítulo. Porém, seus efeitos fora da prisão só podem ser observados com o fim da pena. Isto inclusive sob a ótica de um evangélico convertido dentro da prisão que declarou: ***“Aqui dentro é fácil ser crente, eu quero ver lá fora, quando as tentações do mundo agirem sobre o indivíduo!”***

## 2.5 O cotidiano de um preso evangélico

Para termos um melhor entendimento de como transcorre o cotidiano de um evangélico na prisão, descrevo o seu dia a dia a partir de seus depoimentos e das observações que tive oportunidade de realizar.

No Presídio Central, DSU, membro da Deus é Amor, 29 anos, relata que levanta entre 3h30min e 04h00min, faz a higiene, em seguida ora, ou, às vezes, *quando sente no coração*, ora antes mesmo de fazer a higiene, depois lê a Bíblia e toma o café às 05h00min. Daí retorna para a galeria<sup>59</sup> e lê a Bíblia até as 10h00min, faz orações e, em seguida, almoça. Então, volta para a galeria, ora novamente até as 14h00min. Descansa até as 15h00min e, depois, junto com um colega, desce para o pátio, onde ambos realizam um culto ao ar livre. Os dois pregam aos interessados sem serem molestados, embora nem sempre encontrem presos que se interessem pela pregação. A justificativa de sentir-se à vontade, mesmo estando em número tão pequeno de fiéis, vem de imediato:

[...] lá<sup>60</sup> não tem nenhuma outra pessoa que faça a obra de Deus [...] a gente obedece à Palavra<sup>61</sup> que nos manda pregar e nos diz que onde houver duas ou mais pessoas reunidas, ali estarei, e a Palavra nos manda orar, orar sem cessar. A gente procura aplicar em nossas vidas a Palavra por completo, conforme o Senhor nos manda, para que isso seja mudado no coração. A gente procura obedecer, buscar o entendimento da Palavra. A Palavra é conhecida do Espírito Santo de Deus. E, para ter o entendimento dela, só com a vontade de Deus. Então, através do Espírito Santo, a gente busca o entendimento da Palavra e o Senhor acrescenta os dons de Deus, as relações [...].

---

<sup>59</sup> Omito o nome da galeria para preservar a identidade do entrevistado.

<sup>60</sup> Este lá se refere ao local (galeria) onde o preso se encontra.

<sup>61</sup> Para os evangélicos, o termo “Palavra” significa texto sagrado da Bíblia, de inspiração divina.

Depois de realizar a pregação no pátio, o preso retorna à sua galeria e retoma a leitura da Bíblia. A seguir, aguarda pela refeição noturna, que é trazida até a galeria.

Após o jantar, inicia novamente novo ciclo de orações das 19:00h até às 21:00h, geralmente junto com outro companheiro, que nesse caso constitui seu culto coletivo, pois em sua galeria há somente dois evangélicos. A partir das 21:00h, recolhe-se a seus aposentos (celas) e dorme em sua *gega*<sup>62</sup>.

Seguem trechos de outros depoimentos sobre a prática cotidiana do evangélico no Presídio Central:

[...] todos os dias que a gente acorda, eu leio a Bíblia, os Salmos. Eu descobri que na Bíblia tem 31 Provérbios. Então, cada dia corresponde a um provérbio, [...] volta e meia leio a Bíblia de novo [...] a gente almoça, fica por ali, na galeria mesmo, [...] volta de novo de tarde e lê a Bíblia, [...] dorme um pouco, acorda e lê a Bíblia e [...] por volta das sete, sete e meia a gente tem um culto. Todos os dias a gente participa, [...]. TD – evangélico, frequentador de mais de uma denominação (Show da Fé, Igreja Universal), 42 anos.

[...] oro, e pego meu café, agradeço a Deus pelo meu café [...] falo um pouco sobre a palavra, vem um outro de outra cela, [...] e fala: *Oh irmão, tem uma palavra?*, e é geralmente de conforto. Eu pergunto: Tu quer uma palavra, então, vem cá que eu te dou uma palavra, [...] Eles pedem geralmente uma palavra de conforto, assim, confortar a alma, e aí eu leio umas palavras [...] e tem uns 20 irmãos, assim [...] a gente faz jejum, até a meia noite a gente pode comer, depois a gente não come mais [...] fala com Deus e pede o que quer [...] e só volta a comer ao meio-dia, [...] eu estou fazendo um jejum de sete dias [...] pra gente adquirir uma cela pra gente [...] a gente segue o caminho de Deus, o caminho de Deus é o caminho de amor, [...] quando a gente vai pro pátio, tem umas 20 a 25 pessoas, daí a gente faz o louvor [...]. GTG, evangélico (Assembleia de Deus), 29 anos.

[...] Eu levanto, a gente faz a oração, [...] faz a oração da gente, e depois que a gente faz a oração, fica pela volta, lê a Bíblia, e a gente fica sentado na *gega* esperando algum trabalho [...] ficamos ali falando as coisas de Deus [...] Eu era crente e me *desviei*, e agora aqui no presídio eu me reconciliei com Deus [...] aqui no presídio [...] pode ter um imprevisto, pode acontecer alguma coisa com a gente [...] e aí, quando sobra um

---

<sup>62</sup> Cama em concreto que, na maioria das vezes, não possui colchão (ver Fig. 2).

momento, eu leio a Bíblia [...] o clima aqui é tenso, porque os detentos, eles tão muito com aquela adrenalina muito forte, aquela ansiedade. Aquela ansiedade que a pessoa tem aqui dentro. Aqui dentro é diferente da rua, [...] só a gente tendo *aquela grade na frente da gente* [...] nem todos podem se controlar [...] porque a Bíblia diz: “Entregai todas as suas ansiedades a Deus que ele cuidará de vós” [...] que nem todos conseguem falar com Deus. Então, eles ficam ansiosos, [...] quando chega no final do dia por volta das 6 horas, [...] aí chega o horário [...] aí a gente vai pra galeria [...] tomo meu banho e aí tá na hora do culto, nós fizemos o culto diariamente, [...] na cela um, ela é a maioria de crente, pessoas que louvam a Deus, [...] as 7 horas, 7 e meia é o culto, [...] um dirige, dá início, lemos uma palavra introdutória, [...] que é meditação da igreja, da Bíblia para a pessoa, [...] ora a Deus, [...] fala daquilo, por exemplo, da bênção que recebeu no dia, [...] Hoje eu fui submetido a uma enfermidade, e eu dediquei a Deus e Deus me deu a vitória [...] e aí tem o caderno onde nós colocamos o nome dos detentos e *da família* dos detentos, e a gente ora pelas pessoas [...] Então, é uma oração geral por todos os problemas [...] *policiais* também nos pedem pra gente orar por eles [...] é em torno de 10 a 15 pessoas que ficam com nós ali [...]. RHTT, (Assembléia de Deus), 41 anos.

Diariamente, cultos são organizados pelos detentos como parte das práticas religiosas coletivas do presidiário evangélico. Vejamos como isso ocorre.

No Presídio Central, esses cultos ocorrem entre 19h00min e 21h30min, sendo ministrados por um dos presos evangélicos reconhecido pelos demais e detentor do aval de pastores evangélicos que ministram pregações nas visitas ao presídio durante a semana. De acordo com as narrativas dos que participam desses momentos, este preso está autorizado a dar a Palavra, tomar a frente e fazer a abertura do culto. O ato inicial é marcado por uma introdução, na qual são feitos os agradecimentos, orações iniciais e intervenções sobre o cotidiano da prisão, com referência a curas, bênçãos e conquistas dos presos evangélicos. Geralmente tais conquistas se referem ao retorno de familiares ao convívio do preso, à cura de doenças, à transferência do preso para uma cela melhor com menos ocupantes e a um avanço em seus processos judiciais. O fato de conseguirem se manter em seus propósitos religiosos é testemunhado rotineiramente como uma bênção diante da precariedade do contexto da prisão, das tentações para que deixem a religião, dos desejos pecaminosos, que gravitam em seu dia a dia de se filiarem a facções. Isso reforça a ideia de uma *interferência divina na sua opção*

*religiosa*. Após a parte introdutória, inicia-se a leitura bíblica, que é comentada e discutida pelos participantes.

O condutor da leitura bíblica procura aproximar o máximo possível os escritos bíblicos da história de vida de cada um dos detentos e da experiência vivida no presídio pelos presidiários. O convite para participar dos cultos aos outros presos da galeria é feito cotidianamente, pois, segundo os entrevistados, a angústia dos que ali estão é muito grande e o uso de drogas faz com que o indivíduo permaneça cada vez mais *no mundo do crime*. A relação com as drogas e o consumo do crack são considerados malditos pelos presos evangélicos por deixarem o indivíduo extremamente dependente, doente e enfraquecido. Chamam o crack de *essa maldita pedra*.

Durante o culto, são estimulados a dar testemunho das graças alcançadas, de vitórias sobre o mal que os aflige. Tal *disposição* de conceder testemunhos é própria da doutrina pentecostal, visando a publicizar as bênçãos divinas que obtiveram após a sua conversão e obediência à sua igreja. São dados testemunhos de pessoas que eram do *mundo do crime* e, após o cumprimento de pena, prosperaram e conseguiram superar suas dificuldades.

Uma referência muito forte e que é expressa frequentemente é o primeiro e paradigmático grupo de evangélicos que se formou na Penitenciária Estadual do Jacuí, que teve como primeiro líder um homem reconhecido por toda a população carcerária, seja ela da PEJ ou do Presídio Central. Esse apenas foi o fundador do grupo “Estrela do Cárcere” e se encontra em liberdade. Hoje em dia está atuando na igreja e cursando Direito em faculdade no Rio Grande do Sul. Sobre o que representa esse grupo dentro da prisão, Bicca (2005, p. 88) relata:

Um outro diferencial do *Estrela do Cárcere*<sup>63</sup> em relação às demais denominações religiosas é o fato deste ser o único grupo que reside em uma galeria exclusiva aos seus integrantes. Desde o ano de 2000 convivem em um local, sem divisões ou celas – antigo teatro desativado nos anos 1990 para abrigar detentos devido à superpopulação carcerária, que serve de dormitório,

---

<sup>63</sup> Sobre a formação do grupo Estrela do Cárcere, ver Boarccaech (2009).

refeitório, sala de estudos, espaço de convivência para receberem visitas e realizarem cultos.

O testemunho de um preso evangélico do Presídio Central fez referência a esse grupo da Penitenciária Estadual do Jacuí, dando a entender que pertence a uma comunidade religiosa bem maior. Essa comunidade evangélica é reconhecida por todos os presos, sejam eles evangélicos ou não. Conforme depoimento de NBHD (católico), 47 anos:

[...] eu fiquei muito tempo na PEJ, lá a igreja evangélica é grande, né (referindo-se à quantidade de fiéis e seu ambiente) é uma galeria assim... lá só mora irmão, os caras que são crentes mesmo e que tão seguindo assim, (referindo-se à sua percepção em relação à religião evangélica), acho que é bom, né, pra quem acredita, quem tem fé em Deus, como é que não vai ser bom (referindo-se aos que buscam alento espiritual), acho que buscam né, seu, [...] às vezes, tá se sentido oprimido, não tem pra onde ir, vai pra igreja, entendeu? Esconder atrás da Bíblia, em outras palavras (vê nisso uma forma de proteção, se o grupo lhes dá proteção), eles são unidos, ali só moram eles, o pastor chefe *Folharada*<sup>64</sup>, [...] grupo bem unido e grande e *ninguém mete a mão com eles*.

Os testemunhos dados e anunciados nos cultos diários da prisão, principalmente os da PEJ, mostram que há uma busca pelo reforço das convicções ascéticas religiosas. Os cultos são momentos sagrados, ou seja, ocorrem obrigatoriamente em local e hora determinada. Sempre são marcados por momentos de emoção e ênfase na necessidade de o evangélico se manter firme em suas convicções e comportamentos ascéticos dentro da prisão. Com essa rotina buscam a sustentação de um grupo unido e coeso. Essa coesão grupal é o que lhes dá o reconhecimento perante o restante da população carcerária, sejam evangélicos ou não evangélicos.

Os presos evangélicos recolhem dízimos nos cultos em que há a presença de um pastor evangélico externo à prisão. Os presos manifestam *disposição* de contribuir para a igreja. Depoimento de BBD, frequentador de duas denominações evangélicas (Show da Fé, Universal), 27 anos, confirma a aceitação da prática do dízimo, mesmo no presídio:

---

<sup>64</sup> Apelido dado ao líder do grupo evangélico constituído na PEJ, que, segundo os entrevistados, foi o fundador do grupo e que, condenado a mais de 200 anos de prisão, evangelizou muitos detentos da Penitenciária do Jacuí.

[...] Não sei se o Sr. entende, tira dez por cento que é pedido. Eu aprendi isso na rua e continuo seguindo aqui [...] eu dou pro irmão para continuar a obra, que a obra não é feita de graça [...] o pastor tem que comer [...] eu sei que não é fácil esse trabalho, às vezes as pessoas não entendem isso [...].

Como a maioria dos apenados não possui dinheiro, eles oferecem roupas, comida ou algum pertence recebidos de familiares ou amigos que os visitaram e que são redistribuídos para outros apenados.

Todos os evangélicos entrevistados têm rotina relativamente similar. Alguns combinam orações e pregações com o trabalho em funções de limpeza, jardinagem, estofaria, barbearia, cozinha ou em serviços diversos, conforme a demanda do presídio e, principalmente, de acordo com a qualificação de cada um. No universo evangélico entrevistado, há forte disposição para trabalhar, embora isso não seja possível para todos, pois a instituição não tem como alocar todos eles em postos de trabalho interno.

Na Penitenciária Estadual do Jacuí a rotina é bem mais rígida no que diz respeito à realização dos rituais religiosos. Há um proselitismo organizado para levar a “Palavra” a outros presos em galerias em que não há um grupo evangélico constituído. Os líderes evangélicos preparam constantemente duplas de “irmãos” para que convivam pelo menos um mês dentro de outras galerias e evangelizem o máximo possível de presos, ou seja, consigam trazê-los à sua religião.

Na PEJ, o cotidiano dos integrantes dos dois grupos de evangélicos é dominado por períodos dedicados ao culto e às práticas religiosas. O grupo da Assembleia de Deus Ministério Restauração passa a maior parte do dia na cozinha, pois é, juntamente com outros presos, responsável pela preparação da comida. Esse grupo de evangélicos tem seu espaço de culto, seu púlpito, seus instrumentos musicais, cadeiras, bancos e demais materiais utilizados junto à cozinha da penitenciária.

Segundo depoimento dos entrevistados, a rotina é mais ou menos a seguinte: levantam às 04:00h, oram por pelo menos uma hora e dormem novamente até as 08:30h, excetuando-se os que já estão escalados para a cozinha e ficam acordados para preparar o café. O restante volta a dormir e acorda as 08:30h, toma seu café até aproximadamente as 09:00h. A partir das

09:30h dão início a uma sessão de oração que se estende até as 10:30h. Das 10:30h até as 11:30h tem *sessão de Bíblia*<sup>65</sup>, ou seja, leitura bíblica. Ao meio-dia almoçam e na parte da tarde realizam novamente sessões de oração e culto, com início por volta das 15:30h, que se estendem até o jantar. Antes do jantar, as 17:00h, iniciam o seu *propósito*, que se refere ao jejum, que é efetuado diariamente, isto é, fazem seus pedidos em *prol* da família e das causas impossíveis. De acordo com SIOT (evangélico da Assembléia de Deus Ministério Restauração), 28 anos:

[...] Das 5 as 6 horas nós entregamos o propósito, propósito é o jejum, que a gente faz todo dia, né. Todo dia em prol de alguma coisa, em prol da família, em prol das causas impossíveis, então nós sempre temos um jejum, na segunda, na terça, na quarta, na quinta, e a gente vai jejuando no caso, então das 5 as 6 nós temos uma hora de oração, também, que é quando nós entregamos o propósito.

À noite, quando os grupos não têm práticas religiosas, a rotina é liberada pelos líderes e os detentos ficam em suas celas, fazem a limpeza, tomam chimarrão, elaboram alguma outra comida melhor, cada um usando os recursos recebidos das visitas ou adquiridos com recursos próprios. As galerias vão sendo fechadas após o término do jantar. A partir desse horário, todos ficam confinados em suas celas até o dia seguinte.

Na PEJ, embora os cultos e reuniões ocorram em clima de tranquilidade, são acompanhados por guardas do estabelecimento prisional, conforme as figuras a seguir:

---

<sup>65</sup> Termo empregado pelo líder religioso entrevistado.

Figura 5. Culto dos evangélicos na PEJ



Fonte: RBSTV, 25 mar. 09

Figura 6. Culto dos evangélicos na PEJ



Fonte: RBSTV, 24 mar. 09

Como visualizamos, os participantes dos cultos estão vestidos com suas melhores roupas e os que possuem terno e gravata sempre os trajam. Embora não tenha obtido fotos dos cultos no Presídio Central, pelos relatos dos entrevistados concluo que a ritualística é semelhante e os evangélicos têm a mesma postura em termos de vestimenta e comportamento. Isto também ficou nítido no fato de que todos entrevistados evangélicos vieram trajando suas melhores vestes para o momento da entrevista.

## Conclusão

Há muito tempo, as instituições penais brasileiras apresentam sérios problemas estruturais, que vão da precariedade das instalações à superlotação, do desrespeito sistemático aos direitos humanos à ausência de programas de ressocialização. O Estado tão-somente cumpre o papel de manter o preso sob custódia, mas sob condições muitas vezes desumanas.

Tal situação gera uma dinâmica própria de convivência. Todo apenado que chega às prisões brasileiras se depara com um quadro, em geral, degradante e até mesmo aterrorizante. Sua integridade física e sua sobrevivência dependem de sua capacidade de adaptação a tal ambiente. Não lhe resta outra opção. Vê-se forçado a constituir uma espécie de nova identidade, sendo despojado dos papéis que representava fora da prisão, como afirma Goffman, para ter de agir de acordo com as regras impostas pelo cárcere. Estes são alguns dos efeitos mais visíveis da *prisonização*, que afeta, a seu modo, também os profissionais que trabalham nas prisões.

Por isso, os agentes e guardas penitenciários, segundo Scheliga (2000), Lobo (2005) e Vargas (2005), tendem a fazer certas concessões a alguns grupos, como o evangélico, e mesmo a certas facções criminosas, que, a seu modo, contribuem para assegurar a ordem interna dos presídios e também seus interesses. Não se trata de uma atitude exclusivamente utilitarista, mas constitui um recurso adotado num contexto que tende a constranger fortemente todos os seus integrantes.

O Presídio Central tem o dobro da população carcerária da Penitenciária Estadual do Jacuí, mas a população evangélica conhecida é bem maior nesta do que naquele. A expansão da presença pentecostal nas duas instituições ocorreu a partir da década de 90, concomitantemente a seu crescimento no conjunto da população. Formou-se, primeiramente, um grupo evangélico na PEJ que se tornou conhecido da população carcerária gaúcha.

No interior das prisões, conforme se observou durante a pesquisa, os evangélicos radicalizaram ainda mais sua identidade religiosa, adotando um cotidiano repleto de orações, cultos, pregações e leituras bíblicas. Assim, acentuaram o figurino rígido e estereotipado no modo de se vestir e no jeito de falar, visando a evocar e sustentar sua distintividade religiosa e a santidade pentecostal típica daquele que renasceu em Cristo. Retomaram, de forma ainda mais vigorosa, a identidade e os usos rigorosos e costumes ascéticos pentecostais. Contribui para tamanho rigorismo comportamental o fato de que são vigiados diuturnamente por seus pares religiosos e pelos demais presos, que tratam de cobrá-los por um comportamento coerente com os tradicionais estereótipos publicizados por sua religião no país.

Por meio da exigência de comportamentos ascéticos nas prisões, os pentecostais conseguem reforçar sua identidade distintiva, assegurar publicamente suas virtudes morais e, desta forma, reafirmar sua autoestima individual e grupal. Assim, não permitem o uso de bebidas alcoólicas e de quaisquer drogas, distanciam-se de atividades que consideram mundanas, tais como assistir a programas de televisão impróprios, usar roupas inadequadas; etc. Sua capacidade de comprovar a conversão e a santidade pessoal lhes permite angariar certo respeito pessoal e coletivo e até mesmo um determinado *status* em relação aos demais presos. Mas isso só é obtido mediante o comportamento ascético, que, por sua vez, é vigiado e cobrado incessantemente pelos detentos evangélicos, pelos presos não evangélicos e pelos funcionários do presídio. Dessa forma, sua identidade é reconhecida no universo das instituições prisionais, respaldada pelos *códigos de honra da prisão*, pela administração, pelo grupo religioso extramuros e pela parentela.

O desvio de tal conduta ascética pelo preso evangélico tende a ser punido, pois, tal como os códigos de honra dos integrantes de facções têm de ser respeitados, o mesmo ocorre com os códigos morais e religiosos evangélicos. A desobediência é punida, ainda que de forma mais branda, com a exclusão e expulsão do grupo religioso, conforme afirmaram os entrevistados e agentes e guardas penitenciários.

Os presos evangélicos tendem a atribuir seus desvios de conduta e atos infracionais, pelos quais foram parar na prisão, às *forças do mal*, ou ao *demônio*. Invariavelmente, citam passagens bíblicas para corroborar ou atestar a veracidade da ação e influência maligna. Seus problemas de consciência, em certa medida, encontram aí sua solução. A partir do momento

em que conseguem transferir a responsabilidade pelas infrações cometidas aos *demônios*, libertam-se de concepções que os condenam por terem uma “índole”, uma “personalidade”, um “caráter” ou uma “inclinação” criminosos. Tornam-se, assim, livres para recomeçar sua jornada de vida sem terem de remoer eternamente a culpa por seus atos passados. Seus erros são atribuídos ao demônio e não a um desvio de caráter ou coisa assemelhada. Assim, desculpabilizam-se e são encarados por seus irmãos de fé como “um novo homem” renascido em Cristo. E podem orientar seu comportamento com base nas regras de seu grupo religioso, devendo, para tanto, adotar práticas ascéticas e puritanas e adquirir um *habitus* religioso.

Nas duas instituições prisionais identifiquei motivações para a conversão e a retomada da religião evangélica. Algumas dessas motivações já haviam sido apontadas por alguns pesquisadores, como a definição de fuga/esconderijo em Scheliga (2000), que se refere enfaticamente aos *duque*. No presente estudo, também verifiquei que os chamados *duque* buscam refúgio nos grupos evangélicos para tentar preservar sua integridade física.

A conversão enquanto refúgio está mais bem definida e caracterizada na realidade da PEJ, onde esses religiosos ficam em pavilhões exclusivos, fato que amplia o poder e a influência que os evangélicos e seus líderes exercem naquele complexo penitenciário. Os líderes evangélicos exercem com firmeza sua autoridade sobre seu rebanho, não admitindo desvios, o que respalda seu poder junto às lideranças de facções na prisão.

No Presídio Central, o fato de os presos evangélicos não estarem em pavilhões isolados impede que formem grupos capazes de assegurar proteção física a seus integrantes, incluindo os *duque*. Mas, mesmo no Presídio Central, constatou-se a existência de respeito da massa carcerária pelos presos evangélicos. Já os funcionários daquela instituição são mais céticos do que os da PEJ em relação à veracidade da conversão dos presos evangélicos. Tendem a considerá-la pouco confiável.

O trabalho proselitista na PEJ é mais bem-sucedido do que no Presídio Central, em função de que a Penitenciária do Jacuí possibilita sólida coesão grupal desses religiosos por meio de sua organização em galerias separadas, o que lhes permite constituir lideranças religiosas fortes e respeitadas dentro e fora de seu grupo. Funcionários evangélicos também contribuem para o evangelismo no interior das prisões.

A evangelização conduzida por pastores ex-presidiários reforça a expectativa dos presos convertidos de que a conversão religiosa possa proporcionar uma vida social melhor após o cárcere. Eles encontram maior facilidade em sua atividade proselitista por conhecerem a prisão, a situação de presidiário e os anseios e temores dos presos. A PEJ, por exemplo, conta com a atuação proselitista do próprio fundador do grupo “Estrela do Cárcere”, que se tornou pastor evangélico após cumprir sua pena.

Boarccaech (2009), que realizou sua pesquisa na PEJ, refere-se à conversão como solução paliativa em relação à fuga de uma realidade violenta e insalubre da penitenciária. Destaca o proselitismo, exercido por pastores das diversas denominações e por presos missionários preparados pelos líderes evangélicos, como um dos principais motivadores de conversão na PEJ.

Vargas (2005) conclui que o efeito da conversão constitui um processo de ressocialização interna em que o preso convertido deixaria para trás seu envolvimento em crimes associados ao demônio e às forças do mal. A conversão após o batismo nas águas é vista como uma transição da *morte para o renascimento de um novo homem em Jesus Cristo*. Esse ato simboliza a negação do sujeito em se reconhecer como o mesmo que perpetrou o crime, o que permite que o detento se exima da responsabilidade por seus atos criminosos passados. Reitero essas duas ênfases explicativas sobre a conversão evangélica de presos, contidas em Boarccaech e Vargas, pois também foram recorrentes no presente estudo. O que foi explicitado de forma diferenciada tange ao referencial familiar, que influi fortemente na conversão ou reconversão dos detentos, pela tentativa de resgate dos laços familiares.

Na PEJ, o grupo evangélico vem se estabelecendo enquanto substituto da família dos detentos. Isso se respalda pela coesão grupal e o convívio comunitário. O preso tem orgulho de se afirmar pertencente ao grupo evangélico. No caso do Presídio Central, onde grupos grandes de evangélicos ainda não se constituíram de forma efetiva, tomam por referência religiosa o grupo maior extramuros e os dois grupos assembleianos da PEJ, que se enquadram como exemplos e *faróis* para esses presos.

A entidade familiar é objeto de grande respeito por parte dos presos. Um crime cometido contra algum familiar de um preso é condenado e tido como o mais grave

transgressão, punida com as piores formas de violação, chegando ao extremo da condenação à morte. Exemplo paradigmático disso é o crime de estupro. Mesmo que este crime não tenha sido cometido contra um familiar de algum preso, constitui um crime imperdoável para os presidiários. O respeito pelos familiares é notado principalmente durante a visita, quando os presos assumem comportamento discreto e vestem suas melhores roupas. Qualquer forma de desrespeito em relação à visita de outro preso resulta em punição, normalmente executada pelos integrantes da *prefeitura*.

Em consonância com o que se viu e ouviu nos ambientes pesquisados, concluo que, basicamente, as modificações comportamentais relacionadas à adoção ou retomada de práticas religiosas se dão em virtude de alguns benefícios de estabilidade, seja ela emocional ou de segurança física, e especialmente pela retomada dos laços familiares, afetivos e conjugais.

No universo de presos e funcionários, o efeito de conversão é considerado como benéfico. Os funcionários, basicamente, respeitam os evangélicos por serem presos que não perturbam o dia a dia das prisões e ainda auxiliam nas tarefas diárias. Os presos, embora *debochem* aqui e acolá dos evangélicos ou dos *bíblias*, tendem a respeitá-los por suas condutas rígidas, ascéticas e pelo esforço de sair do “mundo do crime” através da religião.

A religião pentecostal constitui um dos poucos fenômenos que têm promovido a ressocialização de presos no país dentro e fora dos presídios e penitenciárias. Há muitos casos bem-sucedidos de ressocialização pela via religiosa, publicizados sistematicamente por pastores de diversas denominações pentecostais. O caso do pastor fundador do grupo “Estrela do Cárcere”, que, após seu cumprimento de pena, tornou-se pastor evangélico e está cursando Direito na Universidade Luterana do Brasil na cidade de Canoas-RS, é um caso de ressocialização entre tantos outros. Mas a conversão não constitui garantia alguma de ressocialização, uma vez que há diversos relatos, inclusive de meus entrevistados, sobre evangélicos que saíram da prisão, abandonaram o grupo religioso e retomaram atividades criminosas.

## Referências

- ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: Itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991.
- \_\_\_\_\_. Sistema penitenciário no Brasil. **Revista USP**, n. 9-1, p. 65-78, 1991.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Os pentecostais serão maioria no Brasil? **Revista de Estudos da Religião**, p. 48-58, dez. 2008
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.
- \_\_\_\_\_. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.
- BEUD, Stephane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BICCA, Alessandro. A honra na relação entre detentos crentes e não-crentes. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 87-98, jul./dez. 2005.
- \_\_\_\_\_. **Os eleitos do cárcere: Etnografia sobre violência e religião no sistema prisional gaúcho**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em dez: 2008.
- BLANCARTE, Robert. Discriminación por motivos religiosos y Estado laico: elementos para una discusión. **Estudios Sociológicos**, v. XXI, n. 62, p. 279-307, 2003.
- BOARCCAECHE, Alessandro. **Os eleitos do cárcere**. São Paulo: Porto de Idéias, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O método sociológico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Gênese e estrutura do campo religioso: Apêndice 1: Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber. In: Id. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: perspectiva, 1992. p. 27-98.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser católico: dimensões brasileiras. In: FERNANDES, Rubem C.; DAMATTA, Roberto et al. **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 27-58.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

BRITTO, Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1 e 3, 1924 e 1926.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007. **Revista de Estudos da Religião**, p. 9-47, dez. 2008.

CAROZZI, Maria Julia. Tendências no estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os últimos 20 anos. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 61-78, 1º semestre 1994.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECÍLIA, Loreto Mariz. Uma análise sociológica das religiões no Brasil: tradições e mudanças. **Cadernos Adenauer**, nº. 9, 2000.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão**: A remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. São Paulo: Método, 2008.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: O construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu. Bauru: EDUSC, 2001. p. 47-66.

CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo**: O pentecostalismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1996.

CUNHA, Christina Vital. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas**: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari. Tese (Doutorado) – UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo – Religião e violência na prisão**. São Paulo: Humanitas, 2008.

DUSSEL, Enrique (org.). **História Liberationis**: 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992.

FODDY, William. **Como perguntar – Teoria e prática da construção de perguntas em entrevista e questionários**. Oeiras, Portugal: Celta, 1996.

FOLLMANN, José Ivo. O mundo das religiões. **Cadernos GDIREC-IHU**, UNISINOS, São Leopoldo, 1999, 2000, 2002, 2003 e 2005.

\_\_\_\_\_. **O mundo das religiões e religiosidades**: alguns números e apontamentos para uma reflexão sobre novos desafios. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/pastanet/>> Acesso em: 12 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. **Religião, política e identidade**: Católicos no Partido dos Trabalhadores no Brasil, 1994. (Cadernos CEDOPE. Série: Religiões e Sociedade, nº. 09).

\_\_\_\_\_. PINHEIRO, Adevanir Aparecida; SPOHR, Inácio José; ANDREATTA, Cleusa Maria; NORONHA, Marcelo Pizarro; KRONBAUER, Jaime Luis; BAUERMAN, Débora Barbosa; ALVES, Ubirajara. O mundo das religiões em Sapucaia do Sul. **Cadernos IHU (UNISINOS)**, São Leopoldo, RS, v. 3, n. 10, p. 01-36, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 4-20.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a prisão. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000b. p. 129-44.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 25 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios – interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 67-159.

\_\_\_\_\_. **Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao impeachment**. Campinas. Tese (Doutorado em sociologia) – IFCH-Unicamp, 1993.

FRIGERIO, Alejandro; CAROZZI, M.J. **Los fundamentos de las Ciencias del Hombre: Nuevos movimientos religiosos y ciencias sociales (I)**. Tucumán – Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

\_\_\_\_\_. “Secularización” y nuevos movimientos religiosos. **Boletín de Lecturas Sociales y Econômicas**, UCA, FCSE, año 2, n. 7, p. 43-48, 1995.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema cultural. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 101-142.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL. **Lei N.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília, 1984.

LEWGOY, Alzira M. Batista et al. **Marginalidade e controle social**. Porto Alegre: Secretaria da Justiça, Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul, 1991.

LOBO, Edileuza Santana. Ovelhas aprisionadas: A conversão religiosa e o “rebanho do Senhor” nas prisões. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 73-85, jul./dez. 2005.

LOPES, Deivis Vânio. **A organização eclesiástica da Assembleia de Deus em Canoas/RS**. Dissertação (Mestrado) – PUC/RS, Porto Alegre, 2008.

MACHADO, Roberto. Arqueologia, filosofia e literatura. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTO CARRERO, Vera. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. **Ciência e saber: A trajetória da arqueologia de Michael Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 57-218.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – São Paulo, USP, 1995.

\_\_\_\_\_. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, p. 68-95, dez. 2008.

MIOTTO, Armida Bergamini. **Curso de direito penitenciário**. v. I. São Paulo: Saraiva, 1975.

- \_\_\_\_\_. **Temas penitenciários**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- NERY, Tânia Regina Armany et al. **Informe Técnico – SUSEPE**. Porto Alegre-RS: GPL – Gráfica Popular, 1998.
- OLIVEIRA, Marina M. C. de. **A religião nos presídios**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36, nov. 1997.
- ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.
- RELATÓRIO da CPI dos presídios, 2008. Disponível em: <http://www.agenciasoma.org.br>. Acesso em: dez 2008.
- RODRIGUES, Gilse Elisa. Transgressão, controle social e religião: Um estudo antropológico sobre práticas religiosas na Penitenciária Feminina do Estado do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 9-20, jul./dez. 2005.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Apêndice: As religiões no Brasil. In: HELLERN et al. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 281-302.
- \_\_\_\_\_. **A magia**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Albert (Org.). **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 103-115.
- SCHELIGA, Eva L. “**E me visitastes quando estive preso**”: sobre a conversão religiosa em unidades penais de segurança máxima. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Sob a proteção da Bíblia”? A conversão ao pentecostalismo em unidades penais paranaenses. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 57-71, jul./dez. 2005.
- SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- STRATHERN, Paul. **Foucault em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 7-84.
- SUSEPE. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/portal/frame.php?pag=SUSEPE> – Acesso em: 09 dez. 08.
- THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- VARGAS, Laura Odóñez. Religiosidade: poder e sobrevivência na penitenciária feminina do Distrito Federal. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 21-37, jul./dez. 2005.
- VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WILKINSON, Philip. **O livro ilustrado das religiões:** O fascinante universo das crenças e doutrinas que acompanham o homem através dos tempos. São Paulo: Publifolha, 2000.

WOLFF, Maria Palma. Prisões no Rio Grande do Sul: Aspectos de sua evolução e problemática 1953-1986. In: LEWGOY, Alzira et al. **Marginalidade e controle social.** Porto Alegre: Revista da Escola do Serviço Penitenciário, 1991.